

REVISTA ORBIS LATINA

racionalidades. desenvolvimento & fronteiras

ISSN 2237-6976



VOLUME 7, NÚMERO 1
JANEIRO-JUNHO
2017



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:





Os artigos publicados na *Revista Orbis Latina* são de responsabilidade plena de seus autores. As opiniões e conclusões neles expressas não refletem necessariamente a interpretação do GIRA – Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Conselho Editorial

Antonio Gonçalves de Oliveira (UTFPR)
Claudia Lucia Bisaggio Soares (UNILA)
Dirceu Basso (UNILA)
Exzolvildres Queiroz Neto (UNILA)
Gilcélia Aparecida Cordeiro (UNILA)
Gilson Batista de Oliveira, **Editor** (UNILA)
Janine Padilha Botton (UNILA)
Lucas Lautert Dezordi (UP/PR)
Luiz Alberto Esteves (UFPR)
Mauro Cardoso Simões (UNICAMP)
Regis Cunha Belém (UNILA)
Rodrigo Bloot (UNILA)

Edição e Capa

Gilson Batista de Oliveira

Revista Orbis Latina

web site: <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis> e ou <https://sites.google.com/site/orbislatina/>

Volume 7, Número 1, Janeiro – Junho de 2017.

Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil

Periodicidade Semestral.

Multidisciplinar. Interdisciplinar.

ISSN 2237-6976

I. Conteúdo interdisciplinar com ênfase em racionalidades, desenvolvimento, fronteiras, planejamento urbano e regional.

II. Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras – GIRA.

III. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento – PPGPPD/UNILA.

Endereço para correspondência:

Revista Orbis Latina – Editor Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD/UNILA)

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Avenida Tancredo Neves, nº 6731/Bloco 04, Espaço 03, Sala 10

CEP 85867-970 / PTI - Foz do Iguaçu/Paraná – Brasil

Tel.: +55(45)3529 2830/ E-mail: orbislatina@gmail.com e ou gilson.oliveira@unila.edu.br



APRESENTAÇÃO

A Revista Orbis Latina, com periodicidade semestral, publica nesse volume, além de uma resenha, oito artigos científicos dentro da temática de interesse da área de Políticas Públicas de Desenvolvimento na América Latina, que é a concentração do ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD/UNILA).

Assim, no primeiro artigo desse volume o autor, *Ronie Alexandro Teles da Silveira*, faz uma discussão sobre “Realidade e Ficção na América Latina”. Segundo *Silveira*, trata-se de “uma análise dos elementos intelectuais básicos que tornam possíveis grande parte dos diagnósticos, críticas e projetos relativos à América Latina”.

No próximo artigo, *Luis Alfredo Almanza Larrazabal e Hugo Alfredo Jiménez Reyes* falam sobre a influência do lítio no desenvolvimento regional boliviano. A pesquisa se concentra nos efeitos para a região de Potosí - Bolívia.

Silvina Carrizo e Marie Forget tratam, na sequência, a questão energética na Argentina, notadamente as novas fronteiras energéticas que podem contribuir para a integração dos territórios periféricos do país.

O quarto artigo traz um estudo sobre o sistema eleitoral argentino e a questão do voto direto de parlamentares do Parlamento do Mercosul – PARLASUL. No trabalho, *Matheus Felipe Silva e Antonio Vicente Pessoa de Oliveira* fazem uma revisão sobre o sistema eleitoral argentino aplicado a eleição direta de representantes desse país para o PARLASUL.

No quinto artigo, *Rosane de Oliveira Brito e Claudia Lucia Bisaggio Soares*, trazem um debate sobre o Índice da Riqueza Inclusiva.

O artigo seguinte trata do turismo como propulsor do desenvolvimento regional na cidade de Foz do Iguaçu. O autor, *Eduardo Dalcin Castilha*, faz uma reflexão sobre as potencialidades da região.

No sétimo artigo, *Diego Elison do Nascimento Silva*, analisa as conquistas e desafios da UNASUL nos primeiros cinco anos de sua implantação.

No último artigo, o projeto de educação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST é analisado por *Silvana Aparecida da Silva*. O artigo é baseado na dissertação de mestrado da autora e traz um estudo de caso, com diversas entrevistas, entre os anos de 2014 e 2015.

Por fim, a pesquisadora e docente, *Silvia Lilian Ferro* apresenta uma resenha do livro “*Indicadores de violencia de género en el Perú: la percepción del personal técnico de los Centros de Emergencia Mujer (CEM)*” publicado, em 2017, pela Editora Antrophos de Barcelona (Espanha).

Boa leitura!

Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira (**Editor**)



SUMÁRIO

ARTIGOS CIENTÍFICOS

REALIDADE E FICÇÃO NA AMÉRICA LATINA <i>Ronie Aleksandro Teles da Silveira</i>	04
BOLIVIA Y EL DESARROLLO REGIONAL: ¿POTOSÍ, EL NUEVO DISTRITO INDUSTRIAL Y POSIBLE POLO REGIONAL EN TORNO AL LITIO? <i>Luis Alfredo Almanza Larrazabal e Hugo Alfredo Jiménez Reyes</i>	20
FRONTERAS Y FRENTES ENERGÉTICOS EN ARGENTINA <i>Silvina Carrizo e Marie Forget</i>	37
O SISTEMA ELEITORAL ARGENTINO: DAS REFORMAS À INTRODUÇÃO DO VOTO DIRETO DE PARLAMENTARES DO PARLASUL <i>Matheus Felipe Silva e Antonio Vicente Pessoa de Oliveira</i>	52
A INSERÇÃO DA NATUREZA ATRAVÉS DO CAPITAL NATURAL NO ÍNDICE DE RIQUEZA INCLUSIVA <i>Rosane de Oliveira Brito e Claudia Lucia Bisaggio Soares</i>	65
O TURISMO COMO PROPULSOR DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DE FOZ DO IGUAÇU-PR <i>Eduardo Dalcin Castilha</i>	86
CONQUISTAS E DESAFIOS DA UNASUL: PANORAMA REGIONAL NOS PRIMEIROS CINCO ANOS DE VIGÊNCIA <i>Diego Elison do Nascimento Silva</i>	99
O PROJETO DE EDUCAÇÃO DO MST E A TENTATIVA DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE UM MODELO DE SUJEITO SOCIAL: “O SEM TERRA” <i>Silvana Aparecida da Silva</i>	113
RESENHA	
LIVRO: “INDICADORES DE VIOLENCIA DE GÉNERO EN EL PERÚ: LA PERCEPCIÓN DEL PERSONAL TÉCNICO DE LOS CENTROS DE EMERGENCIA MUJER (CEM)” <i>Silvia Lilian Ferro</i>	133
<u>ORIENTAÇÃO AOS COLABORADORES E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO</u>	137



REALIDADE E FICÇÃO NA AMÉRICA LATINA

REALITY AND FICTION IN LATIN AMERICA

Ronie Aleksandro Teles da Silveira*

Resumo

O presente artigo faz uma análise dos elementos intelectuais básicos que tornam possíveis grande parte dos diagnósticos, críticas e projetos relativos à América Latina. Para isso, se lança mão do exemplo de alguns autores: Rodó, Oswald de Andrade e Cruz Costa. Em muitas daquelas produções se observa a presença de uma promessa de um futuro grandioso ou de um painel dissonante que não fornece um quadro unitário sobre nosso subcontinente. Em ambos os casos, a base comum para essas produções supõe uma distinção muito nítida entre realidade e ficção. Em função de sua ineficácia histórica, isso conduz à suspeita de que essa disjunção clássica da filosofia ocidental não se aplica de forma pertinente à América Latina. Por sua vez, isso sugere que são necessários outros instrumentos conceituais - mais adequados e distintos dos disponíveis na tradição ocidental - para lidarmos de maneira eficaz com a cultura latino americana.

Palavras-chave: Realidade; Ficção; América Latina; Cultura Ocidental

Abstract

This article analyzes the basic intellectual elements that make possible a large part of the diagnostics, criticisms and projects related to Latin America. For this, the example of some authors is used: Rodó, Oswald de Andrade and Cruz Costa. In many of these productions we see the presence of a promise of a grand future or a dissonant panel that does not provide a unitary picture of our subcontinent. In both cases, the common ground for these productions assumes a very sharp distinction between reality and fiction. Due to its historical inefficiency, this leads to the suspicion this classic disjunction of Western philosophy does not apply in a pertinent way to Latin America. This, in turn, suggests that other conceptual tools - more adequate and distinct from those available in the Western tradition - are needed to deal effectively with Latin American culture.

Keywords: Reality; Fiction; Latin America; Western Culture

* Doutor em Psicologia pela PUC-RS, Docente da Universidade Federal do Sul da Bahia. E-mail: roniefilosofia@gmail.com



1. Introdução

Uma advertência se torna necessária aqui em função do uso ambíguo do termo “nós”, que o leitor encontrará nesse texto. Não foi possível evitar essa ambiguidade criada pela situação de inserção de vários países dentro do subcontinente latino americano. Algumas questões tratadas aqui se aplicam originalmente pelos autores referidos a países latino americanos em particular, outras a toda a América Latina. Daí certa ambiguidade emerge do uso do termo quando considerado genericamente. Em cada caso particular tal ambiguidade não existe e a designação referida pelo “nós” encontra-se devidamente registrada.

No início do Século XXI, ainda parece possível conceber que a América Latina expressa a capacidade para realizar um projeto integral de humanidade. Esse projeto é entendido como a possibilidade de que seria possível tornar real uma civilização sem as limitações tradicionais impostas pelos padrões vigentes nas culturas anteriores, especialmente a ocidental.

De certa forma, essa potencialidade latino americana para uma realização humana integral se beneficia do fato de que, até o momento, nenhum projeto civilizatório em particular parece estar sendo colocado em prática. Com efeito, não é perceptível que a América Latina esteja implementando intencionalmente um conjunto de valores que moldaria um tipo específico de cultura e de sociedade.

Como nenhum projeto efetivo, em termos de uma civilização latino americana específica, parece estar sendo realizado, se preserva uma potência indeterminada para a adoção de qualquer padrão possível de civilização. Se fosse perceptível que um projeto em particular estivesse em processo de realização, certamente que aquela possibilidade universal estaria prejudicada. Nesse caso, o estado efetivo de determinação de uma realização em curso eliminaria a indeterminação da qual se partiu. Curiosamente, tudo indica que é mesmo a percepção de que estamos sem um rumo claro, do ponto de vista da implantação de um conjunto de valores hegemônicos para a América Latina, que nos abre a possibilidade de anunciar nossa capacidade para uma realização integral do ser humano para além de todos os limites existentes.

A concepção de que somos um subcontinente jovem expressa essa mesma ideia de uma capacidade quase infinita para realizações futuras. Isso porque, sendo jovens, possuímos um potencial para várias coisas diferentes. Inclusive para a concretização de valores mais amplos, sem as limitações tradicionais e visíveis em tudo o que existe. Tivéssemos nós, latino americanos, após o período de independência no Século XIX, tomado um rumo em particular e moldado um tipo de civilização, não estaríamos agora aptos para nos colocar em condições de realizar um potencial tão amplo. A adoção de um projeto civilizatório particular teria nos indicado qual seria nosso lugar no mundo, nossa posição específica dentro da cultura - ocidental ou até mesmo fora dela. Adotando tal projeto, teríamos



inevitavelmente estabelecido um compromisso com alguns valores e nos colocado a caminho de sua realização.

É o compromisso com um conjunto de valores que nos retira daquela situação de potência sempre futura e nos coloca em condições que nos limitam e deixam transparecer nossas virtudes e nossos defeitos contra o pano de fundo do resto da humanidade. A juventude é uma promessa cujo sentido é derivado do fato de que ela ainda não realizou nada de concreto. A sensação de potência é uma consequência da situação de inacabamento e de promessa com relação ao que ainda não foi feito, mas que, por isso mesmo, sempre poderá vir a ser.

Uma comparação com a América Anglo-Saxã pode tornar isso mais evidente. Afinal, embora da mesma idade que nós, ela é culturalmente muito mais velha. Sua idade cultural mais avançada diz respeito ao fato de ter optado por aprofundar a civilização europeia. Assim, ela assumiu o compromisso explícito de levar adiante aquele conjunto de valores que foi transposto para a América por ocasião da conquista. Em função de se constituir como uma afirmação desse conjunto de valores é que ela possui uma idade considerável – derivada de uma história iniciada na Europa e continuada na América. Justamente em função desse compromisso é que sua potência para encampar novos projetos de civilização encontra-se prejudicada. É visível que há um processo de sedimentação daquilo que ela efetivamente já realizou: a transposição e a continuidade da cultura europeia para o continente americano. Essa diferença expressa-se concretamente como uma diferença no tratamento dados aos indígenas, por exemplo:

Na América espanhola, os indígenas são indivíduos para serem subjugados e escravizados, mas que se gostaria de assimilar para catequizá-los [...] na América anglo-saxônica, os indígenas são estrangeiros que se mantêm à parte, com os quais se estabelecem relações diplomáticas por meio de tratados ou, mais freqüentemente, relações de força que os fazem recuar, ou os exterminam. (LAMBERT, 1972, p. 77).

Por isso, a América Anglo-Saxã não é tão jovem como a América Latina. Seus compromissos com o mundo de matriz europeia impedem-na de dar grandes guinadas para um lado ou para outro.

Nessa comparação entre juventude latina e maturidade anglo-saxã não vai nenhuma dose de avaliação ou de crítica. Qualquer um dos lados que se tome como referência para uma apreciação implicará em um prejuízo imediato para seu extremo oposto. Se hipoteticamente valorizarmos as realizações típicas da maturidade anglo-saxã, é claro que o estado indeterminado da juventude latino americana parecerá um defeito. O contrário também é verdadeiro e, nesse caso, a juventude será louvada frente à inevitável esclerose da maturidade.

De qualquer modo, a maneira de pensar que nos representa – a nós, latino americanos – como povos jovens e promissores é debitária em alguma medida da situação de indeterminação cultural em que nos encontramos ainda na virada do



Século XX para o Século XXI. Mas essa não é uma situação nova que tenha se apresentado nesse momento. Ela já é perceptível mesmo no século das independências. Foi nessa época, mais precisamente em 1900, que o uruguaio José Henrique Rodó publicou “Ariel”.

Nessa obra, Rodó defende que a América Latina adote um projeto civilizatório que não se limite aos padrões existentes, na tentativa de realizar o ideal de uma humanidade integral. Trata-se da possibilidade de uma

cultura en el que ninguna facultad del espíritu sea desenvuelta prescindiendo de su relación con las otras. — En el alma que haya sido objeto de una estimulación armónica y perfecta, la gracia íntima y la delicadeza del sentimiento de lo bello serán una misma cosa con la fuerza y la rectitud de la razón. (2017, p. 13)

Para afirmar a existência de uma vocação latino americana para essa possibilidade, Rodó a contrapõe justamente à América Anglo-Saxã, que lhe parecia haver adotado um estilo de civilização prático e vulgar. Com efeito, ele define o que chamou de “espírito de americanismo” como uma opção civilizatória que levou os Estados Unidos a serem “considerados la encarnación del verbo utilitário” (2017, p. 22).

A avaliação negativa de Rodó acerca da cultura da América anglo-saxã não corresponde à simples indicação de um erro histórico. Quer dizer, não se trata de que os norte americanos tenham tomado um caminho errado em termos de civilização, quando poderiam ter optado por outro. Trata-se, antes, de afirmar que é a própria opção que desfigura a potencialidade humana para uma realização integral. A questão toda se resume, portanto, a uma cultura que possui a disposição para afirmar alguns valores em particular em prejuízo de todos os demais. Se o espírito prático norte americano lhe parece vulgar, não é porque seja prático, mas porque sendo *somente* prático prejudica a capacidade humana para desenvolver-se plenamente também como um espírito teórico, fantasioso, artístico etc. Poderíamos dizer que, para Rodó, o problema da civilização norte americana é que ela é unilateral e descaracterizou, ao adotar tal unilateralidade, o potencial de realização integral do ser humano.

Em contraposição à adoção dessa unilateralidade prática, ele defende a potência latino americana para a concretização de uma vida humana plena, um projeto integral de humanidade. Esse último não consiste na mera negação do espírito prático, mas na superação de todas as unilateralidades, permitindo uma realização superior em que essa faceta utilitária encontre-se reconciliada com seus opostos, sejam eles artísticos, teóricos, fantasiosos etc.

Impossível não perceber aqui os traços do hegelianismo (HEGEL, 1992) de Rodó com relação à crença na possibilidade de uma civilização que garanta a realização humana plena sem as limitações e as oposições de valores tradicionais. Também se pode notar essa influência em função da crítica à unilateralidade dos



valores norte americanos e a possibilidade de uma síntese superiora de elementos que ultrapassa as oposições estabelecidas. Certamente sua posição também é debitaria de algumas ideias românticas que procuram estabelecer uma “aliança de beleza e de razão” (MAUROIS, 1923, p. 94). Ela certamente é uma variante da tentativa de Schiller (BERLIN, 1999, p. 85) de recuperar a época de uma “maravilhosa unidade humana, uma idade de ouro onde a paixão não estava separada da razão, e a liberdade não estava separada da necessidade” na qual o próprio hegelianismo se inspirou.

Essa crença em nossa – latino americana - condição especial para a superação de unilateralidades parece reforçada por aquela situação de juventude a que me referi antes. Fosse outra a situação cultural, certamente as proposições que nos descrevem como latino americanos seriam outras. Porém, dado que ainda não realizamos um conjunto de valores particulares, que não levamos adiante, do ponto de vista prático, uma civilização dotada de características específicas – e unilaterais – parece explicável a adequação de nossa autoavaliação a essa situação. Isto é, adotamos como solução ajustar-nos ao nosso mundo passando a considerar esse estado difuso de ausência de validade hegemônica de um conjunto de valores como uma virtude especial. É claro que isso implica necessariamente posicionar-se criticamente contra aqueles que encarnam os valores contrários: as civilizações maduras e unilaterais, como faz Rodó.

Observe que aquilo que pode ser compreendido, de um ponto de vista europeu, como uma incapacidade para a realização de um projeto, como impotência diante de um mundo que resiste à intenção e à ação consequente de transformação por parte da humanidade, encontra aqui seu perfeito reverso. Para a perspectiva latino americana é justamente essa impotência que se transforma em virtude, pois é ela que nos garante a situação permanente de indeterminação e de capacidade permanente para grandes coisas novas: a juventude.

Essa crença certamente verberou e reverbera pela América Latina ainda hoje, até porque ela consiste em uma adequação esperada de nossos juízos sobre nós mesmos – como já vimos. Não é raro expressarmos a crença de que somos uma espécie de civilização do futuro, uma profecia ainda não realizada, mas que promete sempre um mundo mais radiante do que qualquer outro que existe ou que existiu até o momento. Essa noção expressa certa dose de etnocentrismo latino americano.

Com efeito, o compromisso com a noção de uma realização que elimine as barreiras existentes para um pleno florescimento humano aparece aqui e ali nas avaliações acerca da América Latina. A antropofagia de Oswald de Andrade (2000, p. 228) é uma versão desse mesmo sentimento, inclusive no que diz respeito à contraposição com relação ao espírito prático norte americano:

nós brasileiros, campeões da miscigenação tanto da raça como da cultura, somos a Contrarreforma, mesmo sem Deus ou culto. Somos a Utopia realizada, bem ou mal, em face do utilitarismo mercenário e mecânico do Norte. Somos a Caravela que ancorou no paraíso ou na desgraça da selva,



somos a Bandeira estacada na fazenda. O que precisamos é nos identificar e consolidar nossos perdidos contornos psíquicos, morais e históricos.

Observe que Oswald aponta para algum tipo de consolidação futura desse conjunto variado de valores criado pela situação da miscigenação racial e cultural. É claro que essa síntese será superior a qualquer outra anterior, em função da diversidade dos elementos que ela deverá levar em consideração como material de base a ser processado e integrado. O estado atual da América Latina não é definitivo, ele requer uma integração de seus elementos originais. Esses elementos culturais são muitos e encontram-se fracionados. Para Oswald, resta a nós a possibilidade de realizarmos uma síntese superior sem resvalar para o tipo de erro dos norte americanos - que optaram por uma versão unilateral de civilização, descaracterizando as possibilidades humanas.

Poderíamos imitar os europeus e os norte americanos, mas isso apenas redundaria em algum outro tipo de unilateralidade que também nos desfiguraria eliminando nossa potência e destruindo nossa diversidade original. Projetos como os de Sarmiento (1973), para a Argentina, tomam claramente essa direção ao apontarem para a necessidade de substituição da diversidade cultural por uma uniformidade de matriz europeia.. Nesse caso, a opção pela unilateralidade parece ainda mais inadequada, em função da dimensão do sacrifício que ela exigiria de nossa – latino americana - parte. O impacto da opção por um projeto civilizatório particular e unilateral para a América Latina seria destruidor de nossa enorme riqueza cultural. Para preservar essa diversidade, apenas uma síntese mais elevada seria possível, porque somente ela seria capaz de preservar esse patrimônio que a juventude nos proporcionou. Essa síntese superiora consiste, portanto, em uma espécie de estratégia para envelhecer resguardando intactos o frescor e a potência típicos da juventude.

Por meio dessa metáfora, se pode notar as dificuldades envolvidas nesse tipo de proposição. Trata-se, nada mais nada menos, de envelhecer sabiamente de tal modo que se mantenha a juventude e a flexibilidade. Uma integração entre velhice e juventude parece corresponder ao projeto da síntese superior da diversidade cultural e racial da América Latina. Essa integração tornaria possível criar as instituições necessárias para lidar com o que seria originalmente um “continente desconjuntado” (MARTÍ, 2011, p. 23).

Interessa-me aqui retomar o problema da aparente oposição entre o espírito prático e o espírito integral a que Rodó (2017) e Oswald (2000) se referiram de maneiras distintas. Isso porque meu objetivo é tentar dissipar uma armadilha contida na disjunção entre duas formas gerais de disposição para a avaliação e a ação quando aplicada à América Latina – a disjunção entre ficção e realidade. Parece-me que essa disjunção ainda funciona como parâmetro intelectual para várias avaliações e projetos atuais acerca da América Latina. Por isso, pretendo me deter nela.



Para abordar essa disjunção lançarei mão do filósofo brasileiro Cruz Costa (1945) que parece haver se rendido de uma maneira muito peculiar a essa forma de pensar. Isso me permitirá destacar como a oposição entre ficção e realidade não se aplica efetivamente à nossa situação. Consequentemente, pensar a América Latina por meio dela consiste em perpetuar uma armadilha intelectual pela qual andamos e andaremos permanentemente em círculos. Como se poderá observar adiante, uma melhor compreensão filosófica da América Latina exige um conjunto de parâmetros conceituais diferentes daqueles que compõem essa disjunção ocidental tradicional.

2. Espírito prático e fantasia sem proveito

Cruz Costa (1945, p. 25) afirmou que a “filosofia portuguesa é *essencialmente prática*. Nela prepondera o sentido prático e positivo da vida”. E como o Brasil foi colonizado pelos portugueses lhe pareceu muito natural que nós – brasileiros - tivéssemos herdado algo dessa maneira de pensar, sentir e agir. Na verdade, nesse caso Cruz Costa refere-se à filosofia em um sentido amplo, como concepção de vida e como cosmovisão. Então, não é a filosofia acadêmica que é “essencialmente prática”, mas o modo como os portugueses se situavam em face do mundo.

A transposição desse espírito prático para o Brasil teria ocorrido naturalmente por meio da conquista, de tal forma que

nossa verdadeira “vocação”   um realismo bem português. O espírito brasileiro, em boa parte, recebeu forte dose do saudável espírito português, que nunca se afastou muito do concreto, do real. Nós e os nossos antepassados, os portuguêses, sempre fomos bem “terra a terra”... Nunca foram as grandes abstra es o nosso traço intelectual (CRUZ COSTA, 1945, p. 121).

Diferentemente de Rodó (2017) que se ocupou basicamente de um projeto de futuro, Cruz Costa tentou apreender a especificidade daquilo que temos sido. Por isso, um olha para o futuro e o outro para o passado e para o presente. Aquele se ocupa com o projeto de uma contribui o latino americana   cultura ocidental, lançando mão de nossa suposta juventude. Então, não parece fazer sentido simplesmente contrapor a condena o de Rodó ao espírito prático anglo-saxão e essa afirma o de Cruz Costa de que nós, brasileiros, também seríamos dotados de um espírito prático. Isso apenas embaralharia nossos termos de maneira confusa. De qualquer modo, não deixa de ser problemática a afirma o de Cruz Costa de que seríamos dotados de uma modalidade de espírito prático.

A mera condi o de viver no Brasil parece desmentir cabalmente essa afirma o. Afinal, se fôssemos efetivamente dotados de um espírito prático, isso seguramente deveria implicar uma maior capacidade para propor e resolver questões do cotidiano de nossas vidas. Afinal, se há algo que parece caracterizar adequadamente um espírito prático   seu talento para eliminar os entraves materiais



da existência e remover as dificuldades diárias que ela nos apresenta – como se expressa no utilitarismo anglo-saxão.

Imagino que seria de se esperar de um país dirigido pelo espírito prático uma melhor situação econômica, estradas em bom estado de conservação, um bom sistema de atendimento à saúde, uma educação igualmente eficiente, a conservação adequada do patrimônio público, a universalização do saneamento, a utilização do orçamento público para finalidades públicas, uma administração racional do sistema judiciário, uma melhor distribuição da riqueza nacional, índices de pobreza menores, o mesmo para os padrões de delinquência etc. Como nada disso parece corresponder ao que existe no Brasil, é realmente estranho que Cruz Costa tenha afirmado a existência daquele espírito prático entre nós – supostamente herdado da cultura portuguesa.

Não se trata certamente de um deslize momentâneo de Cruz Costa. Sua percepção da existência de um espírito prático português constitui uma noção bem assentada. Assim, ele se referirá “Ao espírito positivo, realista do português, inclinado à observação da natureza” (1945, p. 138) e ao fato de que “o espírito português, a exemplo do que realizara nos mares, se orientava em outros domínios pelo critério da moderna ciência. O sentido da experiência, a observação, o verdadeiro espírito científico já é corrente nos portugueses cultos do século XVI” (idem, p. 142).

Então, não apenas ele afirma a existência de um espírito prático português como também de um *espírito científico* baseado na observação da natureza, pelo menos entre alguns membros da intelectualidade. Certamente podemos amenizar essas afirmações e torná-las mais palatáveis.

O fato de que o espírito científico existia entre “portugueses cultos” pode nada significar quando consideramos aquilo que se cristalizou como hegemônico na cultura portuguesa – que, se sabe, nunca foi efetivamente marcada por traços de cientificismo em função da forte influência dos Jesuítas e da Escolástica. Também podemos pensar que Cruz Costa foi conduzido à afirmação desse espírito prático no Brasil por desconsiderar as contribuições indígenas e africanas à consolidação de uma cultura brasileira.

Não parece insignificante, por exemplo, que tenhamos falado a língua geral (o *nheengatu*) por mais de 250 anos, quando só então o português se impôs no uso diário como língua padrão. Esses elementos poderiam ter sugerido a ele que no Brasil nunca se tratou de uma mera transposição de valores europeus para a América e que o processo de adaptação da cultura da metrópole foi repleto de alterações, rupturas e adaptações de toda ordem. Mesmo assim, a afirmação de Cruz Costa parece suspeita diante das largas evidências em contrário. Evidências, bem entendido, também disponíveis para um filósofo brasileiro vivendo no Brasil na década de 40 do século XX, como foi seu caso.

Para tornar a situação ainda mais estranha, há um pequeno capítulo no livro a que estou me referindo aqui (CRUZ COSTA, 1945) chamado “Da Fantasia sem



Proveito”. Nele Cruz Costa destoa de sua própria tese acerca daquele suposto espírito prático brasileiro herdado de Portugal. Segundo ele, a “fantasia sem proveito” foi um termo cunhado pelo Rei português D. Duarte e equivaleria aos “excessos de sensibilidade”, “destemperos da imaginação” e “carência de disciplina interior e de equilíbrio” que caracterizavam seus súditos. Essa característica portuguesa interessa a Cruz Costa justamente porque para ele nós, brasileiros, possuímos a mesma característica pois “se trata do mesmo fenômeno, nos descendentes americanos dos súditos de D. Duarte” (1945, p. 111).

A questão imediata, que parece ocorrer a qualquer um, é saber como se pode conciliar aquele alegado espírito prático com essa fantasia sem proveito – ambos de origem portuguesa e transplantados para o Brasil. Ao contrário do espírito prático, não podemos, certamente, refutar a presença marcante da fantasia sem proveito na cultura brasileira. Isso quando consideramos as evidências culturais bem palpáveis como o Carnaval (SILVEIRA, 2016) e o Futebol (SILVEIRA, 2014) - para ficar nos exemplos mais óbvios relativos à propensão brasileira para a festa e a comemoração gratuita e alegre da vida. Apenas esses dois elementos, de grande significação popular, já dão corpo à validade da presença da fantasia sem proveito entre nós.

Entretanto, como vimos, não parece possível reunir qualquer tipo de evidência em benefício da presença daquele suposto espírito prático na cultura brasileira. Poderíamos pensar que se trata de um simples erro de avaliação de Cruz Costa, mesmo contra todas as evidências disponíveis e contrárias à existência de tal espírito prático brasileiro.

Porém, afirmar que se trata de um erro de avaliação não nos levaria muito longe em termos daquilo que interessa aqui. Identificar erros em obras filosóficas pode apenas destacar certa sagacidade analítica e fazer bem ao ego do autor, mas nada além desse objetivo limitado e pouco significativo. Parece preferível tentar ampliar essa discussão tentando identificar o tipo de mentalidade que conduziu Cruz Costa a propor a existência entre os brasileiros de um espírito prático, mesmo diante da evidência da presença de nossa inegável fantasia sem proveito e do fato de ambos serem irreconciliáveis. Com isso, podemos obter uma visão sobre um tipo de mentalidade persistente no ambiente intelectual latino americano e que, me parece, tem viciado nossas percepções e avaliações sobre a América Latina.

3. Unilateralidade e Promessa

As teses a que Cruz Costa foi levado a endossar dizem muito sobre o que ele entendia serem as opções interpretativas sobre a América Latina – o Brasil incluso, obviamente. Como vimos, ele afirmou que os portugueses exibiam um *espírito científico* e eram dotados de um pendor prático. Segundo ele, pelo menos esse último teria sido nos deixado de herança. Por outro lado, ele detectou a presença nos portugueses e em nós, brasileiros, daquela fantasia sem proveito.



Para afirmar que os portugueses eram *científicos*, Cruz Costa supõe que eles faziam uma distinção entre o mundo objetivo dos fatos e as ficções e interpretações humanas. Essa é uma condição básica de todo espírito científico baseada no expurgo de qualquer traço espiritual do mundo natural (TAYLOR, 2010; 2013). Após esse processo cultural de separação, essa mentalidade distingue um mundo objetivo, de um lado, de um mundo fantasioso, de outro: o que as coisas são e as interpretações humanas, certas ou erradas, que se podem fazer.

No conjunto, se trata de opor o mundo dos fatos ao mundo da fantasia, a constatação do que efetivamente há no mundo e do que aí poderia haver de acordo com o livre fluxo de nosso desejo e imaginação. Esse tipo de oposição binária entre realidade e aparência tem funcionado como um grande sistema de avaliação filosófico no mundo ocidental, pelo menos desde Platão (1979). Como sua história envolve praticamente a própria história da filosofia, apenas posso referi-la genericamente aqui.

O que me interessa é notar que é muito natural que Cruz Costa tenha lançado mão dessa disjunção entre ficção e realidade para tentar entender o Brasil. Rodó (2017) também utiliza o mesmo conjunto de valores ao opor o espírito unilateral utilitário da América Anglo-Saxã à promessa de um espírito integral latino americano. Esse último é um projeto de futuro, uma possibilidade contraposta àquilo que efetivamente existe. De um ponto de vista epistemológico, todo projeto é uma forma de ficção, já que não se propõe a descrever o que é, mas afirmar o que poderá ser.

O eixo sobre o qual giram essas duas interpretações da América Latina está fixado sobre a distinção entre a realidade, os fatos, o mundo objetivo sobre a qual opera o espírito prático – de um lado – e a ficção, o mundo subjetivo em que a fantasia e a promessa de um futuro indeterminado dominam – de outro lado. É ela que permite colocar em um mesmo quadro de referências Rodó, Oswald, Sarmiento etc.

Assim, para Rodó (2017) e Oswald de Andrade (2000), *dado o que é a América Latina*, um subcontinente culturalmente diverso e fragmentado, parece-lhes razoável a proposição de um *futuro* caracterizado por aquela síntese superiora. Ela lhes parece ser a única porta de saída para o problema latino americano da diversidade e da fragmentação já que “el regionalismo no es sólo político. A menudo es social, racial, lingüístico y econômico.” (TANNENBAUM, 1972, p. 25). Porém, essa saída é uma saída ocidental, que supõe a validade e a aplicabilidade de um mesmo esquema civilizatório na Europa e na América.

Com isso quero dizer que um subcontinente fracionado não pode ser submetido a uma descrição coerente como se supõe ser a natureza dentro de um escopo explicativo científico, nos padrões ocidentais modernos. Afinal, por meio desses padrões se espera que a natureza seja um grande sistema organizado e autônomo, regido por leis objetivas. Entretanto, quando esse requisito explicativo científico – baseado na separação entre ficção e realidade – é transposto para um ambiente fracionado, ele deixa de funcionar de maneira adequada. A natureza é um



grande sistema unificado de leis e processos concatenados, porém isso não vale para um mundo fracionado em instâncias desintegradas.

Observe como essa incompatibilidade entre o esquema explicativo e a América Latina opera. Para Cruz Costa (1945), o que somos é expressão de uma fantasia sem proveito. Porém, isso soa difícil de aceitar como nossa autoimagem – até porque os portugueses conquistaram meio mundo por meio das navegações, o que parece pressupor certa capacidade de realização prática. Daí a necessidade, sentida por Cruz Costa, de introduzir algum grau de praticidade na equação daquilo que herdamos, nós os brasileiros, de Portugal e que nos tornamos posteriormente. Mesmo assim, não há como dar unidade ao conjunto fracionado entre esse (muito suspeito) espírito prático e a fantasia sem proveito. Assumir apenas o aspecto da fantasia sem proveito como característica marcante da brasilidade envolveria uma espécie de suicídio da racionalidade científica – o que parece uma demanda excessiva para qualquer intelectual. Isto é, para qualquer um formado nos valores de matriz ocidental. Assim, se pode notar como o esquema explicativo que supõe a disjunção entre realidade e ficção entra em choque com um ambiente cultural fragmentado e gera movimentos de acomodação erráticos que nem sempre fazem sentido.

Na verdade, em todos os autores que estamos analisando diretamente ocorre um caso semelhante: há uma tensão entre o modelo explicativo que distingue o mundo objetivo e a fantasia, por um lado, e a realidade latino americana fragmentada, por outro.. No caso de Rodó (2017) e Oswald (2000) para tornar o resultado final aceitável e consistente, o princípio fantasioso é remetido para um futuro promissor – aquilo que a América Latina pode se tornar. Esse arranjo diminui a tensão existente em se tomar pé na situação efetiva da América Latina, por meio da proposição de uma síntese superior futura.

No caso de Cruz Costa (1945), a situação é diferente porque sua preocupação é identificar o que temos sido. Por isso, a figura geral se torna composta de elementos dissonantes e irreconciliáveis, já que seríamos práticos e fantasiosos – nós, os brasileiros. De fato, na América Latina as estruturas estão sempre em crise (VELIZ, 1970). Ao tentar recuperar esses elementos da herança portuguesa notamos como o quadro resultante é inconsistente. Também podemos identificar, nesse caso, uma clara necessidade exterior de ajustar o esquema explicativo, incluindo nele um elemento prático contra todas as evidências em contrário. Em Cruz Costa há uma vantagem analítica importante: como ele não se ocupa com um projeto de futuro para a América Latina ou para o Brasil, os elementos da equação entram em choque de forma explícita e o arranjo explicativo todo se revela imediatamente desajeitado.

Por meio dele também se revela como a promessa de uma síntese superior ou de um futuro grandioso tem permitido um ajuste falso do esquema explicativo com a América Latina. Não fosse essa estratégia de camuflagem, não



intencionalmente utilizada por Rodó e Oswald, o arranjo teria se mostrado igualmente inconsistente.

4. Conclusão

O que me interessa destacar especialmente aqui é que todos esses autores lançam mão da mesma disjunção entre o que é e o que poderia ser, entre um mundo objetivo e um mundo de interpretações, entre realidade e ficção. Através da adoção desse tipo de mecanismo básico explicativo, esses autores se movem dentro de um esquema comum dentro do qual eles certamente adotam posições diferenciadas. Porém, o mecanismo fundamental é o mesmo e seguramente ele não se adéqua ao que pretende explicar, criticar, planejar.

O esquema comum é uma modalidade do velho eixo central da filosofia ocidental platônica que tenta equacionar o problema da aparência e da realidade. Dado os termos básicos que foram adotados, isso envolve identificar quase sempre a América Latina com uma forma de aparência ou de um mundo ainda não totalmente real – um mundo colorido pela fantasia. É como se a maneira como existimos, na América Latina, fortalecesse o elemento ilusório e não utilitário da vida. A partir dos mesmos pressupostos, trata-se em seguida de conduzir a América Latina para a realidade, para lidar objetivamente com seus problemas, para a adoção de uma mentalidade mais objetiva e menos mágica. Todo o sentido dessas propostas são uma consequência de nos movemos dentro daquela disjunção básica entre realidade e ficção.

Não é por outro motivo que a implementação de um conjunto de valores civilizatórios tem de ser remetido para o futuro de uma realização integral que eliminaria os defeitos atuais da fragmentação – como pretendem Rodó e Oswald. Ou também pode ocorrer que sejamos irreconciliavelmente práticos e fantasiosos, como Cruz Costa parece ter sugerido ao se limitar ao que temos sido.

Dentro dessa mentalidade que separa a realidade da ficção, há sempre algo na América Latina que necessita ser eliminado para que nos tornemos finalmente o que poderíamos ou deveríamos ser. Há sempre uma carência a ser suprida, seja por meio de uma realização integral ou pela eliminação de aspectos indesejados que parecem obstaculizar nosso destino – como parece ser o caso da fantasia sem proveito.

Em todas essas avaliações e diagnósticos oscilamos entre os polos da realidade e da fantasia, hora tentando tomar pé em um, hora em outro - com exceção de Cruz Costa (1945), que parece ter ficado perplexo no meio deles e, dessa forma, revelado mais explicitamente a natureza desses pressupostos. Para evitar as unilateralidades da diversidade cultural nos projetamos em direção a um futuro superior – uma fantasia. Quando, por outro lado, tentamos compor um quadro geral com nossas características existentes, ele parece inconsistente, pois espírito prático e fantasia sem proveito não possuem liga comum. O esquema gera



movimentos de tentativa de ajuste, embora nenhum pareça poder chegar a um termo feliz segundo os seus próprios pressupostos. Isso sugere também que um quadro completo, uma moldura definitiva, uma apreensão unitária e objetiva do que há na América Latina não parece ser possível.

De fato, tudo parece indicar que a América Latina apresenta um desafio especial para aquela mentalidade que separa distintamente a realidade da ficção. Considerando-se que há uma série de tentativas de sistematização do que temos sido e do que poderíamos ser, feitas por intelectuais formados dentro dessa disjunção ocidental, talvez seja o caso de nos questionarmos sobre a própria mentalidade que tem dirigido essas iniciativas.

Com isso quero dizer que em face da situação de ineficácia e inoperância de nossas avaliações e projetos para a América Latina, talvez devêssemos começar a suspeitar não do objeto e sim dos instrumentos que estamos utilizando nas nossas avaliações. Talvez esse objeto em particular tenha características que solicitam outro tipo de abordagem, distinta daquela feita a partir da distinção ocidental clássica entre aparência e realidade.

Se considerarmos que todos os intelectuais latino americanos são formados na cultura ocidental e, só depois de terminado esse processo de preparação profissional, é que se habilitam como intérpretes e críticos, podemos obter uma visão mais clara do que estou tentando afirmar. Pode estar ocorrendo algo como uma tentativa de enquadrar a América Latina dentro de categorias sem qualquer pertinência. Não quero dizer com isso que as categorias sejam erradas. Quero dizer que elas podem não ter uma ligação íntima com o nosso modo de vida e que estejam forçando distinções que não podem ser aplicadas aqui com sucesso prático. Claro que elas sempre podem ser aplicadas à força ou de maneira totalmente inadequada. Mas aplicadas assim elas nada geram de conectado organicamente com o mundo de que tratam – são simples gestos de violência.

A questão central é que, tudo indica, essas categorias não possuem aquele mínimo de conexão com seu objeto, de modo a estarem em condições de afirmarem algo de significativo para esse mundo. Assim é que na América Latina as avaliações, os projetos e as soluções se sobrepõem sem que a realidade se altere de maneira substantiva. Pode estar ocorrendo que a maneira como se produzem essas avaliações, projetos e soluções não possui conexão com aquilo de que tratam. Daí não ser exatamente uma surpresa se eles não se mostrarem capazes de alterar um conjunto de valores com os quais não desenvolveram uma relação de pertinência mínima. Só a presença dessa última relação pode indicar se um projeto possui as condições de ser colocado em prática – mesmo que fracasse. Sem ela, não há elementos em comum que permitam a comunicação fundamental com o conjunto de valores que se deseja alterar.



Sabemos, por exemplo, que há inúmeras avaliações acerca do que a América Latina deve fazer para se tornar um subcontinente economicamente desenvolvido (CASAS, 1993). Não deve mais haver, a esta altura, nenhuma revelação original sobre o que deve ser feito nessa direção. Há diagnósticos nacionais e regionais disponíveis há bastante tempo e em número significativo. Há mão de obra qualificada nos melhores centros de formação de recursos humanos para colocar em prática as soluções que são julgadas apropriadas em cada situação empírica. A única dificuldade aparentemente diz respeito a estarmos em condições práticas de realizar aquilo que vários países da Europa já realizaram no passado. Se essas proposições e projetos não funcionam é razoável pensar que há algo aqui que terá que ser feito de outra forma, em função da especificidade daquilo que temos sido e do que nos tornamos capazes.

Essa suspeita de que há algo na América Latina que exige atenção especial e outro sistema de avaliação e diagnóstico ganha força em função justamente da ineficácia das proposições feitas a partir daquela mentalidade de matriz europeia. Isso não significa uma mera recusa voluntarista da cultura ocidental. Ao contrário, isso significa uma recusa já tardia da cultura ocidental, em função de que as proposições de civilização daí originárias já terem se tornados largamente fracassadas na América Latina.

Não deve mais surpreender a ninguém a constatação de que não faz mais sentido continuar a tentar ser um europeu latino americano. Isto é, não parece fazer sentido continuar tentando adaptar valores europeus na América Latina, como já foi feito na América Anglo-Saxã – mesmo contra a opinião de alguns latino americanos para quem “nós, que nos designamos americanos, não somos outra coisa do que europeus nascidos na América.” (ALBERDI, 1994, p. 69). Se ainda não chegamos a tal objetivo, não se trata de incompetência na maneira como tentamos imitar a Europa. Se trata de uma inadequação com o conjunto de valores dessa matriz.

Com base na mentalidade filosófica ocidental tradicional não temos produzido nada de significativo para a América Latina (SILVEIRA, 2016). Então, romper com ela não é um gesto voluntarioso e arbitrário, mas uma necessidade para gerarmos um pensamento conectado e pertinente com o que temos sido. Não se trata de se decidir a saltar fora do ocidente e caminhar por um terreno civilizatório perigoso e desconhecido. Trata-se de reconhecer a falência da adequação entre um tipo de mentalidade e a América latina e fazer as alterações de rumo que se fazem necessárias em função dessa falência. Deve ser significativo que depois de 500 anos da conquista ainda lutemos para estabelecer um padrão de agricultura compatível com o meio ambiente e a população que existia no Império Inca (MAZOYER e ROUDART, 2010), por exemplo. Isso deve significar que estamos tentando resolver os problemas de uma maneira inadequada.



A mentalidade que estamos utilizando - nós os intelectuais latino americanos - só consegue fazer panoramas inconsistentes ou prometer um futuro superior brilhante, assim como qualquer outra seita milenarista. Por isso, abandonar a maneira filosófica ocidental de tratar a América Latina é uma necessidade derivada de uma situação de fracasso histórico da cultura ocidental entre nós. Isso significa algo muito simples: que um conjunto de valores não se aplica indistintamente a todos os lugares e a todas as situações humanas.

Referências

- ALBERDI, J. **Fundamentos da organização política da Argentina**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- ANDRADE, O. **A utopia antropofágica**. São Paulo: Globo, 2000.
- BERLIN, I. **The roots of romanticism**. Princeton: Princeton University Press, 1999.
- CASAS, J. **Um novo caminho para a América Latina**. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- CRUZ COSTA. **A filosofia no Brasil**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1945.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- LAMBERT, J. **América Latina**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- MARTÍ, J. **Nossa América**. Brasília: Editora da UnB, 2011.
- MAUROIS, A. **Ariel ou a vida de Shelley**. Rio de Janeiro: Record, 1923.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo/Brasília: Editora UNESP/NEAD, 2010.
- PLATÃO. **Fédon**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- RODÓ, J. H. **Ariel**. Disponível em <http://www.scribd.com/people/view/3502992-jorge>
Consultado em 12/02/2017.
- SARMIENTO, D. **Facundo**. Buenos Aires: Editorial Atlântida, 1973.
- SILVEIRA, R. A. T. (Org.) **O carnaval e a filosofia**. Porto Alegre: FI, 2016.
- _____. A brasileiríssima filosofia brasileira. **Síntese**, 2016, v. 43, n. 136, p. 261-278.
- _____. (Org.) **O futebol e a filosofia**. Campinas: PHI, 2014.
- TANNENBAUM, F. **Interpretación de Latinoamerica**. México: Grijalbo, 1972.



REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



19

TAYLOR, Ch. **As fontes do self**: a construção da identidade moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. **Uma era secular**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2010.

VELIZ, C. **América Latina**: estruturas em crise. São Paulo: IBRASA, 1970.

*Recebido em 03/03/2017
Aprovado em 13/06/2017*



BOLIVIA Y EL DESARROLLO REGIONAL: ¿POTOSÍ, EL NUEVO DISTRITO INDUSTRIAL Y POSIBLE POLO REGIONAL EN TORNO AL LITIO?

BOLIVIA AND REGIONAL DEVELOPMENT: POTOSI, THE NEW INDUSTRIAL DISTRICT AND THE POSSIBLE REGIONAL POLE AROUND LITHIUM?

Luis Alfredo Almanza Larrazabal*
Hugo Alfredo Jiménez Reyes**

Resumen

Este trabajo aborda el desarrollo regional en Bolivia a partir de un caso específico, la industrialización del Litio en Potosí, que pasaría a convertirse en un centro de actividades económicas para el desarrollo de otras regiones, en otras palabras, traería una polarización económica en la región. Los diferentes enfoques teóricos los cuales abordan el desarrollo regional contribuirán para desarrollar la pesquisa, sin embargo, para el caso específico, la teoría de los polos regionales, nos ayudarán a orientarnos en la innovación tecnológica que necesita la región y desde la perspectiva de la teoría de los “distritos industriales”, que estudia la concentración de las empresas en un territorio geográficamente delimitado y que se interrelacionan unas con otras, nos ayudará a enfocarnos en la relación entre las empresas y las comunidades.

Palabras Clave: Desarrollo regional; Polarización económica; Distrito industrial; Bolivia; Litio.

Abstract

This article discusses regional development in Bolivia, from a specific case, the Potosí's industrialization of lithium, which would become a center of economic development of the border regions, in other words activities bring economic polarization in the region. Different theoretical approaches which address regional development will contribute to develop the research, however, for the specific case, the theory of "growth poles" will help us orient ourselves in technological innovation needed in the region and from the perspective the theory of "industrial districts", which studies the concentration of business in a geographically defined territory and interrelate with each other, will help us to focus on the relation between companies and communities.

Keywords: Regional development; Economic polarization; Industrial district; Bolivia; Lithium.

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). Bolsista do Programa Demanda Social-Unila. E-mail: luis.larrazabal@unila.edu.br

** Mestrando do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). Bolsista do Programa Demanda Social-Unila. E-mail: hugo.reyes@unila.edu.br



INTRODUCCIÓN

La región que se constituyó en la República de Bolivia en 1825, luego de la independencia, ha ocupado durante el transcurso de la historia una posición clave en la economía global debido a su riqueza de gran diversidad de recursos naturales. El poder colonial español creó las estructuras de explotación de materias primas y trasladó la generación de valor agregado fuera del país. El sistema de explotación de la fuerza de trabajo indígena en la minería de la plata, en Potosí, fue un elemento esencial del proceso de acumulación capitalista global. Según la autora Juliana Strobele (2014), estas estructuras de dependencia están vinculadas a un atraso tecnológico y científico en el país. Puesto que, hasta el día de hoy son los minerales (Plata, estaño, y en menor medida oro, zinc, etc.), y los hidrocarburos son la columna vertebral de la economía boliviana.

En el 2006, Evo Morales fue elegido presidente de la República y prometió un cambio estructural político fundamental. Y una de las aspiraciones del gobierno era disminuir los índices de desigualdad social a nivel nacional, regional y local. También busco reducir las asimetrías globales, por medio del desarrollo de industrias locales, conducidas y dirigidas por el Estado, a través del desarrollo de productos con valor agregado, dentro de estas está el proyecto más ambicioso de industrialización del litio, dado su elevado y creciente interés en el mercado global, especialmente para el desarrollo de otras tecnologías que utilizan baterías de Ion-litio y de que Bolivia, sea el país con las mayores reservas a nivel mundial de este metal ligero (STROBELE, 2012).

En este contexto, este trabajo aborda el desarrollo regional en Bolivia a partir de un caso específico, la industrialización del Litio, que pasaría a convertirse en un centro de actividades económicas para el desarrollo de otras regiones. Como objetivo central del trabajo se plantea investigar si el proceso de industrialización del litio llevaría a la creación y consolidación de un distrito industrial en la región de Potosí. Para ello la metodología adoptada es de corte cualitativa, auxiliándose del método de estudio de caso, pesquisa bibliográfica y abordaje literario, en primera instancia, relacionados al tema y posteriormente se hace un recorte, delimitando así el objeto de nuestra investigación.

El abordaje teórico escogido para trabajar, se trata de la teoría de los “polos de crecimiento” o “polos de desarrollo” enunciadas por Perroux (1955), siendo interpretadas más tarde por Hirschman (1961), Boudeville (1968), Boisier (1972-1976), Diniz y Crocco (2006), entre otros, que nos ayudará a describir el periodo del estaño de 1885 a 1985, pero también a desarrollar el objetivo central, si realmente potosí se transformaría junto con la industria de baterías de litio (industria motriz), en un futuro polo industrial para el desarrollo regional. En apoyo a esta teoría encontramos los conceptos de distrito industrial, traídos por Marshall (1955), Becattini (2002), Bellandi (2006), que nos sirve para explicar el periodo de transición del estaño para el litio, y como esta última, se transformó en una concentración de empresas interrelacionadas.



Para dar cuenta de lo propuesto en el trabajo, el texto ha sido estructurado en dos partes principales, más la introducción. En la primera parte, presenta una construcción teórica con una breve reseña histórica, en la que se juega con una explicación de la teoría junto con el contexto histórico de la actividad productiva de Potosí, abordando el estaño y el litio como dos actividades económicas de gran importancia para Bolivia, la primera entre 1885-1985 y la segunda a partir de la primera década del presente siglo. Aún en esta parte es realizado, concomitantemente, un ejercicio teórico estableciendo un diálogo entre la teoría y la práctica u objeto.

En el caso del estaño, su abordaje es acompañado con el concepto de polos de crecimiento, para mostrar cómo este fue una importante actividad económica para el desarrollo regional, que al mismo tiempo contribuyó para el desarrollo de otras regiones periféricas en Potosí. En el caso del litio, es abordado con el auxilio del concepto de distritos industriales, para comprender cómo el proceso de industrialización del litio vendría a conformar un distrito industrial en la región.

En la segunda parte es realizado el análisis. Aquí, se presenta una perspectiva sobre la industrialización del litio en Bolivia, así como también de la mutabilidad tecnológica que la región de Potosí vendría a experimentar con este proceso de industrialización. En esta parte se presenta la estrategia nacional para el desarrollo económico del país, en seguida, con ayuda del concepto sobre el distrito industrial, se presenta como el proceso de industrialización del litio vendría a consolidar en la región de Potosí un distrito industrial. Finalmente, de consolidarse el PND (2016-2020), el concepto de polos de desarrollo permite considerar que la región se podría transformar en un polo de crecimiento.

1. INDUSTRIA Y DESARROLLO REGIONAL: Una breve reseña histórica de la actividad productiva de Potosí, del estaño al litio

1.1. Teoría de los “polos del crecimiento” y el desarrollo regional en la era del estaño en Potosí (1885-1985)

A finales de la década de 1940 e inicios de la década de 1950, las teorías sobre el desarrollo, que centra su análisis en lo regional y local comienzan a surgir¹. Éstas fueron formuladas en un contexto fuertemente influenciado por la perspectiva keynesiana, que defendía una intervención externa en la economía, por ejemplo, la actuación del Estado para la obtención del pleno empleo. En ese sentido, estas teorías sobre el desarrollo regional y local también sufrieron influencia de esa perspectiva, específicamente, a la formulación de políticas consideradas necesarias para el combate a los desequilibrios regionales existentes (DINIZ y CROCCO, 2006).

1 Con la crisis de 1929, que trajo consigo la Gran Depresión y al término de la Segunda Guerra Mundial, se originó un cambio en la organización de la vida económica, surgieron nuevas teorías del desarrollo quedando debilitada el dogma liberal del siglo XIX (BASTOS; BRITTO, 2010, p. 7).



De forma general, las teorías sobre el desarrollo regional y local postulaban que, el desarrollo de una determinada región estaría condicionado por la posición ocupada y por estar dentro de un sistema jerarquizado y asimétrico de regiones, en donde su dinámica estaba en gran medida fuera de la región. Destáquese dentro de esas teorías, los modelos de causación acumulativa de Myrdal (1957), los polos del crecimiento de Perroux (1955) y Boudeville (1968) y, de cierta forma, en la teoría de la base de exportación de North (1955) (DINIZ y CROCCO, 2006, p. 11).

En este mismo contexto de surgimiento de estas teorías, a finales de la década de 1940, varios países latinoamericanos comienzan a crear actividades regionales (corporaciones, superintendencias, etc.), algunas dependientes del gobierno central y otras dotadas de diversos grados de autonomía para ejecutar ciertos proyectos de propósitos múltiples en la “periferia” del país (NEIRA Apud BOISIER 1976). Los conceptos de centro y periferia, entendidos aquí como herramientas de análisis para delimitar las ideas de lo urbano (que concentra actividad motriz) y lo rural (que concentra las actividades complementares con el objeto de explotar recursos naturales).

En este contexto uno de los rasgos más comunes en los esfuerzos de planificación y desarrollo nacional y regional en países de América Latina, como Bolivia, Chile y Colombia, es el uso de los conceptos elaborados originalmente por Perroux (1955), en relación al papel de los llamados “polos de crecimiento” (BOISIER, 1976). La idea de “polos de crecimiento” consiste en la instalación de una industria motriz en el centro, que a través de sus efectos el *montante* y la *justante*, se convertiría en un polo de crecimiento y estimularía el desarrollo de las regiones periféricas (DINIZ y CROCCO, 2006). En otras palabras, según Perroux, los “polos de desarrollo” se definen como la elasticidad del bienestar de una región periférica ante la inversión realizada en el centro urbano.

Ahora bien, el objetivo aquí es relacionar cómo fue empleado este concepto en las estrategias de acción para el desarrollo regional en Bolivia. En el caso en cuestión, el origen del desarrollo regional se establece en dos periodos en la que los minerales fueron base de la economía nacional, primero la plata (desde su fundación hasta finales del siglo XIX) y luego el estaño (desde comienzos del siglo XIX hasta 1985), ambos situados en la región periférica del país. Pero, está claro que la estrategia más importante para el desarrollo regional del país, se da en el intento de un proceso acelerado de industrialización del estaño en 1952.

Las minas de los grandes propietarios mineros (Patiño, Hoschild y Aramayo), pasan a propiedad del Estado bajo la administración de la nueva empresa estatal de la minería, la Corporación Minera de Bolivia (COMIBOL). Cabe notar que prácticamente la totalidad de las minas nacionalizadas eran propiedad de capitales privados bolivianos que se habían transnacionalizado desde Bolivia (MESA, 2014).

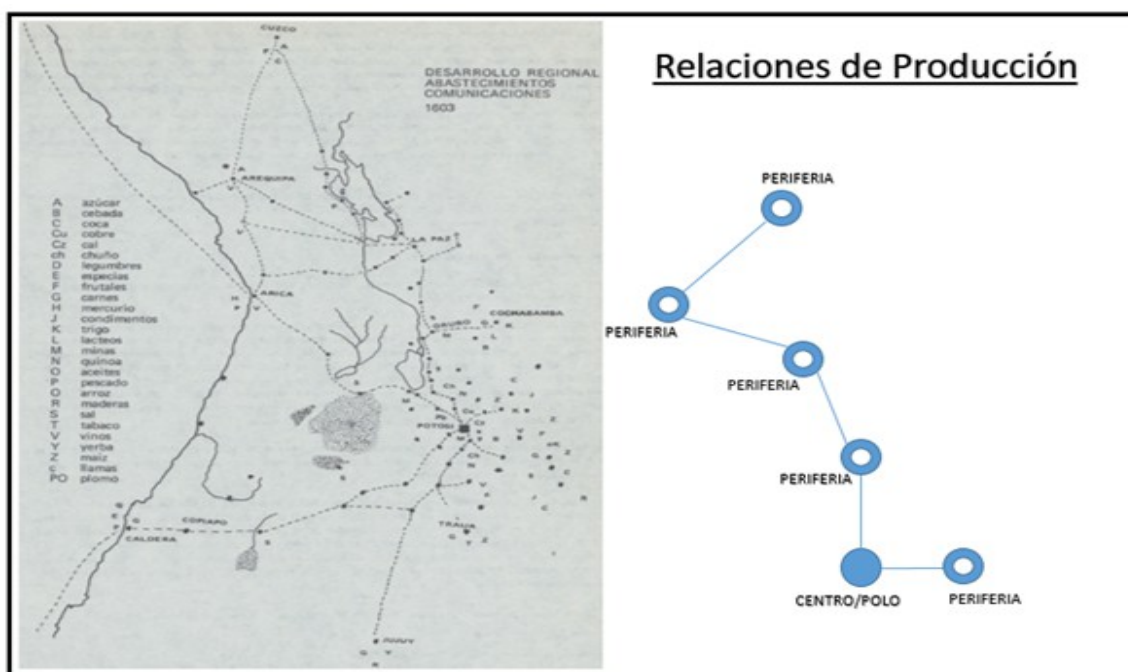
Esto con el objetivo de conseguir un nivel más elevado de la renta, para esto Albert Hirschman (1961), dice que, si una economía desea alcanzar niveles altos de



renta, necesita en primera instancia promover su ámbito interno o en varios centros regionales de fuerza económica. El caso de Bolivia, la transformación gradual de la región del altiplano y sus zonas adyacentes fue uno de los procesos más importantes creados por el crecimiento de Potosí, poderoso centro de producción y consumo, además de la influencia en el diseño de la estructura regional (SANTAMARÍA, 1973). Así, la región del Altiplano, con su centro industrial minero en Potosí, se fue convirtiendo poco a poco en un polo de crecimiento regional en Bolivia, tal y como se muestra en la siguiente Figura 1.

En ese sentido, el Estado boliviano, para no debilitar los efectos de encadenamiento, con la pulverización de las inversiones, internas y externas, en todo el territorio nacional, las concentró estratégicamente en una región específica para luego ser distribuidas según la relevancia e importancia económica en esa misma región, con destaque para la minería (estaño), que había pasado a convertirse en su industria motriz. Esta industria producía, y aún produce, tanto para el mercado interno, pero sobre todo para el mercado externo; se presentó como una actividad innovadora, de gran dimensión y con una estructura operacional de porte oligopolista; y con gran poder de mercado, lo cual, de acuerdo con Souza (2005), son características fundamentales de una actividad motriz.

Figura 1: Las relaciones de producción entre el centro y la periferia



Fuente: Adaptado de Santamaría, 1973



Las empresas actuarían con un efecto propulsor (innovador), que generaría efectos de difusión a través de la inversión. Perroux (1955), pone énfasis en el concepto de “espacio económico”, enfocado en el concepto de innovación de Schumpeter, señalando que las empresas se concentran y se articulan en los centros urbanos, lo que los convierte en polos de desarrollo. Estos espacios económicos concentran las empresas, que constituyen las diferentes formas institucionales de arreglos locales, objetivando, no solo el crecimiento económico y la competitividad y el desarrollo local y regional, sino también, la promoción de la innovación de la región, por lo cual puede ser a través de parques tecnológicos, arreglos productivos locales, incubadoras o distritos industriales (DINIZ, SANTOS; CROCCO, 2006).

El ciclo del Estaño culmina en 1985 junto con el dominio de producción y exportación de estaño de Potosí y al mismo tiempo una aguda crisis económica por la caída de precios internacionales, deuda externa y la hiperinflación, que terminó con un periodo aproximadamente de cien años, de enriquecimiento con el estaño junto con los yacimientos mineros como los de Catavi, Huanuni, Colquiri, Potosí (unificada), San José y otras hicieron a Bolivia uno de los principales países productores de estaño del mundo (MESA, 2014), es decir, que la caída de los precios en el exterior debilitaron la conformación de un polo industrial en Potosí en torno al estaño.

1.2. El “Distrito Industrial” y la industrialización del litio de 2006-2014

El uso de conceptos como el de “distrito industrial” y aglomeraciones productivas locales, se han vuelto cada vez más comunes en la literatura sobre el desarrollo regional y local, sobre todo, a partir del último cuarto del siglo XX, cuando el autor Alfred Marshall (1870), escribe sobre la naciente teoría de la producción, en oposición al “sistema de fábrica” (*factory system*), como centro de las operaciones productivas en un mismo lugar y con un elevado grado de integración, que sería superior a los métodos de producción más dispersos en el territorio y menos integrado.

Posteriormente, en otro trabajo realizado por Marshall, la primera versión de la idea de “nación económica”, se trata de un lugar o sistema de lugares caracterizado por su homogeneidad cultural, valores, instituciones, facilidad de circulación de la información, hacen que la movilidad de capital y trabajo nivelen rápidamente los índices de beneficios y de salarios. La segunda versión de la “nación económica” es un bloque de sujetos dentro de un Estado-nación (por ejemplo: los mineros y los propietarios de minas de estaño), en otros términos, la capacidad de aplicar el concepto de Adam Smith de división del trabajo a diferentes entes del mundo en su conjunto, lo que Marshall llamaba “distritos” otros lo denominan aglomeraciones industriales (BECATTINI, 2002).

Durante los años 1980 las empresas medianas mineras diversifican su producción notablemente. Contreras (1989) citado por Juan Morales y Justo Espejo



(1994), dicen que: hay una tendencia a dejar el estaño y/u optimizar el desarrollo de las operaciones estañíferas y dedicarse a otros minerales. En 2006 con el nuevo régimen y su ambicioso Plan de Desarrollo Nacional (PDN), en el que se incluye una estrategia para la extracción, industrialización y comercialización del litio en tres fases. La primera fase, que trata de, la construcción de dos Plantas Pilotos para aprender el manejo de la tecnología de extracción y producción a pequeña escala de carbonato de litio y cloruro de potasio. Y en la segunda fase, se pretende ampliar la producción de estas dos Plantas para su comercialización, ambas fases están pensadas para ser desarrolladas bajo la conducción nacional. En la tercera fase particularmente se prevé la participación económica del sector privado, para la producción, específicamente, de baterías de Ion-litio.

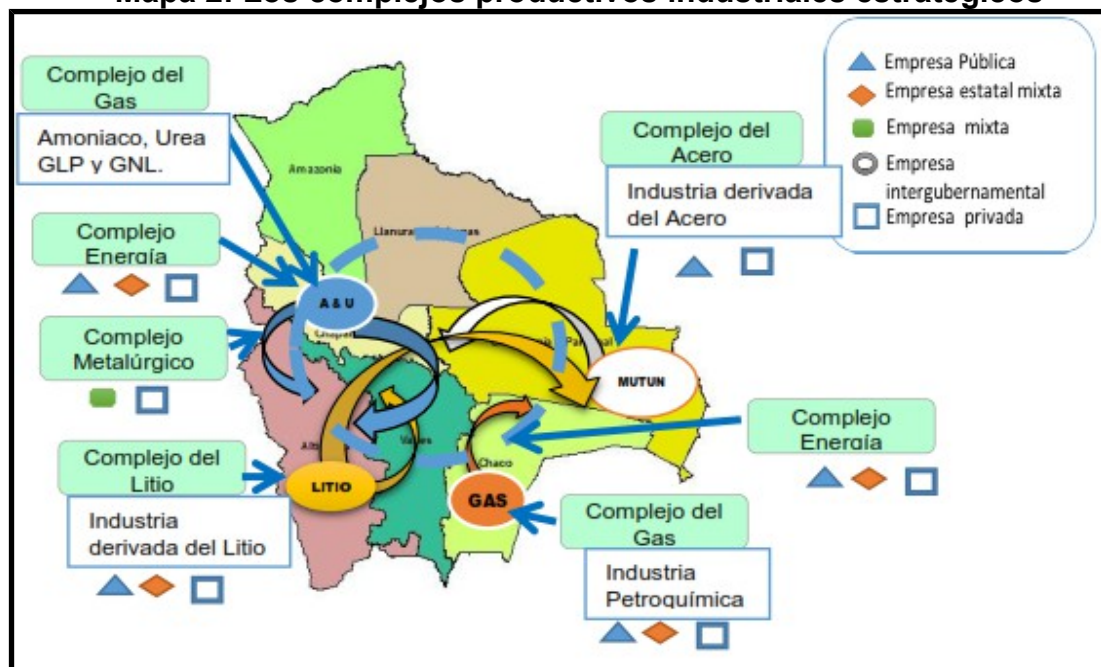
En el mapa 2, se distinguen los cinco complejos industriales a nivel nacional o “distritos industriales” estratégicos a través de los cuales Bolivia busca dinamizar la economía del país, avanzando hacia la integración de iniciativas productivas y de transformación, en el marco del proceso de articulación macro regional contemplado en su PDN 2016-2020. De estos distritos, el que más interesa para este trabajo es el Distrito Industrial del Litio a nivel local, pues como se ha mostrado ya, es la actividad económica que desde el 2006 el gobierno busca impulsar como la nueva actividad motriz en Potosí. Ahora bien, es importante destacar que, con la consolidación de esa nueva actividad motriz en la región, Potosí continuaría siendo un importante polo de desarrollo económico

Según Bellandi (2006), se puede resaltar de Becattini, Sforzi y Dei Ottati que: “en el distrito industrial hay una industria principal localizada, y ésta tiene caracteres de sistema de producción manufacturero no jerarquizado”, es decir que prevalecen las pequeñas y medianas empresas y su correspondiente especialización manufacturera. Diniz, Santos y Crocco (2006) se refieren a estas pequeñas y medianas empresas como “firmas menores”, las cuales están conectadas en su mayoría, por el territorio y por los valores de la producción que están presente en él, dedicadas cada una a pocas fases de un proceso productivo más complejo.

Además, existen otros lugares de industria (ciudades dinámicas, sistemas locales rurales, polos de grandes empresas, etc.) (BELLANDI, 2006). El distrito industrial del Litio en la tercera fase contempla la implementación de un Centro de Investigación, Desarrollo y Pilotaje (CIDYP), que comprende a la vez varios proyectos operativos como: La Planta Piloto de Baterías (PPB) y la Planta Piloto de Materiales Catódicos (PPMC), además de la implementación de un Centro de Investigación en Ciencia y Tecnología de materiales y recursos evaporíticos, formando así los polos centrales (ECHAZÚ, 2015).



Mapa 2: Los complejos productivos industriales estratégicos



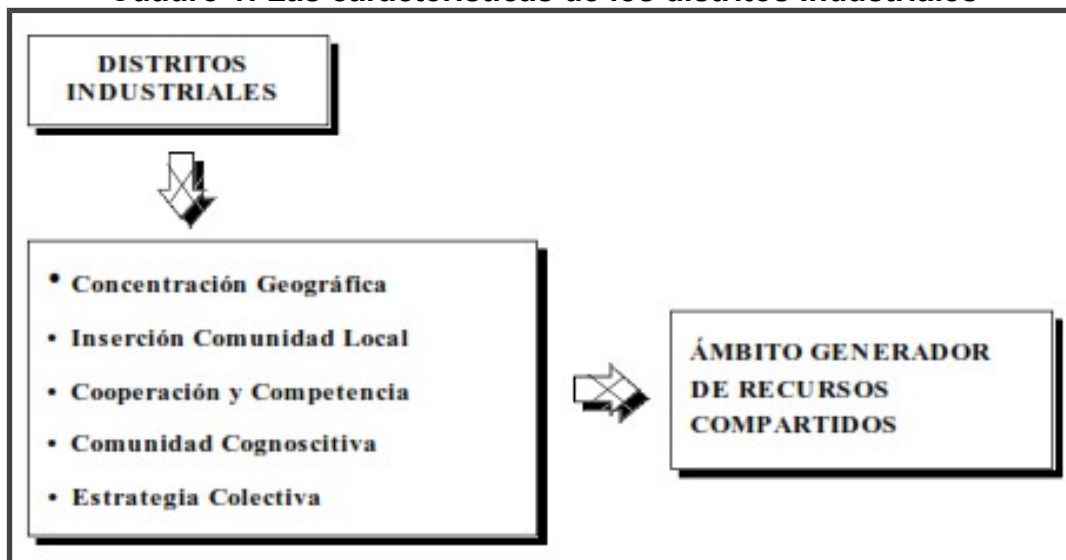
Fuente: Plan de Desarrollo Económico y Social 2016-2020

De forma general, lo que busca con el establecimiento de estos proyectos operativos es la generación de una red de actividades económicas y tecnológicas vinculados al desarrollo del distrito industrial del litio, y de los otros distritos industriales, en diferentes niveles de transformación industrial y en el desarrollo de una variedad de productos, o sea, de otras industrias derivadas, que puedan constituirse en insumos para la elaboración de nuevos productos cada vez con mayores procesos de transformación y mejores precios en los mercados externos. En el caso específico del litio, se plantean las industrias derivadas de baterías, industria automotriz, parque energético, etc. (PND, 2016).

Tal como afirma Mendoza (2013), las interacciones entre este conjunto de industrias, no solo generarán ventajas para las empresas que conforman el distrito, bajo la forma de externalidades, que son foráneas para cada empresa en particular, sino también para la región, pues también son endógenas para el área geográfica donde se ubica el distrito industrial, en el caso específico de Bolivia, la región de Potosí. Así, por ejemplo, en la medida que el distrito fuera creciendo también crecerá la fuerza de trabajo necesaria para la producción, como también los proveedores. En consecuencia, también se disminuiría la migración de trabajadores para otras regiones, no solo por la existencia de oferta de trabajo, sino también por el sentido de pertenencia al territorio y a la empresa que se formaría.



Cuadro 1: Las características de los distritos Industriales



Fuente: ZORNOZA, C; MORALES, J, 1998.

En el cuadro anterior, podemos observar las cinco características de los distritos industriales. La primera, la concentración geográfica delimitada de las actividades productivas, que en el caso del litio son las comunidades que existen en el Salar de Uyuni, con sus sistemas sociales locales. La segunda, la inserción de la comunidad local, que está previsto en la Nueva Constitución Política del Estado de 2009, en su Artículo 26-I que trata exclusivamente de la participación y control social. La tercera, sobre la cooperación y competencia, que se identifican como un tipo de colectividad de organizaciones, es decir múltiples pequeñas empresas que compiten unas con otras. La cuarta, la comunidad cognoscitiva son los agentes que comparten valores y creencias. Y, por último, la quinta característica tiene que ver con la estrategia colectiva, en donde la información es un recurso compartido y fluye entre todas las organizaciones.

2. Las perspectivas para la industrialización del litio en Bolivia y la mutabilidad tecnológica de la región

2.1. La estrategia nacional para el desarrollo económico

Desde el 2008 las reservas de litio del Salar de Uyuni y otros salares de Bolivia prevén la explotación de esta materia prima, ya que este país cuenta con las reservas más grandes del mundo de este mineral. Debido a la creciente demanda para el uso en baterías de teléfonos celulares, ipads, computadores portátiles y



sobre todo vehículos eléctricos para el mercado global, Bolivia planea, a través de las exportaciones de estas, alcanzar el desarrollo económico y social que le permita salir de la pobreza (STRÖBELE, 2013).

En 2006 en presidente Evo Morales y su nueva política económica orientada hacia los intereses nacionales y a la justicia social, planea la creación de una industria central propia (STRÖBELE, 2013). Dentro del cual el litio tiene una importancia estratégica, pues la exportación de minerales sigue siendo una de las columnas vertebrales de la economía del país.

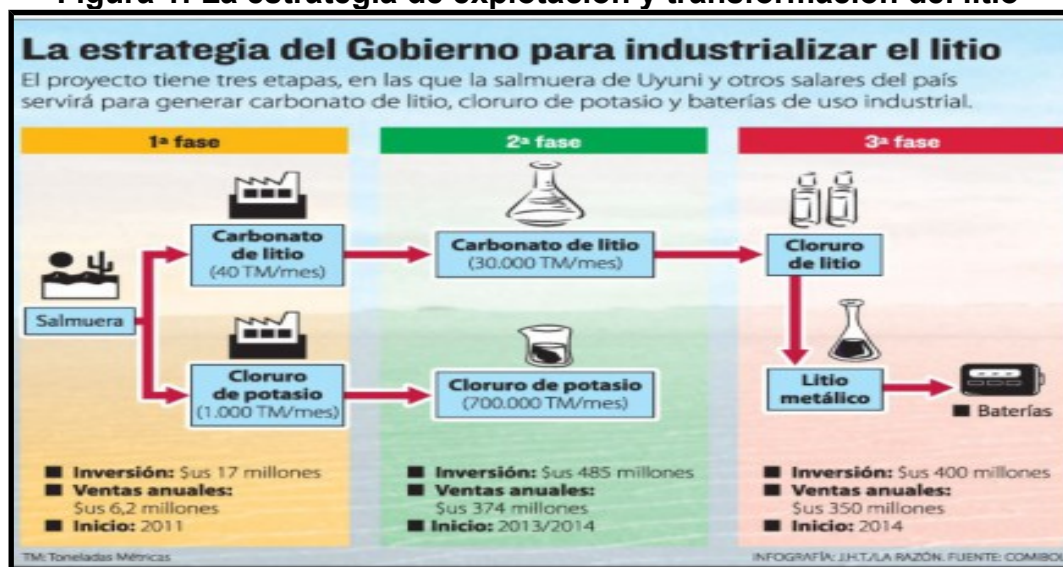
La estrategia nacional de industrialización, se puede entender como una de las vías, que según Becattini (2002, p. 17), “propone una pluralidad de correspondencia entre la actividad productiva y la vida ordinaria de la gente [...] que se encierra progresivamente en la fábrica o en la ‘zona industrial’ explotando y vaciando los contextos socioculturales y naturales”. En cuanto la estrategia de los recursos evaporíticos consiste en un plan en tres fases (ver Figura 1), para la explotación económica, industrialización y comercialización del litio, que se ejecutará bajo la dirección de la estatal Corporación Minera de Bolivia (COMIBOL) y la Gerencia nacional de Recursos Evaporíticos (GNRE), desde su siguiente enfoque:

Nuestra Misión y Visión [...] Visión: Industrializar los recursos evaporíticos de los salares de Bolivia, a través de proyectos sostenibles, públicos y sociales, que respondan al desarrollo regional, departamental y nacional, que permita el abastecimiento responsable, en particular del litio, a la comunidad internacional; proyectos industriales integrales que respetan el medio ambiente, las leyes vigentes, los derechos de los pueblos originarios, y generan trabajo, valor agregado, riqueza y soberanía. [...] Misión: Desarrollar tecnología en Bolivia para la industrialización de la salmuera de los salares de Bolivia, en particular el litio; preparar técnicos y profesionales bolivianos en tratamiento, producción y comercialización de derivados de litio, potasio, boro y magnesio de calidad y alto valor agregado. [...] Desarrollar: un complejo industrial nacional y público de química inorgánica basada en las salmueras de los salares del país, en particular de Uyuni y Coipasa (COMIBOL apud STRÖBELE, 2012, pp. 29-30).

En la búsqueda de una mejor oferta, Bolivia negocia con varios países y empresas, entre ellas, Irán, Japón, China y Corea del Sur. “En marzo de 2012, se firmó un acuerdo con el consorcio surcoreano Kores-Posco para la instalación de una planta piloto de fabricación de cátodos de litio” (STRÖBELE, 2013, p. 78), es decir que, el Estado apunta al control propio de las cadenas de valor.

Al respecto, en 2007, en una entrevista para un canal de televisión española, el presidente Evo Morales afirmó que sería el Estado, con sus propios medios financieros y tecnológicos, que llevaría a cabo la explotación del litio. Así la cooperación con empresas públicas o privadas extranjeras sólo se contemplaría para la fase de producción de baterías y para su comercialización (STRÖBELE, 2014, p. 151).

Figura 1: La estrategia de explotación y transformación del litio



Fuente: STRÖBELE, 2012.

Pero, en 2012 empezó a imponerse la conciencia de que la cooperación con empresas externas especializadas era esencial, incluso desde la primera fase. Es por eso, que se viene gradualmente haciendo reajustes a la planificación, por ejemplo, el director general de la GNRE Luis Echazú dijo: “que la producción de litio metálico y baterías de litio se postergó hasta 2016 y 2020, por un retraso en la construcción de la Planta” (El Deber 2013 *apud* STRÖBELE, 2015), pues estas empresas externas cuentan con el *Know-How* que la industrialización del litio demanda y con la que Bolivia aún no cuenta. Con el objetivo de adquirir la experticia necesaria, el gobierno, a través de la GNRE, adquirió en 2013 una planta piloto de baterías de litio de una empresa privada china. Junto con ello, se posibilitó la capacitación de los técnicos bolivianos para la comprensión y aplicación de tecnología china en la industrial del litio en Bolivia (ECHAZÚ, 2014).

En cuanto a la cooperación interna con empresas relacionadas a otras actividades mineras, ya instaladas y en funcionamiento en el país, el director general Ing. Luis Echazú, también afirmó que se buscará una complementación entre la Planta de Cátodos de litio, Planta de cobertores catódicos de cobre, localizada en Coro-coro, y la Planta de Ánodos de grafito con estaño. Todo ello, por ejemplo, para la fabricación de baterías de Ion-Litio que estará a cargo de la planta piloto de baterías, que deberá liderar, además, la transferencia de tecnología (*know-how*) en baterías de Ion-Litio, capacitación de técnicos bolivianos, conocimiento de la tecnología y el desarrollo de nueva tecnología a partir de la tecnología transferida.



2.2. El distrito industrial del Litio

En resumen, podríamos considerar al “Distrito Industrial” como una concentración de empresas en un ámbito geográficamente delimitado donde se realizan actividades productivas interrelacionadas, con la inserción de actividades económicas en el sistema social local, un dominio de las pequeñas empresas, que se identifican con la comunidad cognoscitiva y donde los agentes comparten los mismos valores y creencias (ZORNOZA, C; MORALES, J, 1998).

Mapa 3: Proyección del “distrito industrial” de Bolivia



Fuente: Elaboración propia del autor

En el mapa anterior se proyecta lo que vendría a configurarse como el distrito industrial del litio en la región de Potosí. Como puede verse, inicialmente, el distrito comenzaría a ser conformado por cuatro industrias principales ya existentes, que son: Planta de cobertores catódicos de cobre, la Planta de Ánodos de grafito de estaño, la Planta de carbonato de litio y la Planta la salmuera del salar de Uyuni. Con el crecimiento e inserción de nuevas actividades productivas en la región (la



industria automotriz y el parque energético), complementarias y/o derivadas, la aglomeración industrial también experimentaría una significativa expansión.

Un conjunto de actividades complementarias y/o derivadas vendría surgir y consolidarse con la propuesta del gobierno de Evo Morales de integrar iniciativas productivas y de la articulación macro regional, con lo cual se plantea la articulación entre los diferentes distritos industriales estratégicos (Gas, Energía, Metalúrgico, Acero y Litio) y entre estos y los Complejos Productivos Territoriales (agropecuaria, turismo, industria manufacturera y artesanal) que permita la articulación de procesos productivos por rubros y productos en un ámbito territorial específico, o sea un entramado productivo territorial. El caso en cuestión, como se muestra en el mapa 3, este entramado productivo territorial hace referencia a la región de Potosí.

Ahora bien, de acuerdo a Becattini (2002, p. 19), para que un distrito industrial se forme y se consolide deben de cumplirse ciertas condiciones de oferta y demanda. En cuanto a la condición local de oferta: a) una complejidad “cultural” hecha de valores, conocimientos, instituciones y comportamientos; b) una estructura productiva formada al mismo tiempo por fábricas, talleres artesanales, trabajo a domicilio y autoproducción familiar; y, c) una estructura crediticia dispuesta a financiar las iniciativas más pequeñas y prometedoras. Del lado de la demanda, se considera la superación del *Standard Comfort* que dé lugar a demandas muy variables de productos diferenciados y personalizados. Se presentan las proyecciones para la industria del litio en Bolivia, lo cual permitirá considerar si el distrito industrial del litio, se desarrollará en la región de Potosí.

Las proyecciones para la formación del distrito industrial del litio han sido basadas, por un lado, desde el punto de vista pesimista, en base a la autora Strobele (2015), que considera que Bolivia tendrá dificultades, tanto en la oferta como en la demanda, por sus estructuras de desigualdad tecnológica y económica, mano de obra capacitada, el retraso en la producción de baterías (de 2014 a 2016 y 2016 a 2020), lo cual dificulta un posicionamiento favorable en el mercado mundial.

Desde el punto de vista optimista, el gobierno de acuerdo a sus ideales y al PNDES (2016-2020) para el litio, tiene las capacidades (económicas y tecnológicas básicas) para cumplir las demandas y hacer frente a las dificultades que el proceso de industrialización requiere. Además, considera que esas capacidades serán fortalecidas mediante cooperación externa con otros países. Siendo cumplida esta parte, nos ayudará a concluir el objetivo central de nuestra investigación, la cual proyecta a la industria de baterías como un polo regional de desarrollo, que construiremos a continuación.

2.3. ¿Uyuni, el nuevo polo industrial de Bolivia?

El proyecto de industrialización del litio se presenta en una nueva modalidad de desarrollo regional con una escala a nivel nacional. Y para Boisier (1976), esta modalidad y escala representan una complejidad y naturaleza variable, ya que el



desarrollo regional a escala nacional, puede responder a la acción de diferentes agentes con diversas motivaciones. Varios grupos de interés en el departamento de Potosí reclaman categóricamente una considerable participación en los beneficios del negocio del litio (STROBELE, 2012).

La distribución del ingreso tiene un fuerte ingrediente territorial, dadas las expectativas de los altos ingresos que generaría la industria de litio han traído a la escena a actores departamentales y municipales, para esto es importante una revisión de las cuotas de distribución de los ingresos y de la participación en la planificación y ejecución del programa, en este caso Potosí puede apoyarse en la constitución de 2009 (STROBELE, 2012). De esta forma el desarrollo regional se vincula con el problema de distribución del poder y consecuentemente con el grado de democracia imperante en una sociedad, a través del rol que estas organizaciones y asociaciones de base territorial juegan en el mecanismo general de la toma de decisiones (BOISIER, 1976).

Pero algunos actores en Potosí reclaman una mayor proporción del ingreso para el departamento de aproximadamente 5%, según Vargas (2010) citado por Juliana Strobele (2012), La universidad Tomás Frías pide que los ingresos sean exclusivamente para el departamento de Potosí, y las autoridades de la provincia Daniel Campos, en la que se encuentra ubicado el Salar de Uyuni, exige el 40% de los ingresos (STROBELE, 2012). Como vemos, existen conflictos en cuanto a la participación y distribución de los ingresos, poniendo en duda la configuración del polo industrial en Potosí y según Richardson, citado por Boisier (1976), la distribución influye en el tipo de estrategia de polo requerida, además, la geografía y topografía del lugar es crucial y en Potosí interviene una desventaja, que está demasiado alejada del centro. Por último, es requerido un grado elevado de descentralización administrativa y política, ya que un sistema altamente centralizado obstaculiza una aplicación exitosa de la estrategia.

Se espera que, a medida que el proyecto vaya avanzando se vayan superando estos conflictos y se solucionen los problemas administrativos, para que la idea de la idea de “polos de crecimiento”, que consiste en la instalación de una industria motriz en el centro, que a través de sus efectos el *montante* y la *justante*, se convertiría en un polo de crecimiento y estimularía el desarrollo de las regiones periféricas (DINIZ y CROCCO, 2006). En el caso de Bolivia en su PDN (2016-2020), como fue afirmado, la Planta de baterías de litio busca liderar y controlar las cadenas de valor, desde la exploración, extracción, producción (litio metálico, cátodos, ánodos y electrolitos) y comercialización (ver Mapa 3).

Se concretizarse el control de las cadenas de valor, la Planta de baterías de litio pasaría a convertirse en la actividad motriz posibilitando transformar a la región en un polo de desarrollo económico, estimulando el proceso de crecimiento de las periféricas.



CONSIDERACIONES FINALES

Este trabajo abordó la cuestión del estaño y de la industrialización del litio como la nueva actividad económica que ha venido consolidándose en la región de Potosí/Bolivia, la cual fue impulsada a partir de la alternancia política ocurrida en Bolivia en 2006, con la llegada de Evo Morales a la presidencia. Respecto al estaño, desde comienzos del siglo XIX pasó a convertirse en la principal estrategia para el desarrollo regional en Bolivia, a través de varios intentos de industrialización, los cuales no se concretizaron. Pero que sí llevó a una transformación gradual de la región de Potosí en un importante polo de crecimiento económico, hasta la crisis de mediados de la década de 1980.

En cuanto al Litio, su proceso de industrialización (ver figura 1) fue previsto en el Plano de Gobierno (2006-2011) del presidente Evo Morales. A pesar de que los primeros resultados estaban previstos para el periodo 2011-2013, éstos sólo se obtuvieron en 2014, lo que se debió al retraso de la construcción de la Planta piloto de carbonato de litio, como consecuencia de la falta de capacidades técnicas, la formación, investigación y desarrollo tecnológico.

Como parte de los primeros resultados del proceso de industrialización del litio, se implementó la Planta piloto de baterías, que pasó a ser una muestra de lo que sería el dominio de las cadenas de valor, es decir, concentrar desde la exploración a la comercialización. Cuando se implemente la Planta industrial permanente, el objetivo es que su proceso productivo sea complementado con la especialización productiva de otras industrias, como la Planta de cobertores catódicos de cobre, la Planta de Ánodos de grafito de estaño, la Planta de carbonato de litio y la Planta la salmuera del salar de Uyuni. En este proceso vendría a consolidarse el distrito industrial del litio en la región de Potosí. Siendo que, se cumpla en totalidad el Plan de desarrollo (2016-2020), desde el punto de vista optimista del gobierno, la COMIBOL y la GNRE.

Una vez alcanzado los objetivos del gobierno y en definitiva el distrito industrial del litio, la Planta de baterías de litio, por su carácter y funciones, se transformaría en la industria motriz, posibilitando la transformación de la región de Uyuni (Potosí) en un polo de desarrollo regional.

REFERENCIAS

BASTOS, P; BRITTO, G. Introducción en: Agarwala, Sao paulo, **La economía del subdesarrollo**, 2010.

BECATTINI, G. Del distrito industrial marshalliano a la "teoría del distrito" contemporánea: Una breve reconstrucción crítica. **Investigaciones Regionales**, n. 1, 2002.



BELLANDI, M. El distrito industrial y la economía industrial. **Dialnet**, Florencia, n. 359, 2006.

BOISIER, S. **La teoría de los polos de crecimiento en las estrategias de desarrollo regional en América Latina**. [S.I.]: Instituto Latinoamericano de Planificación económica y social, 1976.

DINIZ, Clélio C.; CROCCO, Marco. Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil: uma breve reflexão. In: _____ (Org.) **Economía Regional y Urbana. Contribuciones Teóricas Recientes**. Belo Horizonte: Editoria UFMG, 2006.

DINIZ, Clélio C.; SANTOS, Fabiana; CROCCO, Marco. Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil: uma breve reflexão. In: DINIZ, Clélio C.; CROCCO, Marco (Org.) **Economía Regional y Urbana. Contribuciones Teóricas Recientes**. Belo Horizonte: Editoria UFMG, 2006.

ECHAZÚ, Luis A. **Entrevista al Ingeniero Luis Alberto Echazú** (19 feb. 2014). Entrevistado por: Jhon Arandia, La paz, La Paz: Cadena A TV, 2014. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=M5oDPIGuyjA> . Acceso en: 17 marzo 2016.

ECHAZÚ, L. **Memoria 2015**. Gerencia Nacional de Recursos Evaporíticos de Bolivia. La Paz, p. 146. 2015.

HIRSCHMAN, A. Transmisión interregional e internacional del desarrollo económico. In: HIRSCHMAN, A. **Estrategía del desarrollo económico**. [S.I.]: Fondo de Cultura, 1961.

MENDOZA, Mario B. **El Desarrollo Local Complementario. Un manual para la teoría en acción**. Málaga: Fundación Universitaria Andalu, 2013.

MESA, C. **Breve historia de las políticas públicas en Bolivia**. La Paz: GISBERT, 2014.

MORALES, J.; ESPEJO, J. La minería y los hidrocarburos en Bolivia. **IISEC**, La Paz, n. 08, 1994.

PDN. **Plan de Desarrollo Económico y Social 2016-2020**: En el marco del desarrollo integral para vivir bien. La Paz: [s.n.], 2015.

SANTAMARÍA, D. Potosí entre la plata y el estaño. **Geográfica**, n. 79, 1973.

STRÖBELE, J. Litio en Bolivia. **Working Paper**, n. 14, 2012.



_____, J. Lítio y las desigualdades de conocimiento en Bolivia. In: GÖBEL, B.; ULLOA, A. **Estractivismo minero en Colombia y America Latina**. Bogotá: Univeridad Nacional de Colombia, 2014. p. 519.

_____, J. Desigualdades estructurales en el aprovechamiento de un recurso estratégico: La economía global del lítio y el caso de Bolivia. **Working Paper Series**, Berlin, n. 79, p. 71, 2015

ZORNOZA, C.; MORALES, J. El distrito indutrial valenciano: ¿Mito o relaidad competitiva? **Revista Valeniana D'estudis Autonómics**, Valencia, 1998.

SOUZA, Nali de J. Teoria dos Polos, Regiões Inteligentes e Sistemas Regionais de Inovação. **Análise**, vol. 16, n. 11, p. 87-112, Porto Alegre, 2005.

*Recebido em 13/04/2017
Aprovado em 13/06/2017*



FRONTERAS Y FRENTES ENERGÉTICOS EN ARGENTINA

FRONTIERS AND ENERGY FRONTS IN ARGENTINA

Silvina Carrizo*
Marie Forget**

RESUMEN

Los frentes energéticos avanzan en Argentina, desde principios del siglo XX. Las fronteras que crean, todavía continúan moviéndose, pero con propósitos y actores renovados. Los primeros grandes emprendimientos y obras fueron impulsados con los objetivos mayores de 1) abastecer los grandes centros de consumo y 2) contribuir a la integración de los territorios periféricos de la Nación. Los proyectos binacionales han contribuido a su vez, a construir las bases para la integración regional. A principios del siglo XXI, la búsqueda planetaria de una transición a energías renovables propicia cambios socio-tecnológicos que promueven nuevos frentes productivos. Las políticas públicas energéticas dan marco a los cambios en los sistemas y las transformaciones territoriales. En las nuevas fronteras, con proyectos de valorización de recursos naturales para aprovechamientos energéticos, los espacios periféricos podrían encontrar oportunidades de reposicionamiento e integración.

Palabras claves: energía, frentes, fronteras, recursos, proyectos, territorialización, integración

ABSTRACT

Energy fronts have advanced in Argentina since the beginning of the 20th century. The created frontiers, still continue to move, but with renewed purposes and actors. The first major enterprises and works were driven with the main objectives of 1) providing energy to large consumption centers and 2), integrating peripheral territories to the Nation. Binational projects have also contributed to build regional integration bases. At the beginning of the 21st century, the planetary search for a transition to renewable energies brought socio-technological changes that promote new productive fronts. Public energy policies provide a framework for changes in systems and territorial transformations. In the new frontiers, with projects of natural resources valorization for energy uses, peripheral spaces might find opportunities of repositioning e integration.

Keywords: energy, fronts, frontiers, resources, projects, territorialization, integration

* Arquitecta. Doctora en Ordenamiento territorial. Investigador independiente CONICET Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – CESAL Centro de Estudios sobre América Latina, UNICEN. Argentina. E-mail: silcarrizo@yahoo.com

** Doctora en Geografía y Ordenamiento Territorial, Investigadora docente, Université Savoie Mont Blanc. E-mail: forget7982@hotmail.com



Introducción

Desde principios del siglo XX, en Argentina, la extensión de las redes energéticas promueve la territorialización de grandes espacios naturales y la integración de las regiones más alejadas. El interés internacional por el rico potencial energético de esos confines motiva también diversos grandes proyectos. La puesta en valor a gran escala, de los recursos energéticos, localizados en sitios periféricos trascendió primero con la extracción de petróleo en Patagonia. En esta región posteriormente, se impulsó la explotación gasífera, los grandes proyectos hidroeléctricos del Comahue y el aprovechamiento del carbón en Río Turbio. En el Noroeste y Cuyo se expandió la explotación hidrocarburífera y en la Mesopotamia, se multiplicaron los aprovechamientos hidroeléctricos binacionales. Ya a finales de siglo XX y principios de siglo XXI, yacimientos de hidrocarburos no convencionales en la Patagonia, parques eólicos en el litoral atlántico y parques solares en Cuyo contribuyen a fortalecer el abastecimiento energético. La explotación en los Andes de litio para fabricación de baterías y el proyecto de producir silicio para celdas fotovoltaicas están abriendo nuevos espacios energéticos.

Un movimiento de integración y territorialización fue avanzando en o hacia las periferias como un frente pionero de la energía, construyendo fronteras energéticas. La necesidad de abastecer las grandes ciudades y los complejos industriales propició esa forma de integración de los espacios periféricos al país y el mundo (Lins Ribeiro, 1987). Su incorporación se apoyó en el tendido de infraestructuras, conectándolos a territorios próximos y también a otros distantes –nacionales o de otros países -. A lo largo del tiempo, las redes se expanden y cambian. Los sucesivos modelos energéticos dominantes se suceden -del carbón al petróleo, luego al gas y en la nueva transición hacia las energías renovables- y surgen innovaciones tecnológicas. (Hughes 1983, de Gouvello, 1999, Pires do Rio 2012). En Argentina y en el continente americano, la hidroelectricidad ha ocupado, como recurso energético y vector de territorialización, un lugar excepcional. En ese devenir, las fronteras y los frentes energéticos fueron recreándose.

Las fronteras energéticas desplazan la línea de espacio-conocido, con la implantación de proyectos en espacios fronterizos, en las periferias nacionales o sobre los límites con países vecinos. A su vez, las fronteras mudan con la incorporación de nuevos grupos de actores, procesos y formas de organización en el aprovechamiento de los recursos y servicio a las poblaciones y territorios. Luego la idea de frontera energética se puede entender de manera amplia. No sólo avanzan los proyectos de producción energética, sino también la manera de pensarlos y actuar. Las fronteras energéticas más recientes propician contemplar los intereses y aspiraciones de las poblaciones locales y consensuar las acciones para maximizar sus beneficios y minimizar los impactos sociales y ambientales negativos. La forma de implantar los proyectos cambió. Se intenta cada vez más, involucrar a la sociedad, con el objetivo de desarrollar alianzas beneficiosas para todas las partes (Cazeneuve, 2015).

Hoy en día, los grandes proyectos energéticos toman otras formas, convirtiéndose en oportunidades para los territorios mismos y no solo en función del interés de la Nación. Las modalidades de incursión de esos proyectos energéticos



quedan caracterizada por la noción próxima de frente energético, que encuentra sus raíces en la literatura norteamericana con los trabajos de Turner (1935) y francesa, de Monbeig (1952); Dollfus (1981); They (2006). La noción de frente pionero se refiere al avance que inducen nuevos proyectos energéticos que van localizándose en nuevos espacios, aprovechando nuevas tecnologías y permitiendo explotar nuevos recursos. Estos frentes energéticos se caracterizan por su movilidad en el espacio y en el tiempo, también por su entrada con las distintas generaciones tecnológicas que posibilitan su posicionamiento. Los frentes energéticos responden a desafíos geopolíticos, tecnológicos, económicos, sectoriales y comerciales. Requieren de creatividad para generar nuevos dispositivos y situaciones que les permitan avanzar.

Este trabajo propone analizar el rol del recurso energético como frente de apropiación, vinculación e integración territorial para entender cómo el aprovechamiento energético movió las fronteras regionales y contribuyó a la territorialización en Argentina.

En una primera parte analiza las fronteras energéticas espaciales, internas e internacionales. La segunda parte estudia los frentes abiertos por el aprovechamiento de energías renovables no convencionales y de nuevas tecnologías con dispositivos de almacenamiento energético.

1. Fronteras energéticas en tiempos de integración

Los proyectos energéticos más grandes se han localizado de manera histórica en regiones periféricas, ya sea en territorios poco poblados y ricos en recursos naturales, ya sea en zonas de fronteras políticas. Proyectos faraónicos sobre los ríos más grandes del mundo se ubican en los territorios fronterizos, con un primer objetivo de asegurar el abastecimiento de las grandes metrópolis, pero también de incorporar estos territorios en las márgenes a los territorios nacionales, aprovechando los recursos naturales y permitiendo cooperaciones transfronterizas (Marie Forget y Otro, 2015). La explotación de las fronteras geográficas internas tienen los mismos objetivos, a la excepción de la cooperación internacional. En Argentina, dos regiones ilustran esas estrategias: 1. el Comahue, donde se han desarrollado proyectos energéticos relacionados al aprovechamiento del recurso agua para la producción eléctrica; 2. la Mesopotamia, donde el aprovechamiento de los ríos Paraná y Uruguay, compartidos con Paraguay, Uruguay y Brasil, sentó bases para la integración regional.

1.1 Al interior del país

En Argentina, proyectos hidroeléctricos de gran escala, caracterizados por su “gigantismo, su aislamiento y su temporalidad” adquieren una dimensión geopolítica nacional (Lins Ribero, 1985). Se trata de grandes represas localizadas en la región del Comahue (Figura 1). Allí el recurso energético está disponible (altura de caída y caudal) mientras que los asentamientos humanos no son grandes. La lejanía física de la región y las limitaciones en infraestructura determinan aquel aislamiento

geográfico. No obstante fuertes migraciones se dan en las fases de construcción de las obras, dadas las dificultades existentes para obtener localmente mano de obra calificada. La instalación temporaria de villas creadas específicamente, como la del Chocón, modela un nuevo territorio, en torno al cual se organizan redes de conexión, básicamente redes viales y energéticas. Una suerte de semi-enclave toma lugar. Los discursos de los políticos sobre el proyecto, su avance y puesta en funcionamiento, expresan la visión sobre estos territorios alejados, con una fuerte carga simbólica (Radovich, 2005).

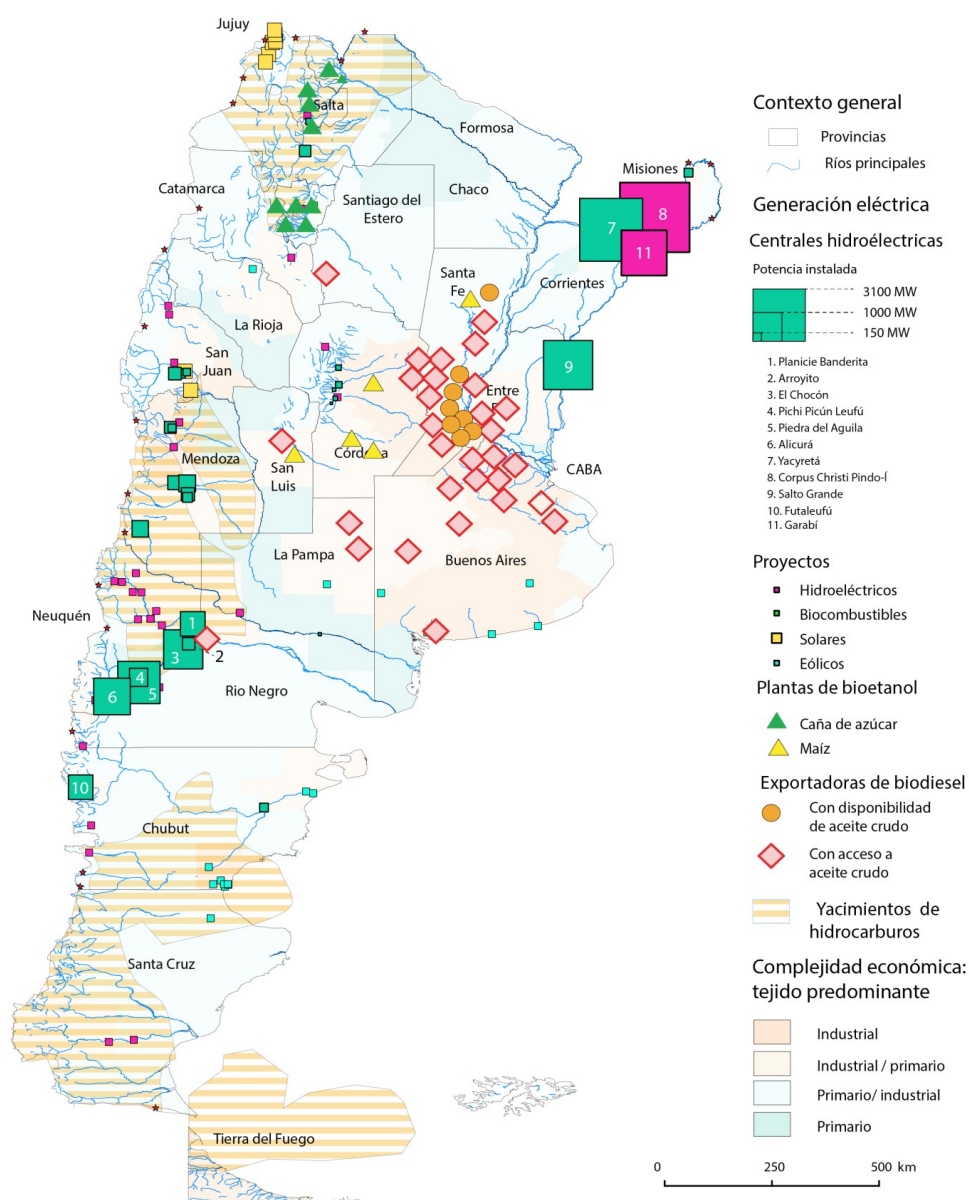


Figura 1. Fronteras y frentes energéticos. Fuente:Ministerio de Energía y Minería de la Nación; actualización de autores. Realización Marie Forget



La construcción de esas obras hidroeléctricas sigue la expansión abierta por frentes pioneros, que avanzaron con relevamientos y obras técnicas de considerable envergadura, en Neuquén y Río Negro: 1) expediciones militares y científicas, como las organizadas alrededor del año 1900, por F. P. Moreno –director del Museo de La Plata- para la exploración geográfica y la colección de materiales paleontológicos, biológicos y antropológicos, que constituyeron a su vez, una contribución mayor al conocimiento geológico y brindaron conocimientos sobre los recursos de la región; 2) el tendido del ferrocarril, que en 1902 conecta la ciudad de Neuquén -designada capital provincial en 1904-, con el puerto de Bahía Blanca sobre el océano Atlántico; 3) grandes obras de riego, como el dique Ballester, construido en 1910, sobre el río Neuquén, para desarrollar la producción frutihortícola en el alto valle irrigado; 4) hacia 1920, multiplicación de las perforaciones de exploración y producción de petróleo realizadas por el Estado e instalación de una refinería. Los frentes pioneros irían integrando los territorios a la Nación. Promoviendo nuevas dinámicas productivas, en espacios recientemente conquistados a las poblaciones originarias, cuyos derechos no fueron tomados en cuenta en esa época y en una acción apoyada sobre la figura narrativa de “ocupación del desierto”¹.

La empresa nacional Hidronor SA Hidroeléctrica Norpatagónica fue creada en 1967 con el objetivo de impulsar aprovechamientos hidráulicos para riego y energía. Planificó grandes represas sobre los ríos Colorado, Negro, Neuquén y Limay, que no son ríos compartidos con otros países. Con financiamiento de organismos internacionales, construyó seis grandes presas asociadas: en 1973, el Chocón (1200MW); en 1977, Planicie Banderita (472 MW); en 1979, Arroyito (128 MW); en 1985, Alicurá (1050 MW); en 1992, Piedra del Aguila (1400 MW) y en 1999, Pichi Picún Leufú (261 MW) (Figura 1). Los discursos de inauguración de la represa hidroeléctrica El Chocón aluden a una voluntad de integrar estos espacios y promover su transformación: *“La obra que hoy se inicia tiene un destino claro, preciso e irreversible: el progreso y desarrollo de la zona Norpatagónica (...). Si la electricidad se trasladará inicialmente al Litoral (...) no es para acelerar el progreso de éste, (...) sino exclusivamente para posibilitar la realización de un proyecto de promoción patagónica del mayor interés nacional”* (Ing. Luis M. Gotelli, Secretario Energía de la Nación, Clarín 10/01/1969).

La construcción de estas grandes obras hidroeléctricas refuerza la incorporación funcional del Norte de la Patagonia al territorio nacional, procurando abastecer la región metropolitana y centros de fuerte consumo energético. Esta integración se realiza a través del Sistema Interconectado Nacional SIN que se fue configurando por la incorporación progresiva de líneas y estaciones transformadoras. El proceso de privatización² llevado a cabo en la década de 1990 debilitó la dimensión nacional de esos emprendimientos.

1 La utilización del término “desierto” ha sido denunciada por numerosos trabajos antropológicos, e incluso ya en 1880, la oposición al gobierno del presidente Roca denunciaba que la calificación de 'desierto' era empleada por el Poder Ejecutivo Nacional “para ocultar el exterminio de sus adversarios y legitimar el robo, la destrucción, la especulación en tierras” (Lenton 1992)

2 Por ejemplo la represa Pichi Picún Leufú fue concesionada en 1997 a la empresa petrolera brasileña Petrobras.



1.2. En los límites internacionales

A diferencia de las obras realizadas en fronteras internas, las grandes represas localizadas en ríos compartidos se pueden ver como una afirmación de la soberanía nacional en las fronteras o como una posibilidad de integración con los países vecinos. Las teorías geopolíticas de las décadas 1960 a 1980 insistían en la necesidad de gestionar las zonas fronterizas para superar su aislamiento y su retraso económico, además de disminuir el alcance de un país vecino. En este caso, la provincia de Misiones aparecía como una zona débil. La construcción de una gran represa parecía una manera de luchar contra la influencia de Brasil (Zugaib, 2006).

Tensiones entre Argentina, Paraguay y Brasil aparecen con los estudios preliminares de la represa de Itaipú. En 1966, con una declaración conjunta de los dos países, comienzan a estudiar el aprovechamiento de los recursos hídricos, en el trecho del Río Paraná situado entre los Saltos del Guairá y la desembocadura del Río Iguazú (Caubet, 1989). La resolución del conflicto entre Paraguay y Brasil permite la planificación de la represa (Yahn Filho, 2006), pero Argentina se opone a esta decisión porque considera que este proyecto podría poner en peligro sus propios proyectos aguas abajo (Schausteck, 2010). Para solucionar de manera diplomática las rivalidades, se crea en 1967, el Comité Intergubernamental de la Plata, que redacta el Tratado de la Cuenca de la Plata en 1979, empezando una nueva cooperación entre los países de la Cuenca (Marie Forget, 2011). Luego en la Mesopotamia argentina, se han construido dos grandes represas binacionales: Salto Grande (inaugurada en 1979) y Yacyretá (inaugurada en 1994) compartidas con Uruguay y con Paraguay, sobre los ríos limítrofes Uruguay y Paraná, respectivamente. Sobre éste último se proyecta la presa Garabí a compartir con Brasil.

La concepción de la represa de Yacyretá respondía fundamentalmente a la idea de satisfacer la creciente demanda en energía y asegurar el poder sobre los recursos fronterizos, en un momento de rivalidad entre Argentina y Brasil. El objetivo de integración regional transnacional estaba entonces ausente. Sin embargo las gestiones binacionales con Paraguay y Uruguay han permitido mejorar incluso la cooperación argentino-brasileña. También desarrollar la integración territorial de esta frontera a través de protocolos de acceso a la zona. Por ejemplo, los mecanismos de compensación de los impactos de Yacyretá han impulsado una gestión de protección del medio ambiente, a través de la creación de espacios protegidos, siguiendo un plan de manejo similar en cada país. Estos espacios parecen permitir una integración regional, con la aparición de discursos regionalizados (Levinton, 2007). La construcción de infraestructuras energética y de comunicación³ también refuerza la integración. Las líneas eléctricas conectan los distintos países vecinos y permiten intercambios energéticos y económicos que atienden necesidades estructurales o coyunturales (Figura 2).

3 Yacyretá tenía que ser coronada por una ruta abierta al tránsito para facilitar el cruce del río, pero no fue abierta al público, con el argumento de garantizar la seguridad de la obra, mientras un puente fue inaugurado a 100 km aguas abajo, entre las ciudades de Posadas (Argentina) y de Encarnación (Paraguay).

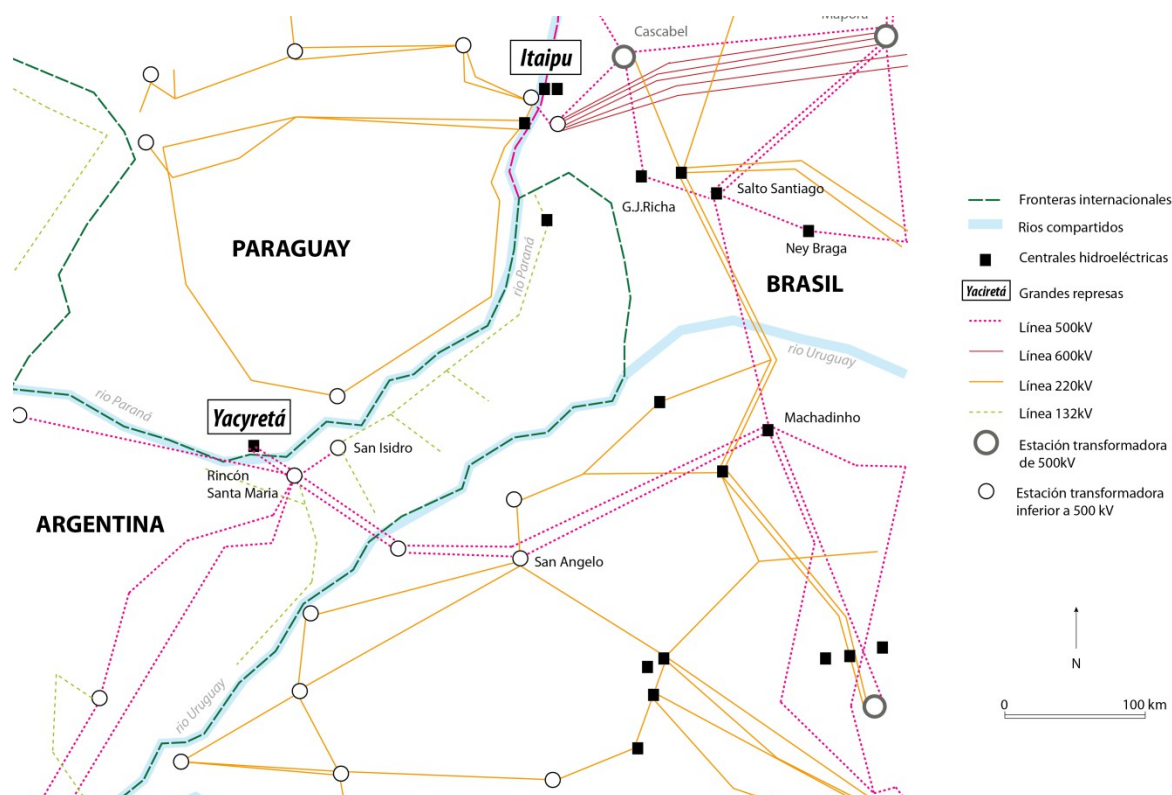


Figura 2. Integración regional a través de las interconexiones de las redes eléctricas. Fuente CAMMESA 2014, Realización: Marie Forget

Yacyretá queda conectada a Argentina por tres líneas de alta tensión de 500 kV y a Paraguay por una línea de 220 kV. La provisión de electricidad a la región metropolitana es considerada prioritaria. Esto refuerza las dificultades técnicas y económicas que encuentran los territorios del Noreste para beneficiarse de su producción energética. Los niveles de consumo de las provincias mesopotámicas no justificarían económicamente la instalación, muy cara, de transformadores para reducir la tensión. A pesar de estar cruzadas por líneas de alta tensión, las provincias de Misiones y Corrientes tienen tasas de electrificación inferiores a la media nacional (94% y 94,5% respectivamente mientras la media nacional es de 98%; INDEC, 2010). Ningún emprendimiento de envergadura mayor se ha concretado a pesar de la gran cantidad de energía generada en la región y del interés manifiesto de algunas empresas⁴. El “efecto túnel” o “efecto TGV Train à Grande Vitesse, tren de alta velocidad” que no deja beneficios al espacio intermedio que atraviesa, se registra en las líneas que conectan Yacyretá y Buenos Aires, sobre una distancia de 700 km (Brunet 1991, Silvina Carrizo y Marie Forget, 2011). Más de treinta años después de la inauguración de la presa, el desarrollo local ha sido débil, refiriéndose a los indicadores de desarrollo social (INDEC, 2010). Esto provoca una fuerte oposición local a la construcción de represas en la región⁵, mientras el Estado

4 Por ejemplo, Río Tinto analizó la posibilidad de instalar una planta de aluminio del lado paraguayo.



nacional continúa apoyándolos y avanza con un nuevo frente en la Patagonia austral.

2. Frentes energéticos en un mundo en “transición”

La transición hacia energías renovables es impulsada a nivel planetario, especialmente con el interés en disminuir las emisiones de gases efecto invernadero y para diversificar las fuentes de abastecimiento, propiciando cada vez más, una producción distribuida y el aprovechamiento de los recursos locales. Nuevas sistemas tecnológicos fomentan además la utilización de dispositivos de almacenamiento energético que exigen en su fabricación la utilización de nuevos minerales. Esta renovación energética por dos frentes -energías renovables no convencionales y utilización de baterías por doquier- hace de nuevos espacios, sujetos de “conquista”.

En Argentina, esos frentes energéticos avanzan al pie de la Cordillera y en el litoral atlántico especialmente. Aprovechan espacios de alta irradiación solar, cielos poco nubosos de las zonas semiáridas, los desniveles que no han sido explotados y el viento de las costas. La transición energética y las nuevas tecnologías ofrecen a las provincias periféricas una oportunidad de captar inversiones extranjeras o públicas y aumentar su capital financiero para el desarrollo territorial.

2.1. Energías renovables no convencionales

La producción de energía renovable se desarrolla a través de proyectos de generación a gran escala conectados a la red (solar fotovoltaico, eólico, hidroelectricidad) y de proyectos de pequeña escala para cubrir necesidades dispersas, en lugares aislados. Estos proyectos se localizan a menudo en las periferias, poniendo en valor el papel de la seguridad energética en las regiones fronterizas. En áreas agrícolas creció rápidamente la producción de biocombustibles, que mezclados con combustibles fósiles, son utilizados para el transporte y para la generación eléctrica. Una especialización territorial en el aprovechamiento de fuentes renovables redibuja el mapa energético argentino (Figura 1):

- territorios pampeanos de biodiesel, con mega-plantas concentradas en torno al complejo portuario de Rosario, donde lo producen a partir de soja y exportan, fundamentalmente a Europa, los volúmenes que no destinan al mercado nacional. Argentina se posicionó rápida y fuertemente en el mercado internacional.
- territorios nororientales de bioetanol de caña, en los que los ingenios azucareros vuelven a producir combustible, de forma similar a lo que hicieron en los años 1980, tras las crisis petroleras. Además aprovechan residuos para generar electricidad y mejorar su eficiencia energética.

5 Por ejemplo, al proyecto Corpus Christi sobre el Paraná aunque los estudios preliminares estén listos o al proyecto Garabí sobre el río Uruguay.



- territorios centrales del bioetanol de maíz, que a partir de la instalación de mega-plantas en el centro del país, vienen a completar la oferta interna de bioetanol para mezclar con las naftas, y a diversificar los usos de una cadena agrícola histórica de la pampa argentina
- territorios atlánticos eólicos, que ponen en valor el recurso viento, potente y permanente, especialmente en el Sur de la provincia de Buenos Aires y en Chubut, donde la aerodinámica no está perturbada por obstáculos topográficos. Los parques eólicos pampeanos se benefician además de una mayor proximidad a los grandes centros de consumo.
- territorios norteños solares, que planifican centrales de gran escala. En la provincia de San Juan, se instalaron Ullum, primer parque de generación solar del país pensado para la experimentación de diversas tecnologías (foto 1a.) y Cañada Honda, el primero conectado al SIN Sistema Interconectado Nacional con una capacidad de 7 MW, que se prevé elevar a 20 MW (foto 1b). El recurso solar viene siendo explotado extensivamente desde el lanzamiento del Proyecto de energías renovables para mercados rurales PERMER en 1999 (fotos 2a. y 2b.). Este permitió instalar paneles fotovoltaicos individuales en zonas donde la red interconectada no llega. Termotanques y cocinas solares también comienzan a multiplicarse para aprovechamiento de la energía solar térmica.



a.



b.

Foto 1a. Parque solar Ullum, Provincia de San Juan 2014. Foto 1b. Central fotovoltaica Cañada Honda, Provincia de San Juan 2014



a.



b.

Foto 2a y Foto 2b. Instalaciones fotovoltaicas en pueblos aislados en la ruta 52 a Salinas Grandes, Provincia de Jujuy 2015, Fuente: Silvina Carrizo, Marie Forget

- territorios andinos hidroeléctricos, que apuestan a la fuerza de los ríos de montaña. Existen muchos proyectos hidroeléctricos, incluyendo proyectos de micro y pico-centrales hidroeléctricas (Figura 3).

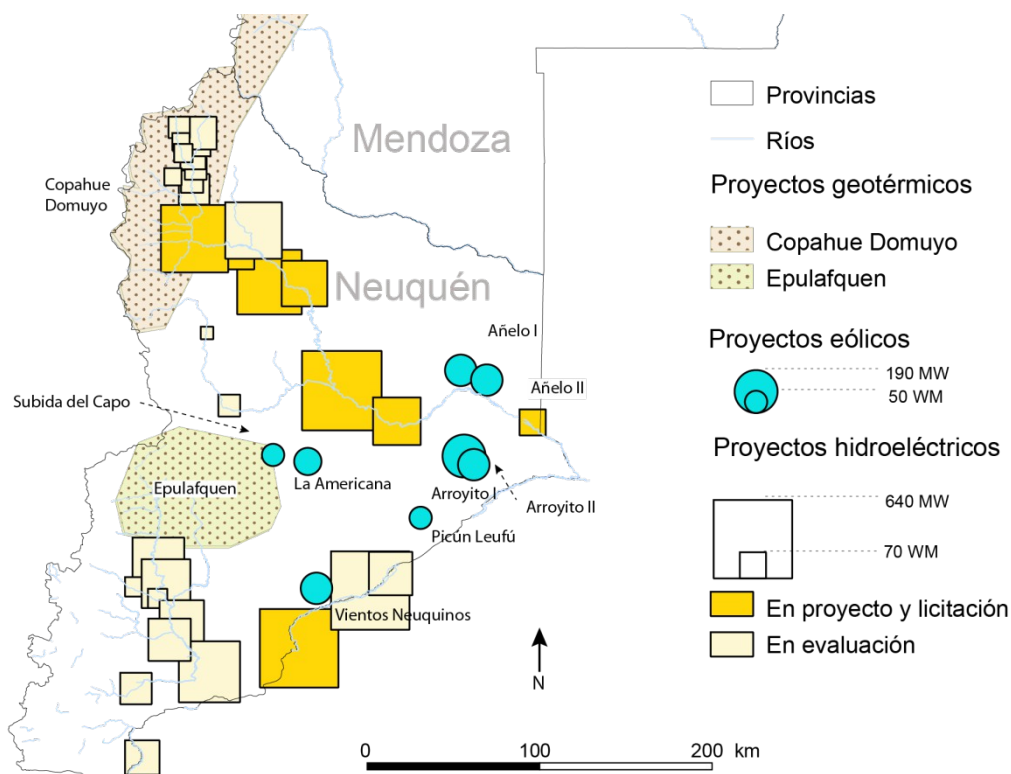


Figura 3. Proyectos de energías renovables en la provincia de Neuquén. Realización: Marie Forget

En 2015, Argentina promulgó una nueva ley N° 26.190 sobre el Régimen de Fomento Nacional para el uso de Fuentes Renovables de Energía destinada a la Producción de Energía Eléctrica, que favorece la diversificación de la matriz energética. Los frentes de energías renovables que se están desplegando en espacios periféricos representan una oportunidad para su desarrollo. Los recursos naturales como el sol, el viento o las pequeñas fuentes hidráulicas se pueden entender como nuevos recursos territoriales (Lajarge et al., 2007). Estas riquezas pueden ser utilizadas en modos de desarrollo más inclusivos para la población, posibilitando la co-construcción entre actores económicos, políticos y sociales.

2.2 Nuevas tecnologías con dispositivos de almacenamiento energético

Un nuevo espacio de recursos energéticos a explotar se abre con las nuevas tecnologías que requieren baterías. Minerales como el litio sirven a la fabricación de estos equipos de almacenamiento de energía, presentes por doquier en la vida moderna; por ejemplo en teléfonos celulares y también, cada vez más, en las



baterías de autos, con la expansión de parque vehicular eléctrico. En efecto una sociedad basada en fuentes alternativas demanda módulos de almacenamiento descentralizados. Por ende el frente tecnológico del litio participa del movimiento de transición energética.

El litio, que hasta no hace mucho tiempo, era un elemento poco considerado, se ha convertido en un recurso de creciente interés. Se vive un fenómeno de importante aumento de inversiones en el sector y producción del mineral. Grandes volúmenes de litio se localizan en el llamado “triángulo del oro blanco”, un espacio compartido por Argentina, Bolivia y Chile. Esta región concentra 70% de las reservas mundiales (Jaskula, 2015). Las reservas argentinas de litio (0.8 millones de toneladas) son consideradas las cuartas en el mundo (Fornillo, 2015). Se ubican fundamentalmente en las provincias de Jujuy, Salta y Catamarca (Figura 4).

Con la promulgación del nuevo código minero de 2013, se afirmó la voluntad de explotar las riquezas naturales de los salares del Noroeste argentino y aprovechar la fuerte demanda internacional de litio, ofreciendo posibilidades de grandes inversiones extranjeras. Se privilegia las asociaciones de empresas transnacionales con gobiernos nacional y provinciales. Las empresas privadas, generalmente de países del Norte muestran presencia mayoritaria (Figura 4).

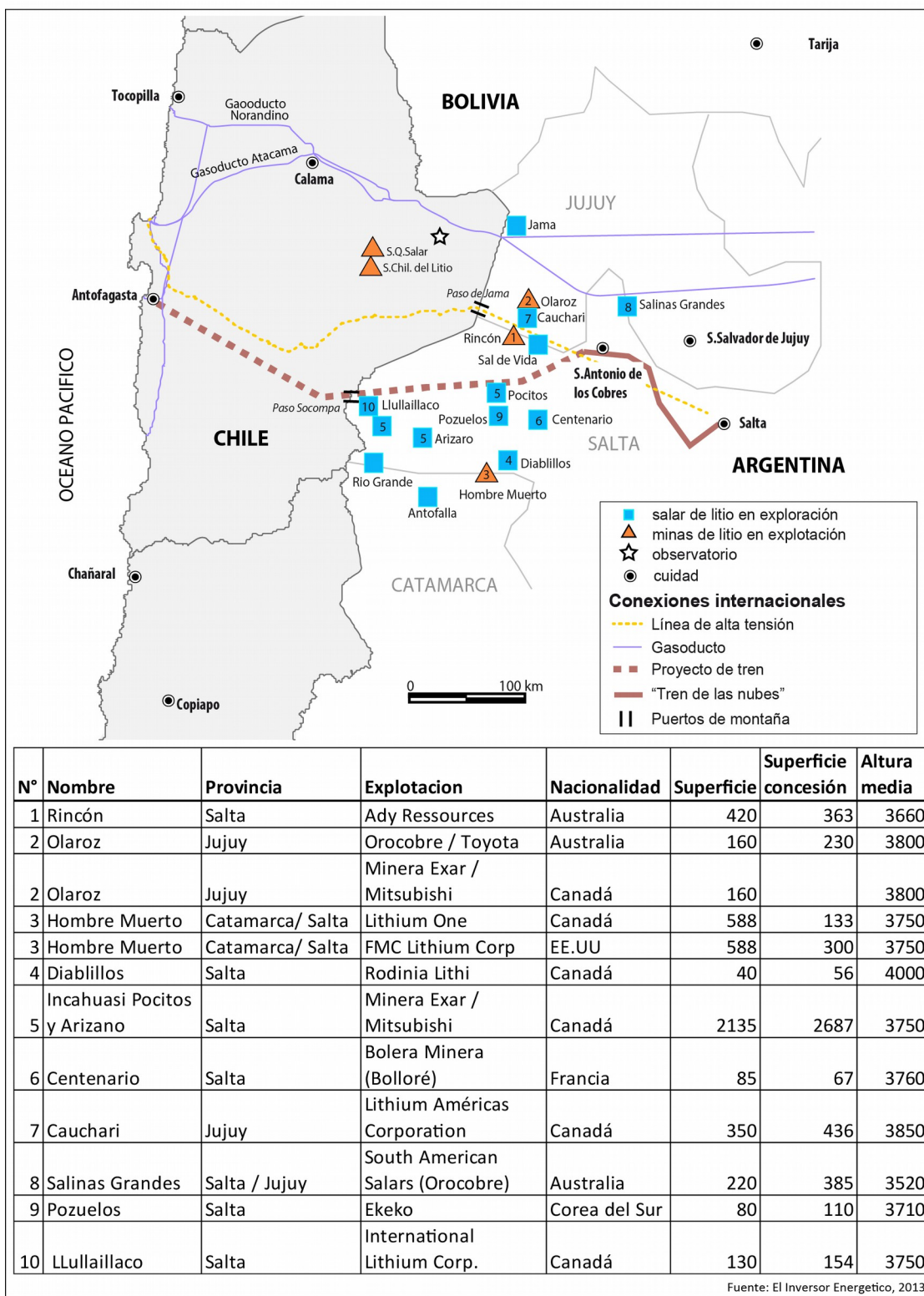


Figura 4. Salares del Noroeste argentino y explotaciones de litio. Realización: Marie Forget



En Salta⁶, el gobernador ha iniciado un acercamiento invitando oficialmente a los representantes de la empresa chilena Sociedad Química y Minera (SQM) a explorar los salares de la provincia. Otras empresas chilenas se posicionan en Argentina, como el consorcio Lucksic que se propone explotar el de Sal de Vida y el Salar del Hombre Muerto, con inversiones de más de 200 millones de dólares en cada uno de los yacimientos. Estas inversiones están dependiendo de las condiciones exigidas por la empresa. Esta pretende que la Provincia se comprometa a reactivar el ramal del ferrocarril Belgrano, que une el puerto de Antofagasta a la ciudad de Salta, y a mejorar la calidad de las rutas, para facilitar la exportación del mineral a Asia. Japón, China y Corea del Sur suman más de 50% de la fabricación mundial de las baterías ion-litio y pilas (Zicari, 2015).

En la Provincia de Jujuy, en los “desiertos de sal” de Cauchari y de Olaroz, la producción de litio es manejada por las empresas Lithium Americas (sucursal de la canadiense Magna y de la japonesa Mitsubishi) y Sales de Jujuy integrada por sucursal de la canadiense Orocobre Limited (66,5%), de la japonesa Toyota Tsusho (25%) y de la empresa pública provincial Jujuy Energía y Minería Sociedad del Estado (JEMSE) (8,5%). Esas empresas negocian la realización de infraestructuras que facilitarían la exportación del litio por los puertos chilenos del Océano Pacífico, particularmente el de Antofagasta. Las empresas transnacionales despliegan una estrategia de expansión a escala regional, en la que las fronteras nacionales pasarían al segundo plano (Fornillo, 2015). Así, la valorización económica de los salares induce la reactivación de rutas transandinas, relegadas al privilegiarse la salida por los puertos del río Paraná y del río de la Plata.

Comentarios finales

La integración nacional de los espacios periféricos pasó en parte, por la concreción de grandes proyectos energéticos que, en algunos casos, dieron luz a una integración regional, entre países vecinos. Fronteras y frentes energéticos ampliaron así la soberanía efectiva y percibida sobre los espacios periféricos.

En un país de la escala de Argentina, espacios periféricos se convierten en proveedores de energía. Progresivamente se fueron especializando en la actividad y el sector. Aún si su finalidad fuera el abastecimiento del área metropolitana de Buenos Aires u otros mercados distantes, consiguen territorializarse en torno a la producción de energía.

Adquieren un papel importante en la integración regional con los países vecinos - Chile, Brasil, Paraguay y Uruguay- a través la creación de infraestructura binacional y un posicionamiento en el sistema globalizado, aspirando a la construcción de regiones-eje, valorizando las conexiones entre países vecinos y del interior del continente, vía los puertos de exportación.

La frontera energética ha evolucionado como una oportunidad para las provincias de explorar y explotar los recursos naturales. En el nuevo paradigma de la transición energética se esboza una nueva geografía. Nuevos frentes energéticos avanzan en espacios que se especializan y construyen una nueva frontera

⁶ Los recursos mineros son del dominio de las Provincias, que conceden los derechos y los lotes de explotación.



En este proceso pionero, con proyectos a diferentes escalas y juegos de actores que han variado, la dimensión social tiene un papel más importante, especialmente para las comunidades locales. Su participación se hace presente, rectificando en cierta medida las expropiaciones que vivieron en el pasado. La frontera energética de Argentina es así un sistema territorial en evolución, que brinda nuevas oportunidades a las periferias.

Referencias

- BRUNET, Roger (1991): **Les Mots de la Géographie, Dictionnaire Critique**. Paris, La Documentation Française, 518 p.
- CARRIZO, Silvina y Forget Marie (2011): **Aprovisionamiento eléctrico de Buenos Aires y desigualdades regionales entre la metrópolis y el Noreste argentino. En: sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 2, n.1, p. 33-50, jan/jun 2011.**
- CAUBET, Christian Guy (1989): **As grandes manobras de Itaipu: Energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata**, Sao Paulo: Academia, 385 p.
- CAZENEUVE, Ricardo (2015): **Aprovechamiento hidroeléctrico Chihuido I, narrativa sobre las acciones en el campo social. Estrategias, actividades y decisiones para minimizar la conflictividad**. Documento de trabajo, EMHIDRO (Empredimeintos Hidroeléctricos Sociedad del Estado Provincial de Nequén), 22 p.
- DE GOUVELLO, Christophe (1999): « Approvisionnement énergétique et spécialisation agricole des régions pionnières: l'Amazonie méridionale ». En: **Espace géographique**, tome 28 n°3, pp. 257- 268
- DOLLFUS, Olivier (1981): **El reto del espacio andino**, Lima, IEP, col. Perú Problema, 20, 141 p.
- El inversor energético y minero, (2013): **“Litio y potasio, las grandes apuestas mineras del Norte argentino”** año 5 n°56 (mayo 2013), Editorial PGQ, Buenos Aires
- FORGET, Marie (2011). **Le parana argentin, quelle réalité pour un fleuve du nouveau monde ? comment les aménagements et les usages du rio paranà ont permis et permettent l'adaptation d'un territoire fluvial aux mondialisations successives du continent sud américain**. Thèse de doctorat en Géographie physique, Université Savoie Mont Blanc.
- FORGET, M. E.; VELUT, S. Grands barrages, frontières et intégration en Amérique du Sud. **Bulletin de l'association des géographes français**, p. 245-260, 2015.
- HUGHES, Thomas Parke (1983): **Networks of Power: Electrification in Western Society 1880 - 1930**. The Johns Hopkins University Press. 474p.
- FORNILLO, Bruno (2014): « ¿Commodities, bienes comunes o recursos estratégicos? La importancia de un nombre » En: **Nueva sociedad**, n°252, pp. 101-117
- FORNILLO, Bruno (2015): **Geopolítica del litio**. Industria, Ciencia y Energia en Argentina, Ed. El Colectivo, CLACSO, 212 p.



JASKULA, Brian. Minerals Yearbook Lithium (2015): **U.S.Department of the Interior. U.S. Geological Survey**, En <http://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/commodity/lithium/mcs-2015-lithi.pdf> (mayo 2016)

LAJARGE, Romain. Roux Emmanuel (2007): « Ressource, projet, territoire: le travail continu des intentionnalités » In: Gumuchian, H., Pecqueur, B. (Dir.) **La ressource territoriale**, Paris: Economica, pp.133-146.

LENTON, Diana (1992): Relaciones interétnicas: derechos humanos y autocrítica en la generación del 80. **La problemática indígena: Estudios antropológicos sobre pueblos indígenas de la Argentina**, p. 27-65.

LEVINTON, Norberto (2007): **Yacyretá, una nueva significación**. Buenos Aires Entidad Binacional Yacyretá, 283 p.

LINS RIBEIRO, Gustavo (1987): "¿Cuánto más grande mejor? Proyectos de gran escala: una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos". En: **Desarrollo Económico**. Vol 27, n°105, IDES, Buenos Aires, pp 3-27

MONBEIG, Pierre (1952): **Pionniers et planteurs de São Paulo**. Paris: Armand Colin, coll. «Cahiers de la Fondation nationale des politiques», 376 p.

PIRES DO RIO, Gisela Aquino (2012) "Petróleo e gás natural: de fronteira em fronteira, do espaço. Às superfícies de regulação" In: Monié, F. y Binsztok, J. **Geografia e Geopolítica do Petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad FAPERJ, 368 p.

RADOVICH, Juan Carlos (2005): "La ideología de los grandes proyectos" En: Reis, M., J. Radovich y A. Balazote (Eds): **Disputas territoriales y conflictos interétnicos en Brasil y Argentina**. Ferreyra Editor, Córdoba.

SCHAUSTECK, Bruna (2010): « L'énergie facteur d'intégration en Amérique du sud ? », En: **VI Congreso CEISAL**, Junio 2010, Toulouse, France

THERY, Hervé (2006): «Franges pionnières d'hier et d'aujourd'hui». In ZAGEFKA P. (dir.), **Amérique Latine**. Paris: La Documentation française, coll. «Les études de la Documentation française», p. 113-129.

TURNER, Frederick Jackson (1935): **The frontier in American History**, Henry Holt and Company. New York.

ZICARI, Julian (2015): "El mercado del litio desde una perspectiva global: de la Argentina al mundo", in Fornillo Bruno (2015), **Geopolítica del litio. Industria, Ciencia y Energia en Argentina**, Ed. El Colectivo, CLACSO, 19-55

*Recebido em 11/03/2017
Aprovado em 13/06/2017*



O SISTEMA ELEITORAL ARGENTINO: DAS REFORMAS À INTRODUÇÃO DO VOTO DIRETO DE PARLAMENTARES DO PARLASUL

THE ARGENTINE ELECTORAL SYSTEM: FROM THE REFORMS TO THE INTRODUCTION OF THE DIRECT VOTE OF PARLASUL PARLIAMENTARIANS

Matheus Felipe Silva*
Antonio Vicente Pessoa de Oliveira**

RESUMO

Este artigo traz uma breve descrição e análise sobre o sistema eleitoral argentino aplicado a eleição direta de representantes desse país para o Parlamento do Mercosul (Parlasul), abordando os projetos de lei aprovados mais recentemente que alteraram certos aspectos do sistema eleitoral da Argentina. O sistema passou por modificações e recebeu instrumentos para que pudesse ser mais eficiente e ampliar a representação possibilitada pelo voto. Após quase 6 anos de apresentação de projetos que organizassem as eleições diretas para o Parlasul, o governo conseguiu aprovar seu projeto no final de 2014, concluindo o ciclo de reformas tratados nesse artigo.

Palavras-chave: Argentina; Eleições; Parlasul; D'Hondt; PASO.

ABSTRACT

This article provides a brief description and analysis about the Argentine electoral system applied to direct election of representatives of that country to the Mercosouth Parliament (Parlasouth), addressing the bills passed recently which altered certain aspects of that Argentine electoral system. It has passed through modifications and added some electoral devices in order to improve its efficiency and to spread the representation of each vote. After almost 6 years discussing projects that intended to organize the direct vote on Parlasouth representatives, the government succeeded on approving its project in the end of 2014, concluding a cycle of reforms that are discussed in this article.

Keywords: Argentine; Elections; Parlasouth; D'Hondt; PASO.

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação da UNESP/FCLAr. Pesquisador do GEICD e REPRI. E-mail: matheusfsilva.90@gmail.com

** Graduado em Ciências Sociais pela UNESP/FCLAr. E-mail: antonio_pessoa@outlook.com.br



1. Introdução

A motivação por trás desse artigo é mostrar, de forma descritiva e analítica, as adequações do sistema eleitoral argentino que, em 2014, tiveram uma última alteração no sentido de eleger diretamente os representantes nacionais no Parlamento do Mercosul (Parlasul). Neste ano de 2015 os parlamentares argentinos no Parlasul serão eleitos, pela primeira vez, de forma direta pelos eleitores, e não mais nomeados pelo Congresso argentino dentre seus próprios membros.

O Parlasul é um órgão de cunho internacional dentro do Mercosul, funciona como um Parlamento regional que não exerce função legislativa de fato no contexto da integração regional. O protocolo constitutivo do Parlamento do Mercosul data de 2005, ratificado em dezembro de 2006, passando a funcionar em sete de maio de 2007, quando houve sua primeira sessão. Inicialmente, o Parlamento do Mercosul contava com a participação dos quatro membros do bloco naquela época: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A partir de 2012, com a adesão plena da Venezuela, este país passou a também integrar o Parlasul.

No protocolo constitutivo do Parlamento do Mercosul já era previsto que todos os países-membros elejam seus representantes através do voto direto, que os eleitos se dedicarão exclusivamente ao Parlamento regional, e a representação da bancada de cada país será proporcional a sua população. O contexto argentino de alterações em regras eleitorais ocorridas desde 2006 desembocou em uma alteração que impacta diretamente em sua representação no Parlasul, a aprovação de um projeto de lei em 2014 viabilizando a eleição direta dos quarenta e três representantes argentinos no Parlamento do Mercosul a partir das eleições de outubro de 2015 (ARGENTINA, 2014, Lei n.27.120).

Descreveremos o funcionamento do sistema eleitoral argentino, seu funcionamento básico, que será também utilizado para a eleição direta dos representantes desse país no Parlasul. As mais recentes e significativas alterações na lei eleitoral também datam de um período a partir de 2006, e serão expostos aqui neste artigo.

2. O sistema eleitoral argentino

O Estado argentino, no modelo moderno, é um país republicano representativo (ARGENTINA, 1994, §1) com sistema presidencialista (ARGENTINA, 1994, §87), na qual o presidente é chefe de Estado e chefe de governo ao mesmo tempo, possuindo uma sólida democracia representativa com sistema federativo.

Desde 1916 a Argentina possui um sistema eleitoral com voto direto, secreto, e sufrágio universal, quando ocorreu a promulgação da *Lei Saenz Peña* (ARGENTINA, 1916, Lei n.8.871; RAPOPORT, 2009, p.28). A partir de uma



reforma constitucional celebrada em 1994, houve a alteração do mandato presidencial para quatro anos, com sistema legislativo nacional bicameral, possuindo 257 membros com mandatos de quatro anos na Câmara dos Deputados da Nação Argentina e o Senado da Nação com 72 membros – três por província – e mandatos de seis anos (ARGENTINA, 1994. §56). Ocorre a renovação de metade da Câmara e um terço do Senado a cada dois anos, quando acontecem as eleições legislativas. As eleições argentinas ocorrem geralmente em anos ímpares, no mês de outubro, com algumas exceções: as províncias argentinas possuem autonomia para determinar, cada uma delas, o período de duração de um mandato de seus governadores e deputados estaduais, bem como o tempo de mandato dos prefeitos das cidades que as compõe. Portanto, é comum ocorrer eleições provinciais em anos pares, fora do período eleitoral nacional.

Todos os cidadãos argentinos com pelo menos 16 anos de idade completos no dia da eleição estão habilitados a votar no país. O voto é facultativo para os que possuem idade entre 16 e 18 anos (ARGENTINA, 2012. Lei n.26.774).

Interessante notar o modelo de financiamento de campanhas eleitorais na Argentina, em que 50% de um fundo partidário é distribuído em partes iguais entre as coligações políticas, proibindo as doações por parte de empresas jurídicas para partidos/coligações políticas, bem como veta qualquer tipo de contribuição anônima. Também é proibida a propaganda eleitoral em espaços audiovisuais privados, sendo permitida somente a propaganda eleitoral gratuita estabelecida pela Direção Nacional Eleitoral – órgão responsável por conduzir os pleitos eleitorais argentinos. Metade do tempo de propaganda audiovisual é distribuído de maneira igualitária entre as coligações políticas, e a outra metade é distribuída proporcionalmente às últimas votações obtidas pelos partidos (ARGENTINA, 2006. Lei n.26.215).

Nas eleições nacionais, em anos ímpares prévios aos anos bissextos, elege-se a chapa de Presidente e vice-presidente da Nação, por sistema majoritário, exigindo a realização de um segundo turno caso nenhuma das chapas obtenha 45% dos votos, ou pelo menos 40% com uma vantagem de 10% sobre o segundo mais votado (ARGENTINA, 1994, §97 e §98). Uma variante particular do sistema de dois turnos (NICOLAU, 2001, p.29). O mandato presidencial é de quatro anos, e existe a possibilidade de apenas uma reeleição consecutiva, tal como no Brasil (ARGENTINA, 1994. §90). As mesmas eleições nacionais sempre renovam 1/3 das cadeiras do Senado da Nação, por sistema simples majoritário em cada província. O mandato é de seis anos, e existe a possibilidade de reeleições ilimitadas (ARGENTINA, 1994. §56). Possibilidade também existente para os deputados federais, com mandatos de quatro anos.

A Câmara dos Deputados da Nação Argentina é uma casa legislativa federal que renova metade dos seus membros a cada dois anos (ARGENTINA, 1994, §50). Com este princípio legal, em 27 de outubro 2013 foram eleitos 127



deputados federais, enquanto os demais 130 serão renovados em outubro de 2015. Cada deputado federal é eleito por um distrito eleitoral plurinominal, que na realidade é a província. Cada província possui um número de deputados federais proporcional à sua população, em teoria.

O sistema eleitoral argentino é de representação proporcional, com voto em lista fechada. Usa a fórmula do sistema D'Hondt, fundada em série de divisores para calcular quantas cadeiras cada coligação partidária terá na Câmara dos Deputados da Nação, e o resultado dos maiores números extraídos da fórmula serão daqueles candidatos que terão direito às cadeiras. A representação proporcional argentina busca assegurar, em tese, uma participação na representação parlamentar às coligações suficientemente bem votadas que esteja o mais próximo possível do percentual de sua participação na distribuição dos votos. Através disso, acaba-se formando naquela votação o quociente partidário, cabendo a cada coligação um número determinado de representantes em cada província. Porém, a própria fórmula D'Hondt é menos fiel à proporcionalidade por favorecer os maiores partidos (SARTORI, 1996, p.21).

Um sistema proporcional como o argentino facilmente permitiria um grande número de partidos, por vezes excessivo (SARTORI, 1996, p.21) e há 36 partidos nacionais registrados no país (CÂMARA NACIONAL ELECTORAL, 2011). Sobre esse tópico, Sartori (1996) justifica que seja criado algum tipo de mecanismo para barrar a proliferação de partidos políticos.

[O]utra forma, alternativa, para obstaculizar a proliferação dos partidos consiste em restringir o acesso às eleições, ou seja, em fixar limites mínimos para a representação eletiva. O termo alemão usado para esse recurso é *Sperrklausel* – “cláusula-barreira”. [...] Entre os dois extremos, tendendo para o lado mais baixo, temos a Espanha, com 4%, e a Argentina, com um nível mínimo para admissão de 3% (ou seja, inversamente, um nível máximo para exclusão). [...] Seja como for, as barreiras de exclusão, de modo geral, cumprem o seu objetivo. (SARTORI, 1996, p.21-2).

Na década de 1990 havia o limite mínimo de 3% para que um partido político fosse admitido na Câmara dos Deputados da Argentina, mas a introdução de eleições primárias em 2009 vem servindo como uma alternativa interessante para restringir o acesso parlamentar aos partidos mais votados pelos eleitores em um pleito prévio dois meses antes da eleição oficial, dando ares de legitimidade congressual aos partidos que conseguirem ultrapassar o percentual mínimo estabelecido.

2.1 As eleições primárias argentinas (PASO)

Recentemente foi instituído um sistema de eleições Primárias Abertas, Simultâneas e Obrigatórias (PASO), estabelecido pela Lei Eleitoral nº26.571 de 02



de dezembro de 2009, na qual definiu uma espécie de pré-eleição, uma prévia das eleições presidenciais e legislativas, na qual os eleitores são convocados obrigatoriamente às urnas para eleger os candidatos e partidos/coligações habilitados a disputarem as próximas eleições, que ocorrem dois meses depois do PASO. As poucas experiências realizadas até o momento ocorreram em 2011, 2013 e 2015. As eleições primárias devem sempre ocorrer no segundo domingo de agosto dos anos ímpares (ARGENTINA, 2009, Lei n.26.571, §20), enquanto as eleições nacionais ocorrem no quarto domingo de outubro do mesmo ano (ARGENTINA, 1983, Lei n.19.945, §53).

O propósito das eleições primárias é selecionar as coligações com potencial de obter um número razoável e competitivo de votos, para que o processo de eleições transcorra com um número mais enxuto de grupos políticos competindo, sem diluir o voto em um grande número de pequenas legendas. Na prática torna-se uma espécie de cláusula de barreira das legendas e coligações menores. Para o candidato ou coligação ser aprovado nas prévias (PASO), e concorrer nas eleições dois meses depois, precisa obter um mínimo de 1,5% dos votos totais na província pela qual concorre (ARGENTINA, 2009, Lei n.26.571, §45). O voto nas eleições primárias para os cargos de deputados federais, provinciais e parlamentar do Mercosul (este último a partir de 2015) é feito por lista fechada, tal como na eleição que sucederá dois meses depois (ARGENTINA, 2009, Lei n.26.571, Cap. III).

Utilizando esse sistema de eleições primárias diretas juntamente ao modelo de lista fechada de coligações eleitorais, o objetivo é dar maior legitimidade e praticidade às escolhas dos eleitores, servindo não apenas ao sistema político e partidário nacional argentino, mas também fortalecendo as instituições de integração regional do Mercosul, ao adotar o mesmo processo de legitimação de candidaturas e praticidade de escolha de lista para a eleição dos representantes argentinos no Parlamento do Mercosul (Parlasul). Com a sanção da lei nº 27.120 no final de 2014, ficou estabelecido que os representantes argentinos no Parlasul serão eleitos de forma direta daqui em diante, junto às eleições gerais (ARGENTINA, 2014, Lei n.27.120, §7).

2.2 A eleição direta para parlamentares argentinos no Parlasul

Com o avanço na política exterior argentina no sentido da integração regional desde a década de 1980, as bases do Mercado Comum do Sul (Mercosul) foram seladas, e a parte mais significativa do histórico da política externa da Argentina nos últimos trinta anos os avanços graduais no fortalecimento do Mercosul (RAPOPORT, 2009, p.44-7).

Em 2006 foi celebrado o estabelecimento do protocolo constitutivo do Parlamento do Mercosul que havia a determinação que os membros dessa casa legislativa regional fossem eleitos de forma direta, através de sufrágio universal e



secreto (ARGENTINA, 2006, Lei n.26.146, §6), em mais um passo de fortalecimento da integração regional, em um contexto histórico de retomada de ideais bolivarianos e sanmartinianos (RAPOPORT, 2009, p.49). Apesar da boa vontade, é natural que surjam alguns conflitos e contradições entre países que vem se aproximando, e sobre isso Rapoport (2009, p.49) bem observou a importância de uma instituição comum para resolver os desequilíbrios entre os Estados-membros: *“Esas contradicciones entre los desarrollos nacionales y la integración regional deben resolverse en forma conjunta y a través de instituciones comunes, tratando de harmonizar los desequilíbrios y assimetrias existentes”* (RAPOPORT, 2009, p.49).

Antes de 2015, os parlamentares argentinos no Parlasul eram escolhidos em um processo interno das duas câmaras (Câmara dos Deputados e Senado da Nação), envolvendo a comissão do Mercosul no Congresso argentino. Automaticamente, os membros dessa comissão eram os parlamentares argentinos no Parlasul.

A partir da eleição de 2015, os futuros parlamentares argentinos no Parlasul serão eleitos utilizando o mesmo sistema eleitoral aplicado para a Câmara dos Deputados do país: voto em lista fechada de coligações, proporção de votos/cadeiras utilizando a fórmula D'Hondt, e prévias utilizando o PASO (Primárias Abertas, Simultâneas e Obrigatórias). A motivação que fez estabelecer essa eleição direta dos representantes argentinos no Parlasul é ter maior legitimidade, através do voto direto, bem como dedicação exclusiva ao Parlamento do Mercosul por parte de cada representante argentino eleito.

3. O processo de discussão parlamentar e implementação das eleições diretas ao Parlasul na Argentina

A Argentina é o segundo país-membro a realizar eleições diretas para o Parlasul. O primeiro foi o Paraguai, que já elegeu diretamente duas representações em 2008 e 2013. Tendo em vista os dois adiamentos da data limite à realização das primeiras eleições diretas ao Parlasul, de 2010 para 2014 e, posteriormente, para 2020, ambos os pedidos impulsionados por Brasil, Uruguai e Argentina, esperava-se um período relativamente longo até que outro membro se juntasse ao Paraguai no avanço das regras a ditas eleições.

No entanto, no final de 2014, a Argentina viu uma rápida organização vinda do Legislativo para que fossem viabilizadas já para 2015 as primeiras eleições diretas ao Parlasul, juntamente às eleições nacionais. O projeto rapidamente foi aprovado em comissão da Câmara dos Deputados, depois por esta câmara e, em seguida, no Senado na última sessão do ano, marcada por debates intensos e a aprovação do projeto.

O projeto em questão é resultado de um esforço conjunto de dois deputados da base governista, Andrés Larroque e Jorge Landau (este foi o autor



do projeto) no sentido de unirem suas duas propostas anteriores em um projeto que contemplasse as divergências quanto ao critério a ser adotado nas eleições para o Parlasul.

Mas antes que seja apresentado o projeto que organizou ditas eleições, é interessante fazer um levantamento dos projetos que já haviam sido apresentados, mas que nem mesmo chegaram a ser votados, enquanto que o projeto de Larroque e Landau levou menos de um mês, considerando sua apresentação e sua aprovação final pelo Legislativo argentino.

3.1 Os projetos anteriores ao aprovado

Desde a constituição o início de atividades do Parlasul, em 2007, a Argentina é o país-membro que teve o maior número de projetos apresentados em ambas as câmaras do Congresso Nacional. No entanto, “na Argentina, foram debatidos diferentes projetos de lei, mas nunca se chegou a nenhum acordo” (LUCCI, 2012, p.86). Luciano (2014) separa todos estes em três blocos diferentes, baseados nas diferentes propostas de organização à lista de candidatos e sua votação.

Embora apresentem singularidades em critérios específicos e em suas justificativas, as proposições argentinas podem ser agrupadas em três categorias: sistema misto, sistema de distrito único e sistema de regiões nacionais, baseadas nos sistemas eleitorais adotados na escolha dos representantes argentinos para o parlamento regional. (LUCIANO, 2014, p.61)

Considerando o quadro exposto pelos dois autores citados anteriormente, utilizamos esse método de classificação de Luciano (2014), completando com informações atualizadas e dando ênfase aos dois projeto que tiveram importância maior e ganharam maior notoriedade.

Os projetos com sistema misto (S-1316-09, S-2555-10, S-4005-10, S-103-12, 4009-D-2008, 3794-D-2009, 4634-D-2009, 7116-D-2010, 7979-D-2010, 6091-D-2011, 0134-D-2014, S-2353-12, S-3048-2014, S-3795-2014, S-2681-2014, S1225-2014 e S1193-2014) tinham em comum a destinação por voto majoritário de 24 vagas para cada província mais a Cidade de Buenos Aires, sendo que o resto das vagas seria distribuída em listas completas para distrito nacional único (LUCIANO, 2014, p.61). O destaque ao projeto 0134-D-2014, de autoria do deputado nacional Jorge Landau (Frente para a Vitória) será dado mais adiante, tendo em vista que este foi o projeto aprovado para regulamentar as eleições diretas ao Parlasul em 2015.

O grupo dos projetos que propunham um distrito nacional único (S-1994-08, S-1572-09, S-530-11, 5453-D-2010, 7120-D-2010, 8196-D-2010, 1790-D-2011, 7928-D-2013, S-1886-2014, 9469-D-2014, 4965-D-2014 e 3663-D-2014) é o que



apresenta um número maior de divergências para o modelo de composição da lista, sendo que alguns projetos contemplavam cotas femininas, por exemplo, enquanto outros se concentravam em dividir o país em regiões para que todas fossem representadas nas listas (LUCIANO, 2014, p.61). O projeto mais importante deste grupo é o 7928-D-2013, de autoria do deputado nacional Andres Larroque (Frente para a Vitória). Tal projeto teve importância por ser a base daquele apresentado por Landau, sendo ambos os projetos tratados juntos a seguir.

Por fim, os projetos que propunham uma representação baseada no voto regional (S-3839-10, 3804-D-2011, 3491-D-2012, 4412-D-2014, 3002-D-2014, S-1036-2014 e S-831-2014) procuravam uma representação mais baseada nas diversidades do território argentino a fim de evitar uma sobre-representação de províncias mais importantes.

3.2 Os projetos 7928-D-2013 e 0134-D-2014

De autoria do deputado nacional Jorge Alberto Landau da Frente para a Vitória (governismo), o projeto foi publicado em 5 de março de 2014, mas foi inserido na reunião em plenário da Comissão de Assuntos Constitucionais; Justiça e da Comissão de Orçamento e Fazenda da Câmara dos Deputados em 3 de dezembro do mesmo ano. Este projeto foi, na verdade, fruto de uma alteração ao projeto (7928-D-2013) apresentado por Andres Larroque, também deputado nacional do mesmo partido. A alteração consistiu em instituir um modelo misto para a eleição de parlamentares do *Parlasul*.

Larroque propunha que os candidatos ao *Parlasul* fossem votados em distrito nacional único, organizados em listas completas, estas organizadas por uma divisão dos 23 distritos do país e a Cidade de Buenos Aires em 6 grupos, para que os candidatos sejam intercalados e as diferentes regiões sejam representadas até que se completem as 43 vagas. Landau limita o distrito nacional em 19 candidatos, sendo os 24 restantes eleitos por província e pela Cidade de Buenos Aires (ARGENTINA ELECTIONS, 2014). Outro ponto importante é que o projeto trouxe maior definição quanto à posição da lista do *Parlasul*, que será apresentada ao eleitor ao lado dos candidatos à presidência e vice (ARGENTINA ELECTIONS, 2014).

Em 3 de dezembro de 2014, Landau apresentou seu projeto na reunião em plenário da Comissão de Assuntos Constitucionais; Justiça e da Comissão de Orçamento e Fazenda da Câmara dos Deputados. O projeto governista logrou vitória, mas desde este primeiro momento, duas questões básicas eram levantadas pela oposição: as imunidades parlamentares dos representantes do *Parlasul* e a pressa do governismo em aprovar o projeto. Como maior defensor do projeto, Landau justificava que as imunidades seriam as mesmas dos parlamentares nacionais e que o governo queria levar uma posição concreta sobre



a realização dessas eleições diretas para a cúpula do Mercosul, que aconteceria entre 16 e 18 de dezembro.

A questão das imunidades parlamentares era acompanhada de um momento conturbado de denúncias de corrupção contra os Kirshner. A lei número 26.146 que ratificou o Protocolo Constitutivo do Parlasul determina que seus parlamentares não podem ser julgados de forma civil ou penal no território dos Estados-membros do Mercosul. Como haviam fortes especulações de que Cristina e talvez seu filho saíssem candidatos ao Parlasul, a oposição tentava, ao mesmo tempo, enfraquecer o governismo e o projeto de eleições diretas ao Parlasul, que poderia favorecer exatamente ao governo e seus aliados.

O projeto só entrou na pauta de votações da Câmara dos Deputados no dia 16 de dezembro, sendo mais uma vez aprovado por 140 votos favoráveis contra 72 negativos e 18 abstenções. Foram mais de 4 horas de debate, a oposição chegou a questionar o papel do Parlasul dentro da estrutura de integração proposta pelo Mercosul, sendo que se mantém como esfera consultiva, sendo seus parlamentares meros pareceristas (TELAM, 2014). O governismo, por sua vez, frisou que a Argentina tem regulamentado que as eleições diretas ao Parlasul devem ser apreciadas no PASO, sendo necessário a aprovação do projeto para que este ciclo possa ser completado.

Após a aprovação na Câmara dos Deputados, o projeto seguiu para a Comissão de Assuntos Constitucionais do Senado, onde foi aprovada em 18 de dezembro. Nesse momento, a estratégia da oposição foi não apoiar a medida para que alcançasse os dois terços necessários para que o projeto fosse votado no Senado em regime de urgência. Com isso, o projeto só entrou em pauta na última sessão do Senado, em 30 de dezembro, sendo que mais uma vez o governismo saiu vitorioso ao conseguir a maioria necessária com 37 votos a favor e 12 contra.

No Senado, a oposição esvaziou a sessão para que não houvesse *quorum* suficiente para a votação do projeto. No entanto, o governismo se articulou e conseguiu mobilizar a quantidade necessária para o início da sessão e também para a aprovação do projeto. À oposição, restou ressaltar que o que estava sendo questionado era a pressa do governismo em aprovar a medida, sendo que o projeto de integração dos povos é fundamental e que a legitimidade dos parlamentares do Parlasul é mesmo aumentada quando são diretamente eleitos.

Seguiu-se o decreto 11/2015, que promulga a lei 27120 em 6 de janeiro de 2015, organizando as eleições de 25 de outubro desse ano. O PASO de 9 de agosto é a primeira prova de fogo para o projeto do governismo no Parlasul. A lista do Frente para a Vitória é composta por políticos de dois tipos: aqueles que têm carreira política, já tendo ocupado cargos importantes anteriormente, e aqueles que estão iniciando as disputas eleitorais. Ou seja, são políticos que talvez não seriam eleitos para outros cargos, os mais experientes evitam um desgaste eleitoral, enquanto os mais novos ganham experiência, sendo o Parlasul, para estes, uma instituição política pedagógica, de formação. Mas tudo isso em relação



às eleições de cargos nacionais, que são o maior objetivo desses indicados nas listas do Parlasul.

A lista nacional da coalizão governista Aliança Frente para a Vitória tinha, nessa ordem, o deputado portenho e ex chanceler Jorge Taiana, seguido de dos também ministros Agustín Rossi (da defesa) e Teresa Parodi (da cultura) e o secretário de Assuntos Referentes às Malvinas, Daniel Filmus. Na lista pela província de Buenos Aires, foi indicado o atual vice-governador, Gabriel Mariotto. Pode-se induzir que o governismo investe em políticos de prestígio encabeçando suas listas para que a vitória na aprovação do projeto de Landau também se traduza em vitória eleitoral. Por sua vez, a oposição, da coalizão Aliança Mudemos, montou sua lista com nomes importantes, como Mariana Zuvic, deputada federal por Santa Fé que participa ativamente de movimentos contra o kirchnerismo. Há também Fabián Rodríguez Simón, esposo de Zuvic e também deputado federal de Santa Fé, além de Lilia Puig de Stubrin, presidente nacional do partido União Cívica Nacional.

4. Conclusão

A Argentina passou por sucessivas transformações em seu sistema eleitoral no sentido de torná-lo mais competitivo melhor representar as escolhas da população, sendo que o PASO foi um mecanismo que trouxe uma maior influência do cidadão frente às escolhas que os partidos tomam ao organizar suas listas. Além disso, o PASO ainda é uma resposta prévia para os partidos que atingem o mínimo de 1,5% dos votos, para que estes possam utilizar os resultados dessas prévias para a preparação à disputa eleitoral que acontece no intervalo de alguns meses.

No entanto, a aplicação do método D'Hondt favorece os maiores partidos, o que pode, de certa forma, balizar o cálculo eleitoral do cidadão, uma vez que o voto espontâneo em um partido menor talvez não chegue a surtir nenhum efeito. Nesse sentido, o chamado “voto útil” pode se sobrepôr ao voto espontâneo quando este fosse endereçado a uma sigla ou coalizão de menor expressão.

Quanto à eleição direta ao Parlasul, uma vez que já estava estabelecido que as eleições de parlamentares do Parlasul teriam que passar pelo mecanismo do PASO, é um passo lógico adiante a organização das eleições diretas já para o ano de 2015. No entanto, a crítica da oposição quanto a uma pressa também é válida, tendo em vista que o país não votou nenhum projeto a essas eleições em nenhuma de suas casas do Legislativo desde 2010, ano em que de fato foram estipuladas as proporções de bancadas nacionais no Parlasul. Por sua vez, o projeto de Landau demorou pouco menos de um mês desde sua apresentação em comissões da Câmara dos Deputados até a aprovação final no Senado.

A lista governista foi, sem dúvida, mais bem planejada do que da oposição. Ao aglutinar nomes de políticos experientes e que gozam de certo prestígio para



encabeçar a lista, sua visibilidade é muito maior. A oposição preferiu apoiar-se em nomes que estão no contexto de enfrentamento ao kirchnerismo, apesar de estes não estarem isentos de polêmicas no cenário político do país.

Outro ponto interessante é que os Kirchner não se candidataram ao Parlasul como muito se especulou, o que desarmou a estratégia oposicionista de acusações sobre casos de corrupção, sendo que o candidato oposicionista, Fabián Rodríguez Simón, corre o risco de ser processado, tendo feito questão de explicar que se postula para o Parlasul sem nenhuma intenção de livrar-se de qualquer julgamento ou de conquistar algum foro privilegiado.

Referências

ARGENTINA. **Constituição (1994)**. Constitución de la Nación Argentina. Santa Fé: Convención Nacional Constituyente, 1994.

ARGENTINA. **Lei n.º 8.871, de 12 de fevereiro de 1912**. Ley Sáenz Peña. Boletín Oficial de la República Argentina, Buenos Aires, 26 mar. 1912. Disponível em: < http://www.argentinahistorica.com.ar/intro_archivo.php?tema=8&titulo=15&subtitulo=&doc=153 > . Acesso em: 29 set 2015.

ARGENTINA. **Lei n.º 19.945, de 18 de agosto de 1983**. Código Electoral Nacional. Boletín Oficial de la República Argentina, Buenos Aires, 18 ago. 1983. Disponível em: < <http://infoleg.mecon.gov.ar/infolegInternet/anexos/15000-19999/19442/textact.htm> > . Acesso em: 29 set 2015.

ARGENTINA. **Lei n.º 26.146, de 27 de setembro de 2006**. Aprovação do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul. Montevideo, 19 out. 2006. Disponível em: < <http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/120000-124999/121156/norma.htm> > . Acesso em: 30 set 2015.

ARGENTINA. **Lei n.º 26.215, de 20 de dezembro de 2006**. Ley de financiamiento de los partidos políticos. Boletín Oficial de la República Argentina, Buenos Aires, 15 jan. 2007. Disponível em: < <http://infoleg.mecon.gov.ar/infolegInternet/anexos/120000-124999/124231/norma.htm> > . Acesso em: 29 set 2015.

ARGENTINA. **Lei n.º 26.571, de 2 de dezembro de 2009**. Ley de democratización de la representación política, la transparencia y la equidad electoral. Boletín Oficial de la República Argentina, Buenos Aires, 11 dez. 2009. Disponível em: < <http://www.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/160000-164999/161453/textact.htm> > . Acesso em: 29 set 2015.



ARGENTINA. **Lei n.º 26.774, de 31 de outubro de 2012.** Ley de ciudadanía argentina. Boletín Oficial de la República Argentina, Buenos Aires, 1 nov. 2012. Disponível em: < <http://www.unr.edu.ar/descargar.php?id=14134> >. Acesso em: 29 set 2015.

ARGENTINA. **Lei n.º 27.120, de 29 de dezembro de 2014.** Ley de elección de parlamentarios del Mercosur. Boletín Oficial de la República Argentina, Buenos Aires, 6 jan. 2015. Disponível em: < <http://www.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/240000-244999/240491/norma.htm> >. Acesso em: 29 set 2015.

ARGENTINA ELECTIONS. **Parlasur: los proyectos y sus implicancias para las próximas elecciones.** 19 de julho, 2014.

CÁMARA NACIONAL ELECTORAL (2011). **Partidos Reconocidos.** Secretaría de Actuación Judicial - Unidad de Recopilación y Producción de Datos. Octubre de 2011. Disponível em: < http://www.pjn.gov.ar/cne/documentos/home/partidos_reconocidos.pdf >. Acesso em: 8 out 2015.

DIRECCIÓN NACIONAL ELECTORAL (2015a). **Elecciones 2015, PASO 2015, Resultados definitivos, Categoría: Parlamentarios del Mercosur Nacional.** Disponível em: < https://www.dropbox.com/s/tvkwjrjgns1bs94/P.M.N._DEFINITIVO%20x%20Distrito_PASO%202015.pdf?dl=0 > . Acesso em: 30 set 2015.

DIRECCIÓN NACIONAL ELECTORAL (2015b). **Elecciones 2015, Listas Participantes, Parlamentarios del MERCOSUR Distrito Nacional.** Disponível em: < http://elecciones.gob.ar/admin/ckfinder/userfiles/files/0_PARLAMENTARIOS%20MERCOSUR%20DISTRITO%20NACIONAL.pdf >. Acesso em: 30 set 2015.

LUCCI, Juan J. **Parlamento del MERCOSUR: debilidad institucional y estancamiento político.** Análisis a seis años de su inauguración. Densidades, Buenos Aires, n. 11, p.79-88, dez, 2012.

LUCIANO, Bruno T. **Eleições na integração regional: desenvolvimento das proposições nacionais para as eleições diretas do Parlamento do Mercosul.** E-legis, Brasília, n. 13, p. 57-72, jan./abr. 2014.

NICOLAU, Jairo M. **Sistemas eleitorais: uma introdução.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2001. 80p.



RAPOPORT, Mario. *Argentina: economia y política internacional. Los procesos históricos*. In: DEP: **Diplomacia, Estrategia y Política/Proyecto Raúl Prebisch n.10** (octubre/diciembre 2009). Brasília: Proyecto Raúl Prebisch, 2009.

TELAM ARGENTINA. *Diputados debatirá la reforma del Código Electoral para poder elegir representantes ante Parlasur*. 14 de dezembro, 2014.

SARTORI, Giovanni. Sistemas majoritários e proporcionais. In: **Engenharia Constitucional: como mudam as constituições**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996 (p.15-26).

Recebido em 10/01/2017
Aprovado em 13/06/2017



A INSERÇÃO DA NATUREZA ATRAVÉS DO CAPITAL NATURAL NO ÍNDICE DE RIQUEZA INCLUSIVA

THE INTEGRATION OF NATURE THROUGH THE NATURAL CAPITAL IN INCLUSIVE WEALTH INDEX

Rosane de Oliveira Brito*
Claudia Lucia Bisaggio Soares**

RESUMO

A busca por um indicador que represente mais adequadamente a riqueza e considere a natureza foi refletida na composição do Índice de Riqueza Inclusiva (IRI). Este novo índice foi divulgado através do Relatório de Riqueza Inclusiva (RRI) durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em 2012. Este trabalho busca apresentar o IRI em suas linhas gerais e analisar a forma com que acontece a inclusão da natureza neste novo indicador. Para contribuir ao debate são identificadas algumas de suas potencialidades e limitações.

Palavras-chave: Índice de Riqueza Inclusiva; Riqueza; Sustentabilidade; Indicador.

ABSTRACT

The search for an indicator that represents better the wealth and consider the of nature was reflected in the composition of the Inclusive Wealth Index (IWI) . This new index was released through the Inclusive Wealth Report (IWR) during the United Nations Conference on Sustainable Development in 2012. This study aims to present the IRI in general terms and examine how that happens the inclusion of nature in this new indicator. To contribute to the debate are identified some of its capabilities and limitations.

Keywords: Inclusive Wealth Index; Wealth; Sustainability; Indicator

* Especialista em Economia e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Paraná, Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (2014), Graduação em Engenharia Ambiental pela Faculdade União das Américas (2016). Correio eletrônico: rosane_ambiental@hotmail.com

** Doutorado em Ciências Humanas pela Univ. Federal de Santa Catarina-UFSC, Pós-Doutoramento em andamento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Mestrado em Economia pela Univ. de Lisboa-UL (1998) Possui Graduação em Ciências Econômicas pela Univ. Federal do Rio de Janeiro-UFRJ(1989). Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. Correio eletrônico:claudia.soares@unila.edu.br



INTRODUÇÃO

O Índice de Riqueza Inclusiva (IRI), produzido por técnicos da ONU e inicialmente divulgado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012 (Rio +20), foi difundido pela primeira vez através do Relatório de Riqueza Inclusiva de 2012 (doravante RRI) (PIDH-UNU; PNUMA, 2012). Este relatório deixa evidente desde o título a intenção de incluir em um indicador de riqueza a dimensão da sustentabilidade. Entretanto, apesar de sua notória importância para debate sobre indicadores, essa primeira versão do RRI ainda não foi traduzida para o português.

A natureza, apesar de sempre presente na análise econômica, teve sua representação questionada na disciplina durante o último século, juntamente com as formas e métodos de mensuração da riqueza. As duas questões se vinculam porque por um lado há uma percepção de que nenhum dos temas está sendo representado adequadamente dentro da análise econômica, e por outro porque não parece ser desejável atingir elevados níveis de riqueza sem que estes sejam sustentáveis.

Hodiernamente o planeta Terra assiste seus recursos serem exauridos em níveis alarmantes. A quantidade de resíduos gerada pelo processo produtivo e de consumo humano também atinge grandezas que não têm precedentes históricos. Neste contexto foi natural que a chamada “questão ambiental” ganhasse força na discussão a partir da metade do último século. Mesmo a terra, a água e até o próprio ar deixaram de ser vistos como recursos gratuitos e inesgotáveis em decorrência das grandes alterações qualitativas e quantitativas. Em várias situações percebeu-se que o acesso aos recursos foi ficando cada vez mais custoso e restrito tanto no nível pessoal quanto no nacional.

E no rastro desse cenário de incertezas todos os dias são mencionados indicadores de riqueza para comparar países, cidades e pessoas. O conceito de riqueza, apesar de ter um significado intuitivo aparente, não tem um consenso em sua definição. No entanto, as formas mais difundidas de medição da riqueza têm o efeito, por exemplo, segundo Viveret (2006), de conceder uma espécie de prêmio à destruição e à reparação pesada, em detrimento das ações de prevenção e de reparações menos dispendiosas. Como se o estrago ecológico, social ou sanitário fosse menos importante. Como vários outros críticos, Louette (2007) em um esforço de análise dos indicadores de desempenho das nações, defende que o tema central é a necessidade de mudar os indicadores de riqueza e suas formas de mensuração. Considera-se, por tanto, que existem desconfiças à cerca da representação usual, uma vez que ela não enfrenta abertamente o desafio de fazer uma reprodução unidimensional de processos que são efetivamente multidimensionais.

De fato o questionamento dos indicadores de riqueza tem se aprofundado neste século através de diversas publicações que questionam a sua forma de mensuração como, por exemplo, Novos Indicadores de Riqueza (GADREY; JANY-CATRICE, 2006); Reconsiderar a riqueza (VIVERET, 2006) e publicações do Banco Mundial como *Where is the Wealth of Nations?* (BANCO MUNDIAL, 2006) e *The*



Changing Wealth of Nations (BANCO MUNDIAL, 2011). O IRI divulgado em 2012, mais uma vez vem para tentar cobrir esta lacuna e incluir outras esferas ainda esquecidas (natural e humana) na análise. Foi recebido com muito entusiasmo e elogiado durante a Conferência de Trondheim sobre Biodiversidade, em maio de 2013, como uma ferramenta promissora para integrar a biodiversidade e serviços ecossistêmicos na contabilidade nacional (THIRY; ROMAN, 2014). Entretanto, segundo a análise deste trabalho a construção desse novo indicador afinal ainda ficou bastante aquém de seus objetivos norteadores.

Tendo sido feitas estas considerações, cabe destacar que o objetivo geral deste texto é apresentar de que forma acontece a inclusão da natureza no IRI e apreciá-la criticamente. Para tanto inicialmente é feita com uma breve contextualização do tema e após o delineamento da construção conceitual e metodológica do IRI, incidindo um maior detalhamento apenas sobre a parcela do capital natural em função do espaço limitado para discussão. A conclusão versa sobre uma primeira crítica aos resultados obtidos em função dos objetivos propostos por seus próprios autores.

1 O ÍNDICE DE RIQUEZA INCLUSIVA (IRI) E A MENSURAÇÃO DA RIQUEZA

Para entender como o IRI inclui a natureza é necessário abordar as razões pelo qual um indicador de riqueza adiciona este elemento. Considerando a recente elaboração deste indicador foi considerado importante destacar a estrutura do indicador, seus fundamentos norteadores e também a organização dos seus componentes.

1.1 MENSURAÇÃO DA RIQUEZA E NATUREZA - CONTEXTUALIZANDO

O automatismo que na visão predominante no pensamento econômico deveria conectar o crescimento econômico com um aumento do bem estar social mostra falhas irreparáveis na experiência histórica, o que justifica a urgência da construção não apenas de uma nova economia, como também o reposicionamento de alguns elementos da análise. Quando examinado a partir do ângulo da preservação e recuperação dos serviços ecossistêmicos, dos quais dependem a sociedade humana, os argumentos favoráveis a essas mudanças na maneira como se organiza a vida econômica contemporânea tornam-se ainda mais fortes (ABRAMOVAY, 2013). No passado o meio ambiente foi visto como uma fonte infinita de recursos. O céu nunca mudaria de cor, os rios nunca perderiam sua qualidade e as florestas eram tomadas como tão vastas que nunca poderiam ser completamente destruídas. Mas os efeitos da ação humana potencializados com a revolução industrial começaram a ser percebidos de forma diferente.

Desde os primórdios da Economia, a natureza é por ela entendida como recurso para a sobrevivência do homem e, nesse sentido, a preocupação com os



limites ambientais ao crescimento econômico pode ser encontrada já nos escritos dos economistas clássicos. Segundo Andrade (2011), em seus modelos de crescimento construídos nos séculos XVIII e XIX, estes autores postulavam a inevitabilidade da chegada a uma situação de pouco ou nenhum crescimento, à medida que a finitude dos recursos naturais e a impossibilidade de crescimento ilimitado da produtividade apresentavam-se como um empecilho à continuidade da expansão do sistema econômico.

Tomando-se a definição de Sandroni (1999) de recursos naturais como o conjunto de riquezas naturais em estado bruto e que podem ser exploradas economicamente por um país as riquezas naturais estão: as jazidas minerais, as bacias petrolíferas, os cursos dos rios e suas quedas, a fauna e a flora. Com base nesse conceito é fácil concordar com o fato de que o aproveitamento predatório das riquezas sempre existiu, mas o avanço tecnológico do século XX introduziu um ritmo de consumo dessas riquezas de proporções inquietantes. Alier (1999) ressalta que a ausência dos recursos naturais e serviços ambientais na mensuração das atividades econômicas aparecem agora em primeiro plano na discussão sobre a contabilidade nacional. Segundo esse autor:

Hay una asimetría en la forma de tratar la depreciación del capital y el desgaste o pérdida de recursos naturales. Es distinto el tratamiento que se da al capital (es decir, medios de producción producidos, como máquinas de una fábrica o tractores de una granja) y el tratamiento que se da a los recursos naturales, ya que en el primer caso se aplica la amortización y en el segundo, no. Es decir, para pasar del cálculo del PIB (Producto Interno Bruto), al PIN o ingreso nacional, se resta del PIB el valor de la depreciación del capital. [...]

En cambio, cuando perdemos una parte de los recursos naturales o del patrimonio natural, no se aplica una depreciación (ni una amortización que la compense) sino que lo que es una disminución de patrimonio aparece por el contrario como ingreso [...] (ALIER, 1999, p. 38).

Retomando Andrade (2011) pode-se argumentar que historicamente, o termo “capital natural” foi primeiramente utilizado como metáfora para se referir aos recursos naturais disponíveis ao homem. No final do século XX o termo, entretanto, deixou de ser apenas uma metáfora usada para destacar o esgotamento dos recursos naturais e passou a ser um conceito formal e técnico, utilizado juntamente com definições de outros tipos de capital. Assim o capital natural passou a ser definido como a totalidade dos recursos oferecidos pelo ecossistema terrestre que suporta o sistema econômico, os quais contribuem direta e indiretamente para o bem-estar humano. Sendo que essa definição explicitamente considera a ideia de que o sistema econômico é um subsistema de um sistema maior que o sustenta e que fornece os meios necessários para sua expansão. No entanto, Alier (1999)



aponta que o uso do termo capital natural no lugar de recursos naturais ou patrimônio natural; serviu, por um lado, para chamar a atenção sobre o distinto trato contábil das formas de recursos (os naturais e os produzidos artificialmente). Por outro lado, esse mesmo salto terminológico de recursos naturais a capital natural respondeu a um desejo de mercantilização e de generalização da natureza. Tendo-se em conta os dois lados da questão, a terminologia capital natural afinal não parece tão esclarecedora como se pretendia.

A visão da natureza como capital, respondendo a mesma base analítica dos outros tipos de capitais, acaba implicitamente facilitando a assunção de uma posição permissiva quanto à questão da substitutibilidade entre capitais; levando a crer que o aumento da quantidade de um tipo de capital poderia compensar a diminuição de outro, independente de suas características intrínsecas e de reposição serem tão diferentes. De fato, diante desse tratamento analítico, deixa de ter sentido falar em estoques finitos de recursos naturais como fatores limitadores do crescimento produtivo.

Young (2003) recorda que existe um conjunto de recursos que são utilizados como insumos dentro da fronteira de produção, mas que não podem ser produzidos dentro dela. Essa é outra forma de dizer que quanto mais exauridas as reservas de recursos naturais, maior será o crescimento do produto. E na forma de mensuração convencional da produção, não são levadas em conta as perdas decorrentes do processo de exaustão dos recursos naturais. O mesmo ocorre com a perda de qualidade desses recursos causada pela poluição do ar e da água ou pelo acúmulo de resíduos sólidos: os danos aos ecossistemas e as reduções da qualidade de vida não são contabilizados. Além disso, eventualmente os custos de mitigação decorrentes de problemas ocasionados pela degradação dos recursos naturais são vistos como acréscimos do nível de atividades, como é o caso das despesas ocasionadas para despoluir e descontaminar o ambiente.

Não à toa nas últimas décadas existe um intenso movimento de repensar os indicadores de ativos da economia em geral. A bandeira do tripé (ambiental, social e econômico) foi arqueada nas mais diversas situações. E, de acordo com a perspectiva adotada nesse trabalho, esse deveria ser interpretado também como um movimento de (re)pensar os rumos que estamos tentando perseguir:

Temos a obrigação de redefinir os próprios termos da riqueza. Só há possibilidade de desenvolvimento sustentável se uma profunda reinterrogação do pilar econômico vier a transformar a visão e a própria prática da economia. Não basta acrescentar a um pilar econômico, que permaneceria inalterado, um pilar ambiental e, para concluir, um pilar social (LOUETTE, 2007, p.16).

Para medir diretamente esse conjunto heterogêneo que chamamos “riqueza” se recorre a indicadores específicos. Cabe então recordar com a ajuda de Armijo (2011), que a palavra “indicador” significa aquilo que indica ou serve para indicar, provindo do latim *indicare* (mostrar ou significar algo com indícios ou sinais). Já



Martinez (2009) assinala que o indicador constitui um tipo particular de estatística, uma variável que em função do valor que assume em determinado momento e território terá significados sociais diferentes. Nem toda estatística pode ser considerada como um indicador uma vez que o indicador deve comunicar claramente seu sentido, funcionando como um sinal, alertando sobre um fenômeno, problema, desafio ou meta estabelecida; além de preferencialmente transmitir a informação de forma clara, sem margem para muitas dúvidas ou interpretações. Na constituição de indicadores como o IRI devem ser considerados todos esses desafios.

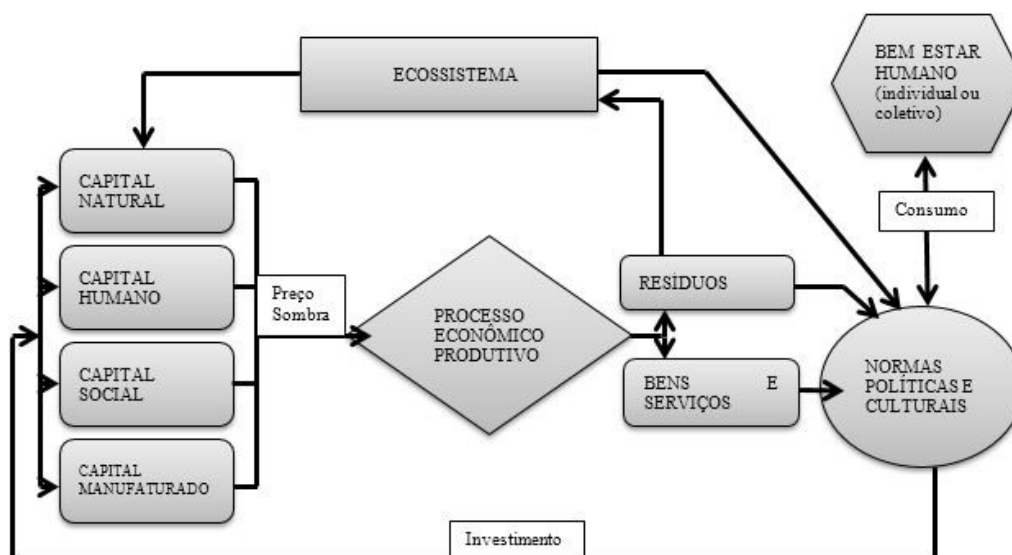
1.2 O IRI

O RRI divulgado durante a Rio +20 teve como autoria principal técnicos do Programa Internacional de Dimensões Humanas da Universidade das Nações Unidas (PIDH-UNU) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Para os autores do RRI ele idealmente representaria um passo crucial na transformação do paradigma econômico global, enquanto ainda não existe um indicador universal para sustentabilidade (PIDH-UNU; PNUMA, 2012). Conforme seu sumário executivo o RRI de 2012 foi o primeiro de uma série bienal de relatórios sobre a sustentabilidade. Efetivamente, em dezembro de 2014 uma segunda edição do Relatório veio a público. Como já ressaltado, esta publicação das Nações Unidas propôs uma aproximação da noção de riqueza através da mensuração conjunta do capital natural, manufaturado, humano e social; tendo por objetivo explícito fornecer uma análise dos diferentes componentes da riqueza por país, suas conexões com desenvolvimento econômico e o bem estar humano além de influenciar políticas baseadas no gerenciamento desses capitais.

Dasgupta e Duraipah (2012) destacam que a estrutura conceitual começa assumindo o bem-estar como objetivo. Consideram intuitivo que os elementos que compõem a base produtiva de uma sociedade não são apenas os bens de capital aos quais as pessoas têm acesso, mas também a infraestrutura social que influencia a forma como esses ativos são colocados para o uso humano, no presente e no futuro, como ilustrado na Figura 1. Para os autores o bem-estar é regido pelas normas culturais e políticas, que por sua vez influenciam a maneira como as sociedades utilizam as diferentes formas de bens de capital. Sendo que os ativos de capital são, de acordo com o quadro conceitual do RRI, a base para o processo de produção econômica que fornecem os bens e serviços que alimentam o retorno para as normas e políticas voltarem a influenciar o bem-estar. Eles reconhecem que os ecossistemas são cruciais no fornecimento do conteúdo específico do capital natural de cada região. A composição e uso do capital natural por sua vez afeta a maneira como os ecossistemas são usados e tal utilização é vista como fortemente influenciada pelas normas culturais e políticas. A forma como os diferentes ativos de capital são usados é representada, segundo esta perspectiva, pelos preços-sombra dos vários bens de capitais e seus respectivos componentes. Conclui-se assim que

a base para o sistema de produção econômico, sob a ótica do RRI, é a forma com que diferentes capitais e seus respectivos preços-sombra afetam a produção.

FIGURA 1 - A base produtiva do bem estar para o RRI



Fonte: Traduzido e adaptado de Dasgupta e Duraipah (2012)

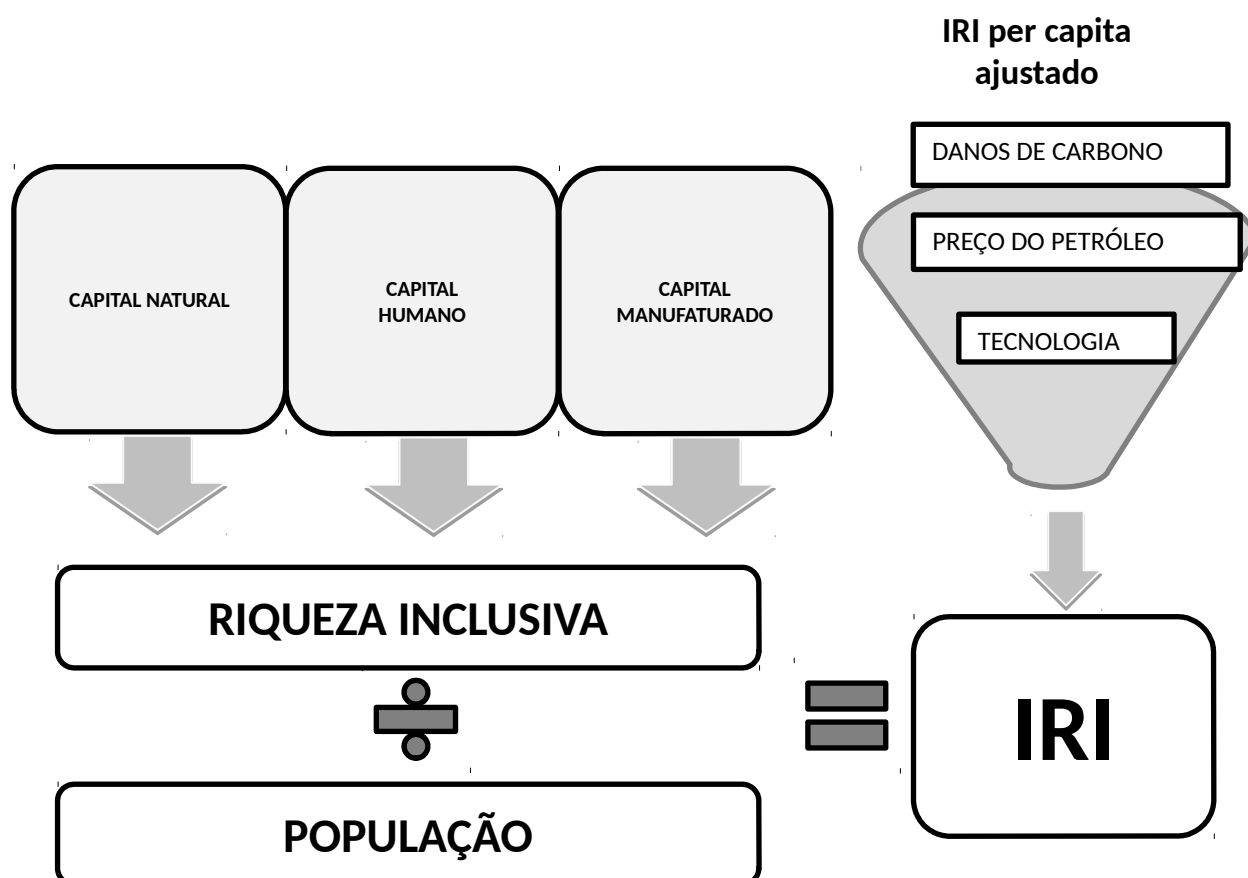
Nessa interpretação bens e serviços são considerados portadores de valor devido à contribuição ao bem-estar humano social. Por sua vez este bem estar humano é percebido como derivado do bem estar individual que é uma função do consumo e da utilização de bens e serviços. Na sequência deste raciocínio os autores definem o preço-sombra como o valor social de uma unidade marginal de um ativo. (DASGUPTA; DURAIAPPAH, 2012).

A riqueza é vista como uma soma ponderada dos preços-sombra dos ativos de uma sociedade. As instituições estariam refletidas no preço-sombra através do vetor **M** que, estranhamente, não mais é abordado ao longo do restante da construção do IRI. A Riqueza é chamada de Inclusiva, no sentido de agregar à base produtiva da sociedade além do capital manufaturado (CM) capitais como o capital natural (CN), capital humano (CH) e, idealmente, o capital social (CS). No entanto, o capital social também acaba desconsiderado no cálculo do relatório sob a alegação de falta de medidas empíricas. A riqueza, então pode ser expressa da seguinte forma (onde P representa o preço de mercado):

$$Riqueza = P_{CM} \times CM + P_{CN} \times CN + P_{CH} \times CH$$

Outro capital, denominado de Capital Saúde (CS) também é calculado o valor do capital saúde, mas os autores o consideram separadamente das outras formas de capital. A justificativa é que admitem que pequenas mudanças neste capital podem alterar significativamente o bem estar para além de quaisquer alterações nos outros três. Existem ainda mais três origens possíveis de alterações generalizadas por eles elencadas: (1) os danos potenciais que as mudanças climáticas podem causar sobre a riqueza de uma nação; (2) variações nos preços do petróleo que podem beneficiar (ou prejudicar) alguns países na construção de outras formas de capital; e (3) o papel do progresso técnico como responsável pela variação da produtividade total dos fatores (ver Figura 2). E o resultado total é apresentado pelo relatório em dólares norte-americanos constantes para o ano 2000.

FIGURA 2 - Composição do IRI per capita



Fonte: Elaboração própria.



Dessa forma o índice dos países foi construído individualmente através do cálculo da variação média da riqueza inclusiva calculada no período de estudo, sendo que o IRI foi apresentado de maneira *per capita* (o relatório de 2014 trabalhou com o período de 1990 – 2010 e o de 2012 de 1990-2008).

Buscando-se contribuir para entender como foi feita a mensuração da riqueza de forma a possibilitar uma análise das implicações normativas embutidas nessa elaboração, segue-se com uma análise metodológica do cálculo do capital natural baseada essencialmente no anexo metodológico no próprio RRI de 2012.

2 Capital natural no IRI

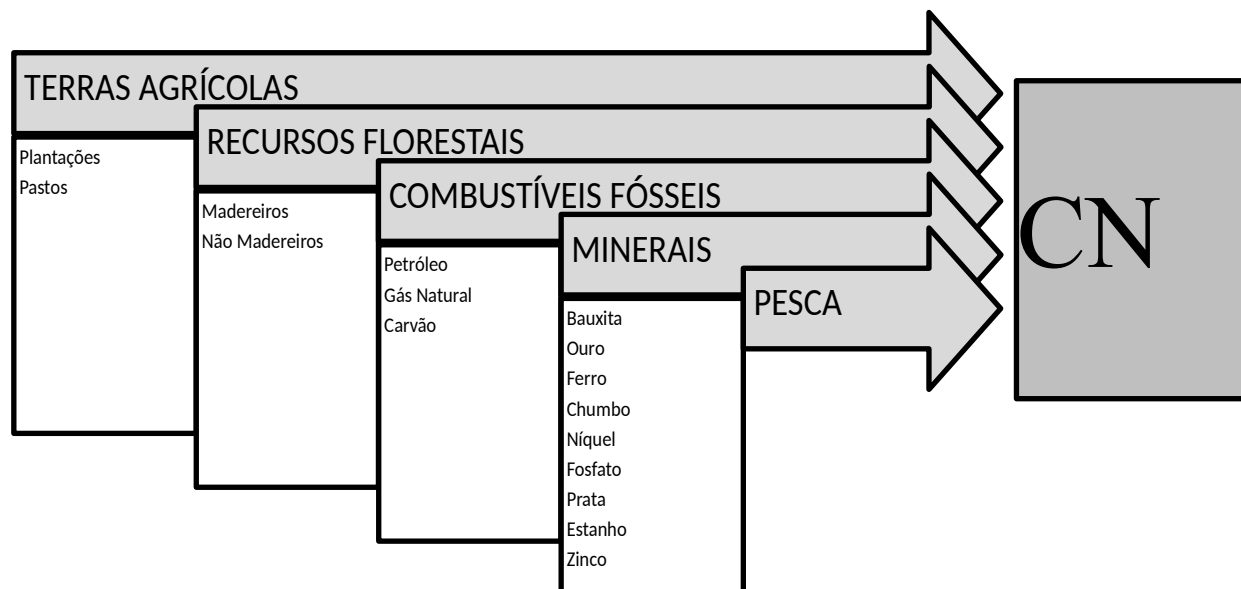
Muñoz et al (2012) definem teoricamente o capital natural no RRI como tudo na natureza (biótico ou abiótico) capaz de contribuir para o bem estar humano, podendo ser essa contribuição medida diretamente ou através de sua participação no processo produtivo. Nesse sentido o capital natural representaria um elemento essencial que pode induzir a construção de outras modalidades de capital.

Metodologicamente Pearson, Muñoz e Darkey (2012) explicam que o primeiro RRI focou em quantificar os componentes do capital natural que já tem mercado, por ser mais fácil de obter as informações dos estoques e valores. Esta escolha dos elementos trás uma clara limitação já que a maior parte da natureza não está no mercado ou quando está pode ter sua metodologia de inclusão duramente questionada

Os preços-sombra, como anteriormente explicado, são teoricamente utilizados pelo IRI como medida da contribuição marginal do respectivo ativo para o bem-estar humano e também como a unidade padrão dentro do Índice de Riqueza Inclusiva, de maneira a tentar facilitar a conversão de formas de ativos diferentes em uma medida comum. No entanto, segundo os próprios autores a disponibilidade limitada de tais preços-sombra é apresentada como uma lacuna significativa. No caso do capital natural a ausência dos preços-sombra foi, inclusive, o argumento para sua substituição no cálculo pelos preços de mercado deduzidos dos custos de produção desses mesmos recursos.

Assim o capital natural é medido no IRI através de cinco categorias (ver Figura 3): (1) florestas; (2) pesca; (3) combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão); (4) minerais (bauxita, cobre, ouro, ferro, chumbo, níquel, fosfato, prata, estanho e zinco); e (5) as terras agrícolas.

FIGURA 3 – Composição do Capital Natural no IRI



Fonte Elaboração própria.

A maneira de valorizar cada ativo de capital compartilhou um método de contabilidade onde a riqueza total foi estimada pela multiplicação da quantidade física disponível do ativo pela renda do recurso correspondente. A renda do recurso foi representada pelo preço médio de mercado de uma unidade de capital natural ao longo dos anos 1990-2008 (MUÑOZ et al, 2012).

É importante destacar que a forma como foi compreendido o relacionamento entre riqueza, capital, preço e valorização implicou em uma noção de riqueza resultante da multiplicação da quantidade pelo preço médio de mercado do capital natural (isto seria o representativo do valor deste capital); ou seja, a riqueza, o valor e o preço foram vistos como diretamente conectados e intrinsecamente indistintos.

2.1.1 Terras agrícolas

O primeiro dos elementos em que se divide o CN são as terras, que por sua vez são subdivididas em seu uso para agricultura e pastagem. A riqueza proporcionada pelas plantações foi obtida através da multiplicação da quantidade física de área cultivada disponível a cada ano e seu preço de mercado correspondente. Recorreu-se conceitualmente ao valor presente líquido (VPL) da renda dos fluxos futuros. Esta avaliação foi aplicada numa base anual de modo a se



obter, posteriormente, a riqueza média por hectare para o período de análise. Uma vez que este “valor riqueza” por hectare foi obtido, ele foi multiplicado pelo número total de hectares disponíveis no país para a área plantada. Concretamente, estimou-se o preço da renda média por hectare (RPA) para o país "i" no ano "j" da seguinte forma:

$$RPA_{ij} = \frac{I}{A} \sum_{k=1}^{159} Q_{ik} \times P_{ik} \times R_{ik}$$

Onde "Q", "P" e "R" são respectivamente a quantidade de produção da cultura "k", (com $k = 1, 2, \dots, 159$), o preço por quantidade da cultura k e a taxa de renda da cultura k; "j" é o ano de análise, variando entre 1990 a 2008; e "A" é a área total colhida. Para estimar a renda por safra e as taxas de renda os autores basearam-se em estudos isolados. Para calcular o valor da riqueza total por hectare (Wha) estimaram os fluxos futuros de renda, como segue:

$$Wha_{ij} = \sum_{t=0}^{\infty} \frac{RPA_{ij}}{(1+r)^t}$$

Onde "r" é a taxa de desconto, assumida como igual a 5 por cento e "t" é o horizonte de planejamento, assumido até o infinito. Posteriormente, foram utilizados os valores de riqueza média por hectare (Wha_i) durante o período de estudo como uma aproximação do preço-sombra.

$$\overline{Wha}_i = \frac{I}{19} \sum_{t=1}^{19} Wha_{ij}$$

Finalmente, a riqueza total em terra terras cultiváveis (WCL) para o país "i" no ano "j" foi deduzida da seguinte forma, onde "CLA" é a quantidade física da área total da cultura do país de "i" no ano "j":

$$WCL_{ij} = \overline{Wha}_i \times CLA_j$$



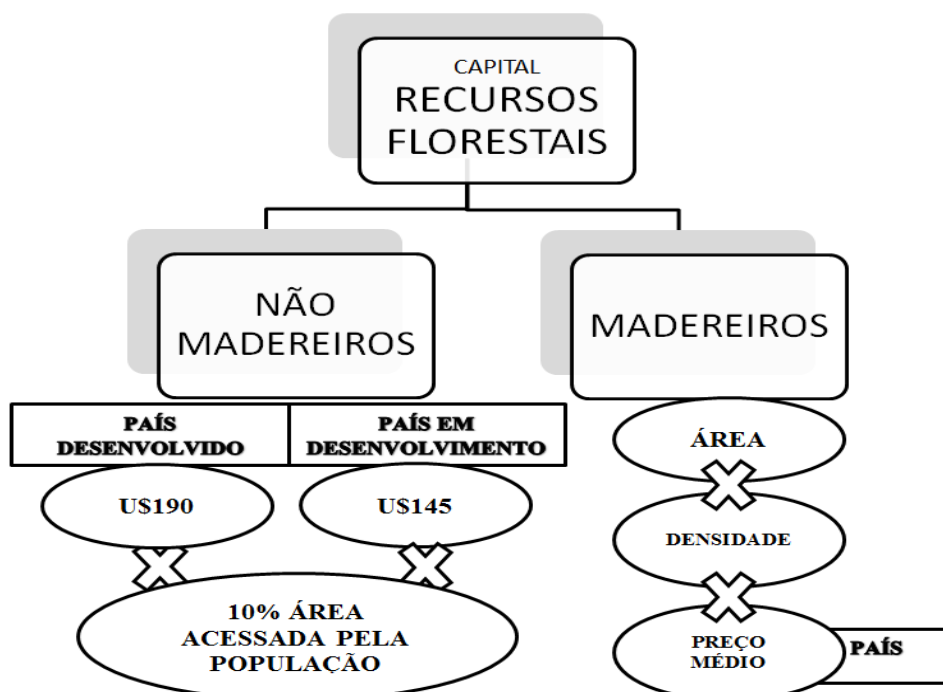
Em resumo a riqueza foi estimada através do valor da área de cultura no país multiplicada pela média da renda das culturas nele existentes, estando a renda valorizada à preço de mercado. Esta dedução implicitamente considera que o mercado está representado adequadamente o valor da cultura. Pode ser vista como uma limitação na construção do IRI, uma vez que quanto maior a área destinada aos cultivos comerciais, maior será a valorização dessa parte do capital, como acontece em outros indicadores de riqueza considerados “produtivistas”.

Para pastagens aplicou-se uma metodologia semelhante a utilizada para as terras com cultivo, obtendo-se a riqueza total por hectare de pastagem e a quantidade física correspondentemente disponível durante o período de análise. No entanto, consideraram difícil vincular as rendas para uma determinada quantidade de terra envolvida no processo de produção e assumiram que as rendas por hectare de pastagens são iguais as da área plantada. Isto significou que a riqueza total por hectare de pastagens ficou idêntica às estimativas anteriores para terras cultiváveis.

2.1.2 Recursos florestais

Os recursos florestais foram divididos em duas categorias: recursos madeireiros e não madeireiros. Em relação aos recursos florestais madeireiros, como ponto de partida foi estimado o volume de madeira disponível no mercado. Esta primeira medida decorre, basicamente, da área florestal e da densidade de madeira por área, bem como da percentagem do volume total que está disponível comercialmente - todos estes parâmetros são específicos de cada país e foram obtidos a partir da Avaliação dos Recursos Florestais realizadas pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). No que diz respeito ao preço da madeira em pé, adotaram um preço médio ponderado de duas mercadorias diferentes: madeira de tora industrial e lenha. Sendo também foram considerados parâmetros específicos para cada país. O peso ligado aos diferentes preços foi baseado na quantidade de produto fabricado, estando essa dividida entre a tora industrial e lenha. Os preços foram então obtidos a partir deste valor e da quantidade exportada e produzida. Posteriormente três novas medidas foram aplicadas em relação às estimativas de rendas: (1) converteram os valores estimados anuais de preços correntes a constantes, usando para cada país um deflator do PIB específico; (2) utilizaram as informações sobre as taxas de renda regionais estimadas por madeiras. Essas taxas foram assumidas como constantes ao longo do tempo; e (3) estimou-se o preço médio ao longo de todo o período de estudo (1990-2008), buscando obter um “valor proxy” para o preço-sombra da madeira. Em relação às estimativas da riqueza total de madeira, multiplicaram o preço da renda constante ao longo do tempo obtido na última etapa pelo volume total de madeira disponível no mercado a cada ano, como aparece resumidamente na figura abaixo (Figura 4).

FIGURA 4 - Cálculo dos recursos florestais



Fonte: Elaboração própria.

Sendo assim, fica evidente que quando a área destinada à extração e plantio comercial de madeira se eleva, mais uma vez a contribuição desse capital para a riqueza total também se aumentará.

Quanto aos recursos florestais não madeireiros, o IRI utilizou a metodologia dos benefícios florestais não-madeireiros (NTFB) construída com base em um trabalho anterior de Lampietti e Dixon de 1995. Estes autores estimaram os benefícios econômicos da NTFB como US\$190 por hectare para os países desenvolvidos e como US\$145 por hectare para os países em desenvolvimento. Esses coeficientes então foram multiplicados pela área de floresta que foi considerada como acessada pela população (que se presumiu ser de 10 por cento da área total da floresta). Finalmente, a riqueza total de NTFB foi calculada como o valor presente dos benefícios futuros, assumindo um horizonte de tempo infinito e uma taxa de desconto de 5 por cento.

É importante ressaltar o tratamento diferenciado dado aos países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento” ao se estabelecer um preço para os benefícios de bens florestais considerados não-madeireiros, sendo que essa diferenciação adotada no IRI não chegou a ser justificada no anexo metodológico do



relatório. E nesse quesito os países “desenvolvidos” ficaram com um benefício maior simplesmente em função de serem classificados como tal. A mesma dúvida se colocou em relação à quantidade de área, considerada como utilizada (somente 10% da área) e porque ela foi considerada igual para todas os países pesquisados. Disso resultou que 90% da área de floresta foi desconsiderada no cálculo da Riqueza Inclusiva sem justificativa aparente.

Ainda assim cabe destacar que quando da apresentação do indicador, a incorporação da noção de sustentabilidade ambiental parecia indicar que a preservação de florestas deveria ser contemplada de forma positiva no cômputo da “riqueza inclusiva”, já que foi considerada relevante para a preservação da qualidade de vida. Entretanto na hora de efetivamente buscar contemplar essa dimensão, ela acabou esquecida e na prática a utilização do recurso foi mais uma vez foi reconpenda, expressando valores positivos.

2.1.3 Pesca

Na contabilização da pesca foram considerados apenas quatro países: Austrália, Canadá, África do Sul e Estados Unidos. Os autores justificaram essa restrição devido à falta de dados nas outras regiões de interesse. Para esses países obtiveram o estoque disponível de pesca dentro de suas áreas a partir de uma base dados pré-existente. Com base neste banco de dados obtiveram a biomassa total, expressa em toneladas de espécies variadas que, por sua vez, acompanhou o movimento do número de espécies cujos dados estavam disponíveis em cada país. No caso dos quatro países citados o banco de dados tinha a avaliação de 12 espécies na Austrália; 9 espécies no Canadá; 10 na África do Sul; e 80 nos EUA. No que diz respeito à valorização da pesca o ponto de partida foi a obtenção de preços por tonelada a partir do preço de desembarque total. Foram obtidos preços para 20 espécies, no caso dos Estados Unidos; 7 espécies para a África do Sul; 6 para o Canadá; e 20 para a Austrália. Tendo em conta que o mapeamento entre o estoque avaliado e os preços correspondentes destas espécies foi considerado baixo, optaram por estimar um preço representativo por tonelada de pesca para cada um dos quatro países. Isso foi feito por meio de estimativa de preço ponderada (pela quantidade extraída) dessas espécies utilizada como uma *proxy* para o preço. A média ponderada desses preços ao longo do tempo foi calculada e multiplicada pela produção, chegando-se ao preço médio da renda da pesca nestes países. O último passo para a obtenção da riqueza da pesca consistiu em multiplicar o preço médio da renda pelo estoque total de biomassa disponível em cada um dos anos em análise. Ou seja, os Estados Unidos, foi avaliado com um capital maior simplesmente por possuir mais dados. Países que não tinham essas estatísticas foram tratados como se não tivessem o recurso. O Brasil, por exemplo, apesar de sua extensa faixa costeira foi apresentado como não tendo capital relacionado a pesca.



E também nessa ótica, mais uma vez o valor reconhecido pelo mercado consumidor (direto) do recurso foi aquele que interessou para representar a riqueza derivada da posse do recurso.

2.1.4 Combustíveis fósseis

Os combustíveis fósseis apareceram divididos em três categorias: carvão, gás natural e petróleo. A metodologia utilizada para “valorizar a riqueza” desses componentes repetiu basicamente o procedimento de buscar utilizar os dados disponíveis. Para o carvão, utilizaram a média dos preços a partir de quatro fontes: os EUA, o noroeste da Europa e o Japão em relação ao coque e ao vapor. Para o gás natural, também a média dos preços de cinco fontes: a União Europeia (UE), Reino Unido, Estados Unidos, Japão e Canadá. Por fim, a média dos preços de petróleo de quatro lugares: Dubai, Brent, Nigéria, e Oeste do Texas. Para ajustar os números pela inflação usaram o deflator do PIB dos EUA. As rendas totais foram obtidas através da multiplicação dos preços acima e as taxas de renda setoriais. Sendo os estoques de gás natural, petróleo e carvão por um ano anterior ao ano de 2008, estimados da seguinte forma:

$$\text{Estoque}_{t-1} = \text{Estoque}_t + \text{Produção}_t$$

Onde o estoque correspondente em estudo no ano t-1 é derivado da produção e do estoque no ano "t". Finalmente foi computada a riqueza referente ao carvão, gás natural e petróleo, multiplicando os estoques obtidos pelo preço de renda da unidade para cada um dos 20 países durante o período em estudo.

2.1.5 Minerais

A fim de valorizar os metais e minerais foi seguido o método utilizado por Arrow et al. em 2012. Foram focados 10 tipos de minerais: bauxita, cobre, ouro, ferro, chumbo, níquel, fosfato, prata, estanho e zinco. Trabalhados os dados de reservas para 12 países: Austrália, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Índia, Japão, Rússia, África do Sul, os Estados Unidos e Venezuela. Os dados de produção foram baseados em números da *United States Geological Survey* publicados em seu *Mineral Commodity Summaries* e/ou *Minerals Yearbook* (EUA Geological Survey 2011). Os estoques de anos anteriores foram calculados da mesma forma que os combustíveis fósseis. No que diz respeito aos preços, obtiveram-se os preços do mercado mundial anual para as 10 *commodities* minerais (informações do Banco Mundial e do Serviço Geológico dos EUA para o período 1990-2008), sendo esses valores convertidos para o ano 2000 a preços constantes,



permitindo que os preços médios fossem calculados para cada mineral. Finalmente “valorizaram” os minerais através da multiplicação dos estoques pelos preços da renda de cada mineral e assim obtiveram a riqueza mineral total para cada um dos 12 países durante o período em estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como anteriormente indicado, no IRI o capital natural é definido conceitualmente como todos os elementos naturais (bióticos ou abióticos) capazes de contribuir direta ou indiretamente para o bem estar humano. A adoção de tão amplo conceito pelo RRI gerou a necessidade de escolha por alguma metodologia de quantificação desses componentes. Tal preferência recaiu na assunção pelos preços encontrados no sistema de mercado ou em alguma aproximação calculada com base nesses mesmos valores. Na prática, entretanto, tal escolha acabou reduzindo drasticamente a possibilidade de introdução efetiva de componentes ao capital natural. Uma vez a maior parte da natureza não está no mercado e a parcela que aí se encontra representada, tem sua valorização sob intensas críticas por esses preços não internalizarem as dinâmicas referentes à sustentabilidade de sua produção e outras externalidades.

Num sentido de buscar o aprimoramento da construção do IRI, das críticas que podem ser feitas é interessante ressaltar que os próprios autores Pearson, Muñoz e Darkey (2012) indicam ao menos duas limitações que estão ligadas com dificuldade com dois conceitos-chave a respeito da natureza do CN e sua relação com a sustentabilidade, a saber: o quão crítico são os valores de um tipo de CN para a sustentabilidade geral do sistema; e a capacidade de resiliência desse capital. Influenciando a primeira questão estariam temas como a regulação do clima, de cheias, fertilidade dos solos, manutenção da biodiversidade, água potável, etc. Já o segundo conjunto de questões contemplaria a capacidade de estimar a resistência aos impactos externos por cada subsistema, já que os ecossistemas dificilmente têm um comportamento linear. Ekins (2012) também levanta a questão de que o CN funciona de maneira muito diferente dos outros estoques de capital (humano, social e manufaturado). Na medida em que antecede a humanidade e opera através de suas próprias leis e sistemas complexos. Vindo a reforçar nossa crítica de que o uso de medidas unicamente monetárias sugere que um estoque de capital pode ser substituído por outro quando se tenta medir a riqueza total de um país. E como de fato para a maioria dos analistas tal substituição não é possível no âmbito das dinâmicas da natureza, representar o CN desta forma pode ser seriamente enganoso.

Mais algumas observações ainda precisam ser feitas a cerca da normatividade embutida em operações que se colocaram simplesmente como



opções técnicas (como formas de estimar um valor que se sabe, a priori, impossível de ser obtido por medida direta) ao longo da exposição metodológica do IRI e de algumas ambiguidades encontradas durante a execução desse estudo.

A contabilização das terras agrícolas no CN é resultado, por exemplo, da multiplicação da área de cultura pela média da renda, baseada nos preços de mercado. Esta delimitação implicitamente considera que o mercado está representando adequadamente o valor da cultura que, por sua vez, representaria de forma satisfatória o capital genérico “terra agrícola”. Isto contrariando explicitamente a própria justificativa para a criação de um indicador que vá além das categorias trabalhadas no Produto Nacional Bruto (PNB), tradicionalmente acusado de considerar apenas a ótica de valoração limitada pelos preços de mercado. É importante lembrar que apesar de algumas especificidades, o CN compartilha com qualquer outro capital a característica de poder ser empregado de forma alternativa, resultando em produção e externalidades com valores potencialmente distintos. Ou seja, o capital “terra agrícola” pode comportar mais do que a cultura em questão e seus preços atuais de mercado. De qualquer forma toda essa questão não é incorporada no novo indicador.

A diferenciação adotada pelo IRI entre países desenvolvidos e em desenvolvimento não foi justificada no anexo metodológico do relatório. A questão da preservação da qualidade do solo também pode ser levantada a partir da desconsideração de 90% da área de floresta no cálculo do CN total. Acaba, contraditoriamente, por refletir uma falta de preocupação com a capacidade de recuperação desses ecossistemas e sua diversificada produção de serviços ambientais e seus usos alternativos. Em ambos os casos o simples alargamento das áreas de cultivo implica em elevação do Capital Natural, o que, insistimos, parece paradoxal com os objetivos propostos para o IRI.

No cálculo da pesca outra consideração metodológica influi diretamente no resultado: a justificativa da base de dados reduzida para o cálculo para um número igualmente diminuto de países.

É verdade que os próprios autores indicam a dificuldade para estimar quão crítico é um tipo de CN para a sustentabilidade geral do sistema e mesmo de determinar a capacidade de resiliência desse capital. Entretanto, o uso de medidas unicamente monetárias sugere que os autores assumem que um estoque de capital pode ser substituído por outro quando se tenta medir a riqueza total de um país. Anulando de forma efetiva qualquer outra argumentação que possam ter feito anteriormente em contrário a essa perspectiva. Reconhecem com inovação que tal substituição não é possível na natureza, mas terminam por representar o CN desta forma, mais uma vez arriscando-se a acarretar grandes distorções e podendo afastar o indicador do seu objetivo.

Do mesmo modo, apesar das reflexões dos autores quanto às vantagens em se utilizar o preço-sombra (que seria diferente do preço de mercado e cuja análise foge ao escopo desse trabalho) recaem na falácia da simplificação e utilizam somente o preço de mercado. Apesar de trabalharem em algumas categorias



somente com os dados disponíveis para alguns países, os autores insistem em considerar seus resultados como suficientes para uma comparação de sustentabilidade ao nível mundial.

Deve-se destacar também que os autores buscaram transformar analiticamente variáveis de fluxo (disponíveis) em variáveis de estoque (não disponíveis), através de uma sucessão de transformações e estimativas que acabaram trazendo muita incerteza (possibilidade de acúmulo de desvios) para o resultado total.

Após a exposição do IRI e em diversas reuniões aconteceram na esteira de sua divulgação, surgiram sugestões de peritos para melhoria deste novo indicador. Mooney (2013) argumentou que nos dados do IRI deveriam ser incluídas questões sobre importação e exportação de componentes da riqueza natural entre países, pois no contexto geral do comércio internacional, um país pode estar salvando seu capital natural através da importação da riqueza de outro país, mesmo que no saldo do planetário esse resultado possa ter outra interpretação.

Thiry e Roman (2014), em um trabalho que apresenta o IRI como um indicador de sustentabilidade, defendem que sua arquitetura sofisticada pode se revelar um castelo de cartas. Uma vez que o uso dos recursos aos preços de mercado impossibilita seus criadores de avaliar com precisão o valor da base produtiva. Além disso, a complexidade teórica ocultaria os fundamentos normativos subjacentes, não deixando espaço para deliberação sobre fins e valores que se deveriam respeitar. Ainda segundo Thiry e Roman tudo isso contrasta fortemente com as ambições dos autores de elaboração de um valor pluralista que buscaria refletir a sustentabilidade e o bem-estar das sociedades.

Recordemos então que para os autores do RRI a desejada utilização do preço-sombra captaria o grau de substituição entre as diferentes formas de capital, a contribuição para o bem-estar intergeracional, refletiria a escassez futura e captaria as externalidades produzidas no uso do capital. Mas na prática utilizam somente o preço de mercado. E esta transição acaba ocasionando a perda da consistência conceitual e metodológica do indicador, mesmo não se entrando no mérito sobre a capacidade do recurso à utilização do preço-sombra evitar o recurso explícito à valores normativos (supondo que isso fosse desejável).

A grande novidade e mérito do IRI foi sua tentativa de inclusão da questão ambiental em um indicador, buscando expressar os impactos das mudanças climáticas e outros impactos ambientais sobre os ativos. Outro aspecto positivo foi exporem, dentro do próprio relatório, de algumas de suas limitações devido a suas escolhas metodológicas. Apesar das críticas levantadas nesse trabalho ao resultado final, todo o processo possibilitou o avanço nas questões envolvidas de maneira que novas tentativas possam avançar na execução desses mesmos objetivos.

Conclui-se que é importante continuar as pesquisas sobre o potencial dos indicadores e sua relação com as políticas de sustentabilidade no nível macroeconômico e o presente artigo procura contribuir com o debate ao analisar e divulgar em língua portuguesa o IRI como novo indicador de riqueza.



Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Más allá de la economía verde**. Buenos Aires: Temas, 2013.

ALIER, Joan Martínez. **Introducción a la economía ecológica**. 1. ed. Espanha: Rubes, 1999.

ANDRADE, Daniel Caixeta; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Degradação Ambiental e Teoria Econômica: Algumas Reflexões sobre uma Economia dos Ecossistemas. **Revista Economia**. Janeiro/Abril, 2011.

ARMIJO, Marianela. **Planificación estratégica e indicadores de desempeño en el sector público**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, junho 2011.

BANCO MUNDIAL. **Where is the Wealth of Nations**: measuring capital for the 21st century. The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, 2006. Disponível em: <<http://go.worldbank.org/2QTH26ULQ0>> Acesso em: 16 mai. 2014.

BANCO MUNDIAL. **The changing Wealth of Nations**: measuring sustainable development in the New Millenium. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, 2011. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/ENVIRONMENT/Resources/ChangingWealthNations.pdf>> Acesso em: 16 mai. 2014

DASGUPTA, Partha; DURAIAPPAH, Anantha. Chapter 1 – Well-being and wealth. *In*: PIDH-UNU; PNUMA. **Inclusive Wealth Report 2012**: measuring progress toward sustainability. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2012. p.29-53.

EKINS, Paul. Chapter 11. Safeguarding the future of the wealth of nature. *In*: PIDH-UNU; PNUMA. **Inclusive Wealth Report 2012**: measuring progress toward sustainability. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2012. p.231-265.

GADREY, Jean; JANY-CATRICE, Florence. **Os novos indicadores de riqueza**. Tradução de Assef Kfour. São Paulo: Senac, 2006.

LAMPIETTI, J. DIXON, J. To see the forest for the trees: A guide to non-timber forest benefits. **Environment Depart Papers**. Paper nº 13. Washington, DC: World Bank,



jul. 1995. Disponível em: < http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1999/09/14/000178830_9810191236039/Rendered/PDF/multi_page.pdf > Acesso em: 09 out. 2014.

LOUETTE, Anne (org.). **Indicadores de Nações**: uma contribuição ao diálogo da Sustentabilidade. Gestão do Conhecimento. 1 ed. São Paulo: WHH - Willis Harman House, 2007.

MARTÍNEZ, Rayén Quiroga. **Guía metodológica para desarrollar indicadores ambientales y de desarrollo sostenible en países de América Latina y el Caribe**. Santiago, Chile: CEPAL, 2009.

MOONEY, Harold. Inclusive wealth report 2012. What's next? **Environmental Development**, n. 7, 2013, p. 179–180. Disponível em: < <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211464513000687> > Acesso em: 09 out. 2014

MUNOZ, Pablo. DARKEY, Elorm; OLESON, Kirsten; PEARSON, Leoni. Chapter 2. Accounting for the inclusive wealth of nations: empirical evidence. *In*: PIDH-UNU; PNUMA. **Inclusive Wealth Report 2012**: measuring progress toward sustainability. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2012. p.27-50.

PEARSON, Leoni; MUNOZ, Pablo; DARKEY, Elorm. Chapter 3. The significance of the natural wealth of nations. *In*: PIDH-UNU; PNUMA. **Inclusive Wealth Report 2012**: measuring progress toward sustainability. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2012. p.51-68.

PIDH-UNU; PNUMA. **Inclusive Wealth Report 2012**: measuring progress toward sustainability. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2012.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 1 ed. São Paulo: Best Seller, 1999.

THIRY, Géraldine; ROMAN, Philippe. **The Inclusive Wealth Index. A Sustainability Indicator, Really?** FMSHWP-2014-71, jun. 2014. Disponível em: < http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/01/01/12/50/PDF/FMSH-WP-2014-71_Thiry.pdf > Acesso em: 07 out. 2014

VIVERET, Patrick. **Reconsiderar a riqueza**. Tradução de Vera Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. Contabilidade Ambiental Nacional: Fundamentos Teóricos e Aplicação Empírica no Brasil. *In*: MAY, Peter H.; LUSTOSA,



REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



85

Maria Cecília; VINHA, Valéria (org.). **Economia do meio ambiente: teoria e prática.** 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 101-130. DATA DE ENVIO: 16/08/2016

Recebido em 09/04/2017
Aprovado em 13/06/2017



O TURISMO COMO PROPULSOR DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DE FOZ DO IGUAÇU-PR

TOURISM AS INCENTIVE OF REGIONAL DEVELOPMENT: THE CASE FOZ DO IGUAÇU CITY

Eduardo Dalcin Castilha*

RESUMO

Atualmente surgem estratégias inovadoras de desenvolvimento regional no interior dos municípios brasileiros. O presente trabalho traz uma revisão bibliográfica sobre a temática do desenvolvimento regional em relação à atividade promotora do turismo, onde se procura relacionar a teoria do desenvolvimento regional em relação as características da atividade do turismo na cidade de Foz do Iguaçu-PR. O trabalho também visa analisar potencialidade do turismo em promover o desenvolvimento desta região, destacando o seu impacto econômico e subsidiando o processo de planejamento da atividade do turismo no município. A promoção do turismo pode nortear as iniciativas da gestão pública municipal e da iniciativa privada, junto a comunidade em um trabalho integrado, com o propósito de impulsionar a economia iguaçuense.

Palavras-chave: Atividade turística, Desenvolvimento Regional, Economia, Foz do Iguaçu, Turismo.

ABSTRACT

Currently there are innovative strategies for regional development within the Brazilian municipalities. This work presents a literature review on the subject of regional development in relation to the activity promoter of tourism, where if you are looking to relate the theory of regional development in respect of the characteristics of the activity of tourism in the city of Foz do Iguaçu-PR. The work also aims to analyze the potential of tourism to promote the development of this region, highlighting its economic impact and supporting the process of planning of the activity of tourism in the city. The promotion of tourism can guide the initiatives of the municipal public management and private initiative, with the community in an integrated work, with the aim of boosting the iguaçuense economy.

Keywords: Tourist Activity, Regional Development, Economy, Foz do Iguaçu, Tourism.

* Mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: eduardo.castilha@unila.edu.br



1. Introdução

Considerando a nova composição mundial da economia, a globalização e a resultante reorganização das funções dos governos que atingem diretamente as cidades brasileiras e devido ao crescimento urbano acelerado, novas possibilidades de desenvolvimento socioeconômico, estão sendo elaboradas e implementadas, objetivando gerar emprego e renda para a população. Frente a estas mudanças, o turismo vem se caracterizando como alternativa econômica, desde a década de 1990, como fator de desenvolvimento econômico e social para determinadas regiões, que possuem restrições a outras formas de ganho econômico, como a indústria e o comércio.

As barreiras ao desenvolvimento econômico ocorrem principalmente devido às restrições de uso das áreas de proteção ambiental e ao isolamento de municípios no que concerne as interligações viárias, dadas as situações das estradas e rodovias. Portanto, os municípios que possuem alternativas escassas, buscam no turismo, uma solução para o crescimento, tentando aproveitar os seus próprios recursos naturais e culturais.

O crescimento e o desenvolvimento de uma região não é intrínseco apenas a construção das políticas públicas, mas também ao nível de liberdade que é concedido pelo Estado às instâncias que as constroem. A democratização na elaboração de propostas e a priorização na melhoria de infraestrutura e serviços urbanos nas regiões e/ou bairros mais desprovidos, são políticas necessárias para a qualificação da vida, preparando um ambiente propício para o desenvolvimento.

De acordo com Haddad (2001) o desenvolvimento regional eleva à competitividade dinâmica de empresas, regiões e cria a distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento regional. O autor aponta para a diferença entre vantagens comparativas, que não se sustentam a longo prazo, tais como incentivos fiscais e financeiros, uso predatório do ecossistema e exploração de mão de obra, de vantagens comparativas dinâmicas, mais resistentes, ligadas à dotação de recursos da região. Quanto maior a população, mais alto o nível de produtividade e melhor a distribuição de renda, maior será o mercado interno. Novas atividades econômicas geram impactos positivos em uma região, como geração de empregos diretos e indiretos, elevação da renda e arrecadação de impostos e taxas.

O turismo, em suas várias facetas e abordagens têm adquirido cada vez mais espaço; nas áreas econômica, política e acadêmica, ampliaram-se as pesquisas, os projetos e, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável dessa atividade. Tais avanços, todavia, fomentam a confecção de novos conhecimentos teóricos e na sua efetiva aplicabilidade para a solução de problemas econômicos e sociais, em contrapartida as transformações da realidade. Por mais que se entendam, por exemplo, as funções, responsabilidades e papéis dos diversos atores e organizações sociais – poder público, iniciativa privada, comunidades,



organizações não governamentais –, ainda existem divergências e dúvidas quanto às competências de cada ente.

De acordo com De Masi (2000), o acesso dos cidadãos ao bem-estar social e a melhores condições de qualidade de vida remetem aos diversos setores da economia, entre eles o turismo. Acredita-se que o turismo possui potencialidades e características, e por meio de sua dinâmica, contribui para a solução de problemas causados pela desigualdade social. O turismo configura-se como uma alternativa pertinente para revitalização das oportunidades, a partir da construção de novas organizações que se especializem na produção de serviços em uma “nova economia do ócio”.

Conforme Arrillaga (1976), trata-se de um senso comum as argumentações sobre o desenvolvimento turístico destacar que existem oportunidades aproveitáveis, que o potencial do turismo ainda não é capitalizado corretamente e de maneira eficaz. Os benefícios da atividade turística como meio econômico são potenciais estratégias para propulsão do desenvolvimento, pois é uma das mais amplas e diversificadas cadeias produtivas globais.

O município de Foz do Iguaçu tem forte vocação para o turismo, pois detém características raramente presentes em outras regiões fronteiriças, a exemplo das Cataratas do Iguaçu, responsáveis pela atração de mais de 1 milhão e 500 mil turistas em 2014, sendo de 172 países distintos (SMTU, 2014).

A cidade congrega uma mistura de povos identificada nos rostos e idiomas que circulam livremente pelas ruas da cidade - que abriga cerca de 57 das 192 nacionalidades existentes no mundo. Paraíso para os amantes da natureza, com a exuberância das Cataratas do Iguaçu, ou para os interessados na tecnologia que fez de Itaipu Binacional a maior hidrelétrica do mundo, a grandiosidade das criações da natureza e do homem são os símbolos da cidade. A cidade ainda cultiva sua identidade de interior. Com apenas 103 anos de história como município, já se consolida como destino turístico, sendo que somente a Hidrelétrica de Itaipu, atraiu em 2014 mais de 500 mil visitantes e desde 1983 já atraiu mais de 20 milhões de turistas. Na área de turismo a cidade possui pontos estratégicos de importância fundamental e únicos em sua região. Possui um grande parque hoteleiro, boa infraestrutura, atraindo visitantes de diversas localidades. É também um dos destinos brasileiros mais visitados por turistas estrangeiros, que vêm em busca de belezas naturais, como as Cataratas do Iguaçu e artificiais como a Hidrelétrica de Itaipu. A “indústria” do turismo surge a partir desses pontos fortes, viabilizando o desenvolvimento econômico e social na região (SMTU, 2014).

2. Atividade Turística

Para Beni (2007) o turismo é uma atividade produtiva contínua, geradora de renda, que se submete às leis econômicas e interfere nos diversos segmentos da economia, repercutindo acentuadamente e indiretamente em outras



atividades produtivas através do seu efeito multiplicador. O turismo promove o desenvolvimento intersetorial, em função do efeito multiplicador dos investimentos e dos acréscimos da demanda interna e receptiva. É um elemento importante para o planejamento regional ou territorial. Proporciona a geração de rendas para o setor público, representada por impostos diretos e indiretos, incidentes sobre a renda total produzida no âmbito do sistema econômico e estimula o processo de abertura da economia.

Para Souza e Correa (2000) a atividade turística tem várias definições entre as quais se podem destacar as seguintes: É um ramo das Ciências Sociais e não das Ciências Econômicas, e transcende a esfera das meras relações da balança comercial. É o movimento de pessoas gerando a ocupação do espaço por pessoas que afluem à determinada localidade, onde não possuem residência fixa. Trata-se do conjunto de relações e fenômenos resultantes do deslocamento de pessoas em localidades diferentes daquelas nas quais residem ou trabalham, contanto que tais deslocamentos e permanências não sejam motivados por uma atividade lucrativa principal, permanente ou temporária. Este conceito econômico da atividade turística leva em consideração a capacidade de multiplicação de renda dessas despesas turísticas, o que possibilita uma visão dos efeitos da atividade turística sobre o desenvolvimento regional.

O autor discorre que a partir dessa visão, o turismo define-se como uma atividade econômica pelos seguintes motivos: a propensão a viajar é uma prática humana; o lazer é uma ação realizada por indivíduos; as viagens são atividades que geram gastos e receitas; o consumo de bens e serviços turísticos pode enquadrar-se em mais de uma atividade econômica; a produção de riqueza através de um processo produtivo é clara e tipicamente uma atividade econômica. Todavia, o turismo não é indústria porque esta é um conjunto de operações necessárias para a transformação de matérias-primas. Porém, a atividade turística trata-se de uma agregação de valores aos diferenciais turísticos naturais e culturais, e não a transformação tangível e concreta na matéria-prima original.

Segundo Montejano (2001), analisando sob a ótica econômica, o turismo pode ser descrito como um conjunto das relações e fenômenos (econômicos sociais e culturais), portanto, qualquer atividade que gere um deslocamento implicando gasto de renda, por meio do qual se busca conseguir satisfação e serviços que são oferecidos por meio de uma atividade, geralmente mediante um investimento prévio e cujo objetivo final é obter rentabilidade. Desta forma, o turismo se enquadra dentro da economia como o conjunto das atividades industriais e comerciais que produzem bens e serviços consumidos total ou parcialmente por visitantes e turistas estrangeiros ou nacionais.

Afirma ainda Montejano (2001), que o turismo não é de fato uma indústria, pois, seguindo a definição mais rígida, não produz nenhum bem econômico, mas sim uma atividade de prestação de bens e serviços. Todavia, o autor aponta algumas conotações iguais à da indústria, principalmente a dimensão que tem para o crescimento e desenvolvimento da economia de um país, em



especial para países com potencial turístico, assim sendo o turismo foi definido como a indústria sem chaminé.

Segundo o autor, o conceito de turismo é muito extensivo, visto que a atividade trata-se da soma de todo o setor mundial de viagens, hotéis, transportes e outros componentes, incluindo promoção, que atende às necessidades e aos desejos dos turistas. O turismo pode ser enquadrado como a soma de fenômenos e relações originadas da interação de turistas, empresas, governos locais e comunidades autóctones, no processo de atrair e receber visitantes. O turismo é um composto de atividades, serviços e setores que proporcionam experiências de viagem. Turismo é a soma total das despesas turísticas dentro das fronteiras de uma nação ou subdivisão política, ou uma área em torno de uma estrutura de transporte de estados ou nações contíguas. Este conceito econômico da atividade turística leva em consideração a capacidade de multiplicação de renda dessas despesas turísticas, o que possibilita uma visão dos efeitos da atividade turística sobre o desenvolvimento regional.

3. Desenvolvimento Regional Endógeno

Segundo Barquero (2002) a atividade econômica, social e institucional baseia-se nas relações entre indivíduos, empresas e organizações, sendo que por tal razão identificam-se grande variedade de redes. Assim sendo, constituem-se redes pessoais e redes que as empresas formam com os agentes do entorno próximo, caracterizadas por relações informais e/ou ocasionalmente comerciais. Entretanto, sistemas produtivos locais, constituem um perfil especial de rede, os quais são muito arraigados no território e mantêm relações comerciais sólidas principalmente baseadas confiança.

A partir de uma visão regional, o conceito de desenvolvimento endógeno compreende-se como um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, assim como a possibilidade de absorção da região, sendo que o resultado será a retenção do superavit econômico gerado na economia local e a obtenção de excedentes advindos de outras regiões.

Segundo Boisier (1988) existe uma característica marcante neste processo, assim fazendo surgir um novo modelo desenvolvimento regional endógeno, sendo ele centrado nos próprios atores locais e não mais no planejamento centralizado; por meio de uma organização social/regional, e com a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais.

De acordo com Moraes (2003), o desenvolvimento da região está conectado a fatores sociais, ambientais e culturais da formação do território. Tais fatores auxiliam na avaliação da organização dos atores, e a partir desta organização do sistema local, forma-se um ambiente propício à reprodução de economia de escala e à redução dos custos de transação e ao crescimento econômico. Moraes (2003) também frisa a importância da participação da população:



No ambiente do território é onde interagem as organizações comunitárias, as unidades empresariais, as redes de infraestrutura e os intermediários comerciais e financeiros. Isso exige o desenvolvimento de instituições que sejam democráticas, modernas, representativas, transparentes e competentes e que possibilitem o planejamento com participação da população. Para isso, são necessários mecanismos diferenciados de gestão, que articulem os governos e as instituições locais com a sociedade. (MORAES, 2003, p. 6).

Quando abordamos as estratégias de desenvolvimento local, os atores locais podem ser considerados como catalisadores dos desafios impostos pelo aumento da competitividade de determinado destino turístico e assim desencadeando processos de desenvolvimento endógeno. As estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local devem estimular a abertura das empresas locais e favorecer o desenvolvimento dos recursos específicos que definem a capacidade de atração de empresas externas.

O desenvolvimento endógeno necessita da criação de uma adjacência institucional e econômica favorável, propiciado pela união do aproveitamento dos recursos e dos serviços locais, e por meio da cooperação entre os atores; pois, estes possuem condições de promover mudança de rota. Pois, conforme Moraes (2003), esta cooperação significa acúmulo de capital social, e relações institucionalizadas na forma de normas ou redes sociais. Portanto, é de significativa importância o capital social para o desenvolvimento endógeno.

4. Turismo e Desenvolvimento

O turismo, na concepção de Barreto (2006), tem efeito direto e indireto na economia de uma localidade ou região. Os efeitos diretos são os resultados das despesas realizadas pelos turistas dentro dos próprios equipamentos e de apoio, pelos quais o turista pagou diretamente. Os efeitos indiretos do turismo são resultantes da despesa efetuada pelos equipamentos e prestadores de serviços turísticos na compra de bens e serviços de outro tipo. Trata-se de um dinheiro que foi trazido pelo turista, mas que será gasto por outrem que o receberá do turista em primeira mão. Numa terceira etapa de circulação do dinheiro do turista estão os efeitos induzidos, que são constituídos pelas despesas realizadas por aqueles que receberam o dinheiro dos prestadores dos serviços turísticos e similares.

O dinheiro que entra por meio da atividade turística multiplica-se na economia traduzindo-se em: aumento da urbanização; incremento das indústrias associadas à atividade; incremento da demanda de mão de obra para serviços; incremento da indústria de construção; aumento da demanda dos produtos locais desde hortifrutigranjeiros até artesanato; incremento da entrada de divisas para



equilibrar a balança comercial; maior arrecadação de impostos e taxas. O efeito multiplicador é produzido pela sucessão de despesas que tem origem no gasto do turista e que beneficia os setores ligados indiretamente ao fenômeno turístico.

Conforme afirma Dias (2003) o desenvolvimento do turismo com base regional representa uma saída às tendências de produção de uma imagem estereotipada. Evita que haja devoração da paisagem, degradação do meio ambiente e descaracterização de culturas tradicionais. O turismo com base regional constitui uma mediação possível de dar algum dinamismo econômico aos lugares, representada pela possibilidade de geração local ou regional de ocupação e renda, que por sua vez, constitui o braço economicista da ideologia do regionalismo.

A atividade do turismo atua indiretamente, gerando renda não só na indústria turística complementar, mas em quase todos os setores econômicos. Seu reflexo faz-se sentir na construção civil, na indústria alimentar, na produção de móveis e utensílios domésticos, nos serviços de profissionais liberais e no movimento bancário. O setor público é afetado pela realização de obras, no incremento do comércio em geral, especialmente aos ligados aos produtos típicos. Pelo mesmo processo de reação, beneficia-se toda a rede de indústrias e serviços relacionados ao transporte, tais como postos de gasolina, oficinas mecânicas, e atividades vinculadas aos veículos automotores. Na indústria complementar, o setor de diversão e cultura, sofre uma dinamização proporcional ao incremento da atividade turística.

O turismo por ser uma atividade econômica, envolve-se com o conceito de desenvolvimento, no momento que este é um produto, e é consumido *in loco*, impulsionando o desenvolvimento de outras atividades econômicas e infraestrutura. Mas alcançar um desenvolvimento acompanhado de equilíbrio e capacidade de alocação de recursos é um dos desafios do homem na atualidade. E o turismo como importante atividade econômica do século XXI é percebida como “importante componente nas equações de desenvolvimento” (DIAS, 2003, p. 67) no que tange a essência da parceria dos interessados na atividade turística.

5. O Turismo em Foz do Iguaçu

Adentrando a história da cidade, na década de 1980, a cidade sofreu forte impacto devido a política monetária do governo federal. O câmbio sobrevalorizado com o objetivo de reduzir as necessidades de divisas estrangeiras do país estimulou os turistas brasileiros a comprarem nas cidades vizinhas de Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina). Assim sendo naquela década surgiram os “sacoleiros”, pessoas vindas das mais diversas partes do Brasil que compravam produtos industrializados no Paraguai, estes oriundos de diversas partes do mundo, porém, com uma carga de impostos muito menor do que a dos similares brasileiros. Comprava-se também em menor escala, produtos agroindustriais produzidos na Argentina.



As mercadorias eram revendidas pelos sacoleiros em suas cidades de origem a preços mais acessíveis que os produtos de origem nacional, representando importante fonte de renda para estas pessoas. No entanto, esse comércio prejudicava a indústria brasileira e o próprio governo, com a redução potencial da arrecadação tributária. Foz do Iguaçu também era um grande centro exportador de produtos brasileiros para os países vizinhos, principalmente o Paraguai, através da venda de produtos industrializados fabricados nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil (em sua maioria roupas e produtos alimentícios industrializados). Como decorrência dessa dinâmica econômica comprava-se quase sempre ilegalmente no Paraguai e Argentina, visto que raramente a cota de importações era respeitada e fiscalizada, exportavam-se os produtos industrializados fabricados no Sul e Sudeste brasileiros.

A dinamicidade desse tipo de turismo entrou em declínio com a criação do Mercado Comum do Sul - Mercosul, em 1991, que facilitou as trocas entre as empresas exportadoras brasileiras e as firmas comerciais sediadas em Assunção, Ciudad del Este e Buenos Aires. O resultado foi a diminuição da importância de Foz do Iguaçu como centro exportador. Somam-se a isso a abertura da economia, iniciada em 1990; o Plano Real, do segundo semestre de 1994; a imposição da cota máxima de US\$ 150,00 por pessoa no ano de 1995 (atualmente o valor desta cota é de US\$ 300,00), e a flexibilização do câmbio, em 1999.

Conforme Peris e Lugnani (2003), a interação desses fatores resultou na quase inviabilização do comércio com o Paraguai, pois deixou-se de praticar a taxa de câmbio fixa e valorizada que proporcionava vantagens para a compra de mercadorias vindas desse país. Assim, o comércio dos sacoleiros sofreu forte redução, o que trouxe grave crise econômica para a estrutura montada em torno deste comércio, principalmente as lojas comerciais no bairro Vila Portes, importante centro comercial vizinho a Ciudad del Este, separada apenas pela Ponte da Amizade.

Portanto, percebe-se uma mudança no perfil do turismo local e regional, uma vez que essa diminuição implica possíveis alterações na demanda de pessoal, na sua qualificação, assim como na infraestrutura. Nesse contexto, há grande probabilidade de aumento da informalidade ligado ao comércio de fronteira, agravando os problemas sociais e econômicos em Foz do Iguaçu e colocando a necessidade de se discutir conceitos como crescimento e desenvolvimento regional.

De acordo com a SETU (2012) - Secretaria do Esporte e do Turismo do Paraná - Foz do Iguaçu atualmente inserida na segunda Região Turística do Estado do Paraná nominada Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu, dentre as 10 existentes, conforme a Política Pública de Regionalização do Turismo no Estado, e é considerada um dos 3 principais destinos indutores do turismo no estado.

Em Foz do Iguaçu, os números do turismo segundo a Secretaria Municipal do Turismo - SMTU (2015) revelam a grande importância do segmento para a economia municipal. Com toda a sua diversidade de atrativos turísticos, o município representa um dos mais belos destinos turísticos do mundo. Possui riquezas naturais incomparáveis, como o Parque Nacional do Iguaçu, tombado como



Patrimônio Natural da Humanidade. A Itaipu binacional é tida como uma das maravilhas da engenharia reconhecida no mundo inteiro e também um grande atrativo turístico. O município possui grande parque hoteleiro, sistema de transportes, gastronomia, serviços de apoio e locais para realização de eventos.

Conforme SMTU (2015), os dois principais motivos das viagens são: Turismo, média de 80,10% entre 2000 a 2013 e Negócios/Congressos como 8,42% no mesmo período. O tempo médio de permanência é de 3 dias, sendo que o gasto médio dos turistas em 2013 fora de US\$ 82,1 per capita/dia na cidade.

Classificada como 3ª cidade mais visitada do país, a frente de São Paulo-SP, Salvador-BA, entre outras, a cidade de Foz do Iguaçu recebeu um fluxo de turistas em 2012 de 2.051.481 pessoas, sendo os principais pólos emissores: Paraná 22%, seguido de Rio de Janeiro 4,9%, entre outros estados brasileiros. Em nível internacional, destacam-se Argentina 7,1%, Paraguai 3,3%, e Estados Unidos 1,3%, entre outros. Desta forma 74,5% dos turistas são brasileiros e 25,5% chegam do exterior.

Segundo a SMTU (2015), no município em 2013 o número de empregos gerados diretamente pelo turismo foi de 13.604 empregos permanentes e 1.042 temporários, distribuídos nas 13 grandes setores empregatícios distintas do turismo. O município dispõe de 62 atrativos turísticos (naturais ou construídos/culturais), 176 meios de hospedagens, totalizando 27.588 leitos disponíveis. A estrutura para eventos tem uma capacidade para além de 50.000 pessoas. O número de pousos e decolagens no aeroporto internacional de Foz do Iguaçu atingiu em 2014 a quantidade de 18.887 com média de 46 vôos diários e 1.880.620 passageiros entre embarques e desembarques.

A partir do fluxo de turistas, dos dados de permanência e do gasto médio diário apresentados pela SMTU, a renda anual gerada pelo turismo em Foz do Iguaçu pode ser estimada (conforme a taxa de câmbio médio do dólar) no ano de 2012 de R\$ 809.838.500,00 e em 2013 de R\$ 1.068.274.900,00.

Conforme o IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social –, o PIB do município de Foz do Iguaçu em 2012 foi de R\$ 9.376.110.000,00, sendo a participação da renda do turismo de 9%, em 2013 de R\$ 9.877.010.000,00 com a participação do turismo de 11%, representando um crescimento anual de 2%.

De acordo com os dados da SMTU, os principais setores demandados pelo turismo são serviços de hospedagem, alimentação, comércio e transportes. Se analisarmos dados do CAGED – Ministério do Trabalho e Emprego – e adotarmos a classificação por setor primário, secundário e terciário, observa-se que a atividade do turismo em 2012 gerou 14.912 admissões representando 77,5% das vagas de empregos, em 2013 gerou 15.556 admissões representando 74,2% das vagas de empregos e em 2014 gerou 16.112 admissões representando então 75,2% das vagas de empregos gerou no setor de serviços.

Para se mensurar o potencial de desenvolvimento regional do município de Foz do Iguaçu partiu-se de uma análise da renda gerada pelo turismo



estimada a partir do número de turistas, dos gastos médios diários em dólar e do tempo médio de permanência, conforme dados oficiais.

É necessário ponderarmos que o quantitativo de turistas de uma região pode sofrer influências de vários fatores de caráter econômico, social, político e ambiental. Sob a ótica econômica, o turismo é influenciado pelo desempenho das economias em termos da geração de renda e empregos, bem como pelo desenvolvimento das tecnologias que amplia a produtividade do trabalhador.

Sob a ótica social, a distribuição da renda é fator preponderante para o turismo. Politicamente, o turismo pode ser afetado por situações como ataques terroristas, golpes de estado, e etc. Do ponto de vista ambiental, o turismo pode ser afetado por tragédias como tsunamis, tornados/ciclones, vulcões ativos entre outras catástrofes da natureza. Além disso, as crises econômicas internacionais e a instabilidade das moedas podem afetar significativamente o turismo.

Contudo, segundo Arendit (2002, p.103), “o turismo como atividade produtiva e geradora de emprego pode ser estendido para outras regiões, menos desenvolvidas, mas que possuem atrativos turísticos.” Segundo o autor, “isso permite transferir benefícios de uma região mais rica para outra mais pobre, contribuindo para melhorar as condições de vida da população dessa última região através dos avanços de infraestrutura e serviços proporcionados pelo turismo e estimulando o surgimento e o crescimento de outras atividades.”

6. Conclusão

A proposta deste artigo baseou-se na idéia de oferecer uma contribuição à análise dos efeitos do turismo no desenvolvimento endógeno do município de Foz do Iguaçu e região, bem como contribuir para orientar os formuladores das políticas de desenvolvimento, além de ajudar a identificar a verdadeira importância do turismo dentro da economia local, seu potencial, seu peso, sua demanda e suas interconexões com as diversas atividades econômicas.

O turismo exige da economia um conjunto de atividades produtivas, no qual os serviços têm um caráter prevalente que interessam a todos os setores econômicos de um país ou uma região. O turismo se caracteriza por possuir, uma interdependência estrutural com as demais atividades, em maior grau e intensidade que qualquer outra atividade produtiva. Assim sendo, por vezes, o turismo é confundido como um fenômeno econômico puro.

Com a expansão espacial do turismo e a crescente diversificação da atividade no atual cenário mundial, ao mesmo tempo em que se apresentam novas oportunidades para países e regiões na busca pelo desenvolvimento regional, apresentam-se, também, novos desafios aos agentes governamentais, bem como aos demais atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento turístico. Cabe ao governo a elaboração e implementação das políticas de ordenamento do território.



Foz do Iguaçu goza das vantagens de sua localização estratégica na Tríplice Fronteira, possuindo perspectivas otimistas de crescimento econômico, com a atração de novos investimentos e consolidação de empresas que poderão usufruir desse nicho de mercado, até então, pouco ou informalmente explorado. A cidade possui a oitava Maravilha da Natureza, as Cataratas do Iguaçu, a maior do mundo, que durante toda a sua trajetória de município, é e sempre será, o ponto forte de atratividade do turismo no município, apesar de ter-se inventado e construído novos atrativos turísticos.

Por fim, conforme aponta a teoria do desenvolvimento regional o turismo depende da população do município de Foz do Iguaçu, tanto para a indispensável hospitalidade ao turista, quando aos investimentos necessários em infraestrutura e políticas públicas no setor. Assim, o planejamento do turismo deve passar por um processo de conscientização da população para a importância dessa atividade, os empresários do turismo devem se engajar nas discussões políticas sobre o tema, os estudantes e sindicatos envolvidos devem ser esclarecidos sobre o turismo e o mercado de trabalho. Há ainda oportunidade de transformar o turismo em uma atividade econômica poderosa e geradora de empregos na região, entretanto, dependendo de uma mudança cultural: a população deve visualizar e exigir providências concretas em favor da atividade do turismo.

Referências

ARENDIT, E. J. **Introdução à economia do turismo**. Campinas-SP: Alinea, 2002.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 17^a. ed. Campinas: Papirus, 2006.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.

BOISIER, S. **Política econômica, organização social e desenvolvimento regional**. In: HADDAD, P. R.; CARVALHO FERREIRA, C. M. de; BOISIER, S. e ANDRADE, T. A. *Economia regional (teorias e métodos de análise)* - Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1988.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 12.ed. São Paulo: Senac, 2007.



CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados . **Perfil do Município de Foz do Iguaçu-PR**. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília-DF. 2012 e 2013. Disponível em:

<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php > Acessado em 12 de julho de 2016 às 18h00.

DE MASI, D. **O ócio criativo**. Entrevista a Maria Selena Palieri (Tradução de Lea Manzi). Rio de Janeiro: Sextante, 2000. 336p.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

HADDAD, P. R. **Cluster e desenvolvimento regional no Brasil**. CLUSTER – Revista Brasileira de Competitividade, Belo Horizonte, v. 1, n. 2. Agosto- Novembro, 2001.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Produto Interno Bruto (Referência 2010) Segundo os Municípios do Paraná – 2010-2013**. Curitiba-PR. 2014. Disponível em:

<http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/pib_municipal.pdf > Acessado em 09 de julho de 2016 às 11h00.

LAGE, B. H. G. e MILONE, P. C. **Economia do turismo**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MONTEJANO, J. M. **Estrutura do mercado turístico**. 2.ed. São Paulo: Roca, 2001.

MORAES, J. L. A. **Capital social e políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável**. Revista do Centro de Ciências Administrativas, UNIFOR – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 196-204, dezembro, 2003.

PERIS, A. F.; LUGNANI, A. C. **Um estudo sobre o eixo Cascavel-Foz do Iguaçu na região Oeste do Paraná**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: IPARDES, nº 104, p. 79-102, Jan./Jun., 2003.

SESSA, A. **Turismo e política de desenvolvimento**. Porto Alegre-RS: Uniontur, 1983.



SETU. Relatório da hierarquização das regiões turísticas do Paraná 2012. Secretaria do Esporte e do Turismo do Estado do Paraná. Curitiba-PR, 2012. Disponível em:
<<http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/setu/pdf/HierarquizacaoRegioesTuristicaPR2012.pdf>> Acessado em 10 de julho de 2016 às 19h00.

SMTU. Inventário Técnico de Estatísticas Turísticas. Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu, Fevereiro de 2015. Disponível em:
<<http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=95080>> Acessado em 05 de julho de 2016 às 15h00.

SMTU. Comparativo da Oferta Turística 1987 a 2014. Secretaria Municipal de Turismo. Foz do Iguaçu, 2014. Disponível em:
<<http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=95082>> Acessado em 12 de julho de 2016 às 10h00.

SMTU. Inventário Turístico 2014. Secretaria Municipal de Turismo. Foz do Iguaçu, Dezembro de 2014. Disponível em:
<<http://www.pmfi.pr.gov.br/turismo/?idMenu=735>> Acessado em 06 de julho de 2016 às 12h00.

SOUZA, A. M.; CORREA, M. V. Turismo: conceitos, definições e siglas. 2.ed. Manaus: Valer, 2000.

*Recebido em 15/05/2017
Aprovado em 23/06/2017*



CONQUISTAS E DESAFIOS DA UNASUL: PANORAMA REGIONAL NOS PRIMEIROS CINCO ANOS DE VIGÊNCIA

ACHIEVEMENTS AND CHALLENGES OF UNASUR: REGIONAL OVERVIEW IN THE FIRST FIVE YEARS OF EFFECT

Diego Elison do Nascimento Silva*

RESUMO

Passados dez anos da assinatura da Declaração de Cusco, no Peru, e cinco anos da vigência do Tratado Constitutivo da UNASUL, foi dado início a um novo modelo de integração regional na América do Sul. Com várias tentativas com pouco ou nenhum êxito, este subcontinente mantém, historicamente, uma relação comercial mais afeita com países alheios à região. Procurar-se-á apontar as justificativas desta preferência, seja por questões políticas, econômicas ou até mesmo geográficas e a partir delas verificar o que já se conquistou pós assinatura da Declaração de Cusco, para assim poder proceder o raciocínio se a proposta de integração realmente trilha um caminho diverso ou se comete os mesmos erros. Nesta linha, se verificará também quais os desafios a serem enfrentados, com ênfase na integração econômica, principalmente no que se refere a substituição, ou não, dos mecanismos de integração concêntricos, como o Mercosul e a Comunidade Andina.

Palavras-Chaves: Declaração de Cusco, UNASUL, Integração Regional.

ABSTRACT

Ten years after the signing of the Cusco Declaration in Peru and five years after the UNASUR Constitutive Treaty was in force, a new model of regional integration was launched in South America. With several attempts with little or no success, this subcontinent has historically maintained a more affluent business relationship with countries outside the region. It will be tried to point out the justifications of this preference, be it for political, economic or even geographic questions and from them to verify what has already been achieved after signing the Declaration of Cusco, in order to be able to proceed the reasoning if the proposal of integration really tracks a different path or make the same mistakes. In this line, it will also check the challenges to be faced, with emphasis on economic integration, especially regarding the substitution or not of concentric integration mechanisms, such as Mercosur and the Andean Community.

Keywords: Cusco Declaration, UNASUR, Regional Integration.

*Mestre em Direito Constitucional pelo programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Linha de Pesquisa em Direito Internacional e Concretização de Direitos com sub-área em Direito Comparado e Direito da Seguridade Social. E-mail: diegoelison@gmail.com



INTRODUÇÃO

O processo de integração sul-americana sempre esteve diante de empecilhos profundamente arraigados em sua dependência ou preferência a países alheios ao subcontinente. Muito embora não seja uma ideia recente, a construção de um Organismo Internacional de integração regional só veio tomar o corpo que se conhece hoje apenas em 2004, em uma reunião com os doze chefes de Estados na cidade de Cusco, Peru; ocasião em que foi assinada a declaração de mesmo nome da cidade onde se firmou o desejo da criação de um organismo supranacional que promovesse a integração de todos os Estados da América do Sul.

O surgimento da Comunidade Sul-Americana das Nações (Casa) se deu em decorrência da Declaração de Cusco e, através dela, se construiu o panorama atual da integração dos doze Estados sul-americanos, fundamentada, na homogeneização política, ideológica e econômica, buscando uma área de livre-comércio através da associação ou incorporação dos mecanismos já existentes, em especial os organismos de integração regional.

A tendência mundial de formação de blocos econômicos, potencializada na América do Sul pela implementação das políticas neoliberais dos anos 80 e 90, cindiu o subcontinente em dois grandes grupos: ao norte, o Pacto Andino, formada inicialmente pela Colômbia, Chile, Venezuela, Equador, Peru e Bolívia e ao sul, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) formado inicialmente pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Desde suas criações tais blocos sofreram alguns revezes, como a saída do Chile do Pacto Andino em 1976 e a entrada da Venezuela no MERCOSUL em 2012, ou períodos de inatividade, a tomar o exemplo o período que antecedeu a transformação do Pacto Andino em Comunidade Andina no ano de 1997.

Hoje, há a intenção formal de aproximação desses dois grandes grupos, acrescidos da Guiana, Suriname e Chile em um sistema único sul-americano de integração não somente econômico como também social e político, de tal forma que é perceptível que esta integração se confirma inicialmente no âmbito político para após isso avançar no campo econômico, como se demonstrará no decorrer deste trabalho.

A situação atual é favorável para o desenvolvimento de um sentimento autônomo latino-americano, tendo em vista o declínio do “panamericanismo norte-americano” desembocando com o fim do alinhamento incondicional de algumas economias decisivas latino-americanas para com a economia dos Estados Unidos e o fracasso da implantação de uma área de livre comércio única do Alasca à Patagônia, todavia, ainda que pesem favoravelmente a insubmissão parcial e um mínimo de independência econômica, a substituição do modelo neoliberal predominante por mais de trinta anos no subcontinente por um modelo autodenominado esquerda moderada, cria um ambiente volúvel e instável de forma



que qualquer desencontro entre as políticas econômicas e sociais pode resultar em um retorno rápido ao modelo neoliberal, rompendo o incipiente processo de integração sul-americana. Não há como negar que o elo entre esses Estados se firma justamente em um novo posicionamento político-ideológico frente à sociedade global, da mesma forma que é inegável que, por se tratarem de países extremamente dependentes do desempenho da economia global, tome-se, por exemplo, a governança chilena e seu trânsito entre a presidenta do Partido Socialista Michelle Bachelet (2006-2010 e 2014-atual) e o ex-presidente de centro-esquerda Sebastian Piñera (2010-2014) e o seu reflexo em um considerável grau de apatia diante dos agrupamentos econômicos regionais, ou ainda, em um exemplo categórico da reação da comunidade sul-americana, a suspensão do Paraguai do MERCOSUL no ano de 2012, devido o não-reconhecimento do governo interino encabeçado por Frederico Franco, depois substituído por Horacio Cartes, ambos do Partido Liberal Radical Autêntico, implantado logo após o *impeachment* do então presidente de centro-esquerda Fernando Lugo.

Neste ambiente de instabilidade política e, principalmente ideológica, a integração sul-americana enfrenta grandes desafios não somente para nascer, mas principalmente para se solidificar como uma alternativa viável de desenvolvimento econômico e social. Fixada a premissa da dificuldade inerente a situação de instabilidade quase que contínua da região, no ano de 2005, quando da I Reunião de Chefe de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações na cidade de Brasília, foi elaborada uma carta de intenções fixada em oito áreas de ação prioritária, estabelecendo-se com base nas institucionalidades já existente na busca da convergência entre a Comunidade Andina e MERCOSUL perpassando por um organismo uno em toda a América do Sul sem sobreposições.

A Declaração sobre a Convergência dos Processos de Integração da América do Sul, apêndice aos documentos assinados na I Reunião da Casa, explicita a intenção de promover a convergência dos Acordos de Complementação Econômica (ACE) entre os países da América do Sul através dos secretariados do MERCOSUL, da CAN, da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e da Comunidade do Caribe (CARICON), além da cooperação do Chile, da Guiana e do Suriname, sendo este o principal pilar da esfera econômica da integração regional sul-americana.

Formada uma ideia preliminar do ambiente em que se deu a atual formação dos mecanismos de integração regional da América do Sul, passaremos a evidenciar aquilo que, dentro das proposituras feitas no ano de 2004 na cidade de Cusco, já se tem materializado ou que as tentativas levaram ao fracasso ou ainda nem sequer chegaram a vir à pauta de atividades, exibindo os desafios enfrentados pela União Sul-Americana das Nações.



1 PANORAMA DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

A principal proposta assinalada pela Comunidade Sul-Americana das Nações se assenta na criação de um organismo internacional de integração regional que abarcasse os organismos já existentes, então, para entender o que está em andamento na neste hemisfério é fundamental estar ciente dos três processos de integração sub-regionais intimamente relacionadas. Valência¹, aponta como decisivo o fortalecimento ea consolidação do MERCOSUL como principal instrumento balizador de todo processo no subcontinente. Desde a sua criação em 1991, o MERCOSUL passou por uma fase inicial entre 1991 e 1994 com o estabelecimento de um Tratado de Livre Comércio (Tratado de Assunção) e outra fase de desenvolvimento de 1994 até o ano 2000, culminando em um reforço da capacidade institucional e na implementação de um plano sobre o Protocolo de Ouro Preto União Aduaneira; Valência² ainda aponta duas outras fases, uma entre os anos 2000 e 2005 ao qual denominou sendo o renascimento do organismo e a partir de 2006 como a consolidação do bloco no panorama sul-americano.

A consolidação do MERCOSUL remonta a um processo de suma importância dentro da América Latina pelo protagonismo desenvolvido pelo Brasil como “catalisador de Estado integração”, bem como a transformação do bloco como um centro de gravidade de todos os processos de integração no surgimento de uma alternativa diante de todos as outras tentativas sem sucesso (Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC, Área de Livre Comércio das Américas – ALCA) especialmente na América do Sul corroborado com o ingresso da Venezuela no ano de 2012 e a incorporação da Bolívia, Chile, Colômbia, Peru e Equador como países parceiros. Outro ponto levantado por Valência³ que aponta o MERCOSUL como centro gravitacional de integração na América do Sul se situa na execução de governos moderados, ainda que se identifique como esquerda e tenha havido um rompimento com a agenda econômica norte-americana, mantêm-se como atores possíveis dentro do quadro internacional⁴.

A Comunidade Andina embora tenha um importante quadro político-institucional encontra-se em franca decadência em virtude do comportamento distinto de seus membros, os Estados comprometidos com o processo de integração cada vez mais se comportam de maneiras diferentes. O alinhamento geopolítico do Peru e da Colômbia com os Estados Unidos fomentou a denúncia da Venezuela em 2006 sob a alegação de que a CAN se tratava de um esquema totalmente neoliberal, sem qualquer possibilidade de integração. Tais divergências evidenciam

1 VALENCIA, Jose. Integración em La UNASUR. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/prensa/articulos/hoy13-8-09.htm>>.

2 op. cit.

3 op. cit.

4 O estudo publicado por Valência é datado de 19 de agosto de 2009, portanto há de se considerar uma nova conjuntura nesse aspecto haja vista a admissão da Venezuela no ano de 2012.



um desacordo interno no grupo que, termina por orientar alguns membros para o MERCOSUL, paradoxalmente facilitando e complicando o processo de convergência destes grupos.

Nessa conjuntura, eclodiu um consenso entre os MERCOSUL e a CAN no sentido de consolidar uma política de integração uma no subcontinente e já em 2001 foi estabelecido o mecanismo de Diálogo Político e Concertação no intuito de fomentar a criação de um mercado comum latino-americano através do estreitamento das relações entre os blocos e proporcionar uma adequada inserção da região como protagonista no contexto econômico mundial.

A partir daí vários Acordos de Complementação Econômica foram pactuados entre os dois blocos⁵ e os países individualmente, inclusive o Chile, que serviram de arcabouço jurídico para a liberalização tarifária e base das negociações do que viria a se constituir a Comunidade Sul-Americana das Nações (Casa) e, por conseguinte, da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Como passo seguinte do processo de integração e como consequência do diálogo político estendido no âmbito regional, todos os membros do MERCOSUL passaram a ser membros associados da Comunidade Andina e os membros da CAN receberam o mesmo *status* no MERCOSUL. Porém os Chefes dos Estados, na I Reunião da Casa, em Brasília, perceberam que o processo de integração pelo qual o subcontinente estava envolvido não era suficiente para a promoção do desenvolvimento econômico pretendido, de modo que se mostrava incapaz de proporcionar a superação de problemas intrínsecos à estratificação social da América Latina, tal como a pobreza e a desigualdade, portanto sendo este modelo de integração ineficiente para alcançar os objetivos propostos. Os Chefes de Estados também se cientificaram nesta reunião sobre a vulnerabilidade da região em relação à economia mundial, o que deixaria o agrupamento instável no caso de algum abalo internacional.

Então, nesse contexto é que se materializou atual o projeto de integração sul-americana, cujo papel do Brasil despontando como uma potência regional e global e a consolidação do MERCOSUL foram imprescindíveis para a catalisação do movimento, uma vez que norteados pelo Brasil, que agrega relativa estabilidade econômica, governos moderados e liderança no grupo de integração mais próspero do continente é possível se fazer alternativa de comércio e o aumento no poder de barganha nas negociações multilaterais pelo mundo.

Impulsionados pelas aspirações no sentido de refazer a integração regional a criação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) fruto da Declaração da Ilha de Marguerita em 2007, a vontade de moldar um espaço sul-americano comum, o diálogo entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, a formalização da Comunidade Sul-Americana das Nações na definição de uma Agenda Prioritária eo Programa de Ação, se fez na Declaração de Cusco um

⁵ ACE nº 36, entre a Bolívia e o Mercosul; ACE nº 59, entre Colômbia, Equador e Venezuela e Mercosul; ACE nº 58 entre Peru e Mercosul; ACE nº 35 entre o Chile e o Mercosul; ACE nº 22 Chile e Bolívia; ACE nº 24 entre a Colômbia e o Chile; ACE nº 32, entre o Chile e Equador; ACE nº 38 Peru e Chile; e ACE nº 23 entre o Chile e a Venezuela.



ambiente desafiador para o pensamento de uma nova América, assim, finalmente, em abril de 2007, durante a Cúpula Energética Sul-Americana, foi decidido por consenso alterar a nomenclatura deste esforço de integração regional para União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) que veio a tomar respaldo jurídico em 2008 durante a I Cúpula da UNASUL, quando o tratado de constituição fora assinado.

2 INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA ATRAVÉS DA UNASUL

O Tratado Constitutivo da UNASUL constitui a América do Sul sendo um "espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos"; cujos objetivos específicos são: diálogo político e de cooperação para reforçar a integração sul-americana, o desenvolvimento social e humano com equidade e inclusão, erradicação do analfabetismo, o acesso universal à educação de qualidade, integração energética, acesso universal à seguridade social e aos serviços de saúde, cooperação em matéria de migração, cooperação econômica e comercial entre outras; seus órgãos institucionais são: o Conselho de Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Ministros e Ministros das Relações Exteriores, o Conselho de Delegados e Delegadas; a Secretaria-Geral, além da incorporação do Conselho Energético Sul-Americano criado pela Declaração da Ilha de Marguerita em 2007.

O marco jurídico da Declaração de Cusco reaviva o desejoso espírito latino-americano na formulação central de um "espaço comum sul-americano", como um "espaço único de democracia, a paz, a parceria, integração e compartilhamento desenvolvimento econômico e social." Também neste instrumento jurídico foi acordada a criação de uma "zona de paz na América do Sul" na consolidação de uma "identidade sul-americana" através da promoção da "coesão da América do Sul". É salutar lembrar que o Tratado Constitutivo da UNASUL, apesar de ter sido fundado no seio da América do Sul não exclui a participação da América Central, Caribe e México, uma vez que o Tratado estabelece a possibilidade de inserção de qualquer um dos demais países da América Latina e Caribe como Estados Associados e a previsão da adesão de novos membros após quatro anos de admissão como Estado Associado, ampliando e restringindo o acesso à UNASUL a tão somente os Estados geopoliticamente localizados na América Latina e Caribe.

O aspecto econômico da UNASUL é a esfera de debates que menos evoluiu nesta década de diálogos desde a Declaração de Cusco, podendo até afirmar que o período que antecedeu a retomada da ideia de uma integração dos países sul-americanos foi mais frutífero em termos de desagregação tarifária que durante a vigência do Tratado Constitutivo da UNASUL, os acordos ainda restringem-se no âmbito regional dentro dos blocos pré-existentes, MERCOSUL e CAN, ou através de acordos bilaterais entre países do subcontinente ou entre os blocos e os países individualmente. O propósito de uma Área de Livre Comércio parece não alavancar assim como se deu com a Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA)



elaborada em 1993, restringindo, em um painel macro às ações econômicas e alfandegárias apenas na associação mútua entre os Estados da CAN e do MERCOSUL.

Até agora, pelo que já foi exposto, é possível notar que a integração sul-americana não percorre o mesmo caminho que os demais processos de integração de sucesso que se originam através de acordos econômicos e paulatinamente galgam às esferas políticas e institucionais a fim de uniformizar uma única ideologia Barnabé⁶ afirma que a UNASUL segue, na verdade o caminho oposto, partindo de discussões políticas sobre a necessidade de maior compromisso e convergência entre os países para depois avançar à área econômica, ele lembra, ainda que a criação de um Conselho de Defesa e a coordenação de acordos em diversas áreas evidenciam este processo. Todavia, justamente no aspecto de uniformização política a UNASUL também vai encontrar empecilhos, pois, embora haja um verdadeiro movimento de afastamento das políticas neoliberais implementadas a partir da década de 90 como saída às crises pandêmicas no continente na década anterior, não há uma homogeneidade de processos e interesses no continente, uma vez que, em uma análise esmiuçada da região é capaz de expor uma região rigidamente dividida em sua política e seus governos balizados por ideias conflitantes e até mesmo divergentes, como será apresentado a seguir.

Araújo⁷ menciona que o processo de integração sul-americano é irreversível, uma vez que há o reconhecimento das diferenças sociais e econômica entre elas: política.

O processo de integração da região encontra-se em passos de consolidação e possui uma tendência à irreversibilidade. Tal processo consolida não apenas a possibilidade de diminuição das diferenças sociais e econômicas entre as nações sul-americanas, mas potencializa a liderança do Brasil diante de uma ordem mundial que demonstra claros sinais de mutação pela ascensão econômica e aumento da influência internacional da China e dos demais membros dos BRIC's (Brasil, Rússia, Índia e China), mas também pelas pressões de Estados, empresas e ONG's para as transformações de organismos e instituições originadas no pós-2ª Guerra.

Entretanto essa opinião não é uniforme. Barnabé⁸ divide os atores da política sul-americana em três grupos. O primeiro deles, os Transformadores, defendem a extirpação do neoliberalismo através de severas críticas à influência norte-

⁶ BARNABÉ, Israel Roberto. **UNASUL: desafios e importância política**. Mural Internacional, Ano II, v. 1. Junho, 2011.

⁷ ARAUJO, Rafael. **A integração sul-americana e o Brasil**. Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 6, Nº3, Rio de Janeiro, 2011.

⁸ BARNABÉ, Israel Roberto. **UNASUL: desafios e importância política**. Mural Internacional, Ano II, v. 1. Junho, 2011.



americana no subcontinente. Representados pela Venezuela, Bolívia e Equador são defensores de uma doutrina neossocialista com ênfase na implantação de um governo econômico-social norteados pela integração latino-americana na busca de uma autonomia e unidade, institucionalizando, inclusive a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA).

O segundo grupo, denominado como Reformadores por Barnabé⁹, seria o mesmo agrupamento de países que já se mencionou nesse trabalho como os governos moderados, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Se localizam entre os Estados neoliberais da década de 90 e os governos Transformadores acima descritos, pois apesar de partilhar do desejo reformista de inclusão social com ênfase no protagonismo do Estado, mantêm as características de controle de contas públicas, estabilização monetária e abertura comercial, erigindo, assim, um entremeio, uma política neoliberal complementada por um projeto neossocialista de desenvolvimento.

O Chile solitariamente representa o último grupo dos três descritos por Barnabé¹⁰ como Modernizadores. Caracterizado por um “neoliberalismo suave”, o Chile prefere manter-se através de acordos bilaterais principalmente com os Estados Unidos e deixando a integração regional em segundo plano. Apático nos organismos regionais como o MERCOSUL e a CAN desde quando saiu deste último em 1976, alinhou-se à geoeconomia americana e assim se manteve até o movimento integrador dos anos 2000, quando sinalizou o desejo regional. Ressalte-se, porém que o trabalho que instituiu esses grupos data do ano de 2011 e que em 2013 a reeleição da ex-presidente Michelle Bachelet, pelo Partido Socialista, bem como a base de suas propostas eleitorais pode indicar uma migração do Chile do grupo dos Modernizadores para os Transformadores.

Apesar de não mencionar em um grupo específico, Barnabé, cita dois outros pares que podem ser qualificados com um quarto e um quinto grupo. Os Alinhados para representar a Colômbia e o Peru, devido sua política neoliberal de característica norte-americana, sendo esse, inclusive o que motivou a saída da Venezuela da Comunidade Andina em 2006. Há, por fim, os Novatos em qualquer movimento de integração sul-americana, a Guiana e o Suriname, que não havia participado de nenhum outro acordo de desagravação tarifária de grande porte dentro do subcontinente, muito menos na participação em organismos internacionais, restringindo suas atuações em acordos bilaterais de cooperação ou multilateral de perfil social ou ambiental, como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica criado em 1998.

Fica evidenciado, desta forma que embora vislumbre-se um entrave no processo de integração, a heterogeneidade na qual se situava a América do Sul quando da assinatura da Declaração de Cusco se demonstra cada vez mais

⁹ BARNABÉ, Israel Roberto. **UNASUL: desafios e importância política**. Mural Internacional, Ano II, v. 1. Junho, 2011.

¹⁰ op. cit.



dissolvida, uma vez que nesses dez anos alguns passos, ainda que pequenos, foram dados. É lúcido que é inédita o grau de integração no qual o subcontinente se insere e que, em que pese, a difícil lida entre os governos tão distintos, o consenso na assinatura do Tratado Constitutivo da UNASUL em 2008 representa um avanço sem precedentes.

Quando se menciona sem precedentes, não se olvida os outros organismos de integração como a ALALC, ALADI, ALCA, ALCSA, muito ao contrário, respalda-se nele, uma vez que, com exceção da ALADI que ainda mantém suas atividades, mesmo que sem muita produtividade, todas as demais tentativas de integração regional foram fadadas ao insucesso. Óbvio que não é propósito deste trabalho apontar o êxito da UNASUL como uma previsão inequívoca, porém, como já se demonstrou até agora, a forma que a integração sul-americana a partir da Declaração de Cusco foi pensada e executada até então, de modo a resolverem inicialmente as diferenças políticas, para poderem avançar ao quesito social para enfim abarcar as gamas econômica, financeira e monetária, surge como uma inovação que deve aparar os contratemplos que os demais mecanismos sofreram e que levaram-nos ao fracasso.

Sem dúvidas, o alinhamento das concepções políticas deve ser o ponto a ser ultrapassado antes de qualquer outro debate e muito embora haja atualmente discussões sobre várias áreas dentro do âmbito da UNASUL, o fato de manter o debate central com foco na convergência política é uma conquista que desemboca em um obstáculo.

3 DESAFIOS

Embora reconhecidas as conquistas, os desafios permeiam bem mais qualquer processo de integração sul-americano. Não são poucos e se fazem presente desde questões físicas até diplomáticas.

Continuando o raciocínio sobre a heterogeneidade dos governos na esfera política podemos apontar conflitos que podem minar o atual espírito integrador. O radicalismo venezuelano que rapidamente se espalha para a Venezuela e Equador delega à UNASUL a atribuição de “descontaminar o MERCOSUL das impurezas neoliberais”¹¹, como afirmou o ex-presidente Chavez, colocando em xeque qual a expectativa dos Estados-Membros sobre o propósito do organismo, uma vez que tanto os países Reformadores, quanto os Alinhados e os Modernizadores não parecem concordar totalmente com esse propósito, já que a manutenção de uma parte da política neoliberal, em seus graus específicos, demonstra-se encalçada em suas propostas econômicas. Neste contexto, verifica-se que alguns Estados pretendem, na verdade, fazer uso dos benefícios neoliberais como mecanismo para alavancar a o desenvolvimento enquanto outros veem a integração sul-americana viável apenas sem essas características. É preciso ponderar sobre quais as expectativas que cada um dos doze países tem sobre a UNASUL.¹²

11 Diálogos políticos: perspectivas para uma resolução pacífica da crise venezuelana.
Disponível em: <https://onial.wordpress.com/tag/unasul/> Acesso em 25 de maio de 2015.



Além disso, a natural liderança do Brasil pode também trazer conflitos. Barnabé¹³ descreve que dentro da América do Sul o Brasil é o único país com capacidade de projeção global e esta ambição pode fazer com que a UNASUL sirva de trampolim para alcançá-la, o que conflita com os objetivos do grupo, além de gerar desconfortos entre os Estados-Membros, pois, como ele exemplifica, a Argentina, demonstra incômodo com essa ambição e qualquer conflito de interesse entre esses países pode refletir no grupo, uma vez que as relações entre eles sustentam de sobremaneira o motor das negociações integracionistas. Sobre a liderança natural do Brasil, Bandeira¹⁴ elucida sobre a intenção brasileira no desenvolvimento da instituição: política.

O Brasil, ao encorajar, na reunião de Cuzco, o lançamento da Comunidade Sul-Americana de Nações, depois denominada União de Nações Sul-americanas (UNASUL), teve um objetivo estratégico, visando a tornar não propriamente a si próprio, mas o conjunto dos países do subcontinente, uma potência mundial, não só econômica, como também política. Sua dimensão ultrapassava, de longe, o caráter meramente comercial. O Brasil compreendia que a consecução de tal objetivo passava pela sua integração com a Argentina e, em uma segunda etapa, com todos os demais países da América do Sul. A união da Argentina e do Brasil não significava uma soma de dois países, mas uma multiplicação de fatores, como certa vez o presidente Arturo Frondizi ressaltou. E a união dos demais países da América do Sul com o Brasil e a Argentina, em uma comunidade econômica e política, conformaria uma grande potência, como enorme peso no cenário mundial.

A questão da democracia também gera desconforto no painel sul-americano. Na própria elaboração do Tratado Constitutivo da União Sul-Americana das Nações o Chile só se comprometeu em ratificar mediante a inserção da “Cláusula Democrática” que assim se fez na 4ª Reunião dos Chefes de Estado da UNASUL, na cidade de Georgetown, Guiana, em 2010. Muito motivado pelo caso Manuel Zelaya em Honduras, esse dispositivo prevê sanções comerciais, diplomáticas e política a qualquer Estado-Membro em que haja pelo menos a tentativa de golpe.

O dispositivo foi inserido no Tratado Constitutivo através de um protocolo adicional e entrou em vigor em 19 de março de 2014, trinta dias após o depósito do nono instrumento de ratificação feito pelo Uruguai.

12 **Oposição na Venezuela expõe à UNASUL condições para diálogo.** Disponível em: <http://www.swissinfo.ch/por/internacional_afp/Oposicao_na_Venezuela_expoe_a_Unasul_condicoes_para_dialago.html?cid=38612520> Acesso em 26 de maio de 2015.

13 BARNABÉ, Israel Roberto. **UNASUL: desafios e importância política.** Mural Internacional, Ano II, v. 1. Junho, 2011.

14 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Geopolítica e política exterior: EUA , Brasil e América do Sul.** Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.



No entanto, antes da entrada em vigor diante da crise política enfrentada pelo Paraguai em 2012 com o *impeachment* de Fernando Lugo, a UNASUL o invocou para pronunciar a suspensão do Estado das atividade do grupo. O secretário-geral do organismo se pronunciou afirmando que “as ações em curso poderiam ser compreendidas nos artigos do tratado da Unasul sobre o compromisso dos governos, considerando uma infração à democracia” que resultou na suspensão após decisão dos Chefes dos Estados.

Mas não é só nesse contexto crítico que se equilibra a questão diplomática, as severas críticas ao regime de governo venezuelano aponta-o justamente como ausência democrática, portanto retorna ao conceito do que é democracia. “Afinal, a democracia é definida pelo formato (eleições diretas) ou é medida pelo tipo de relação existente entre estado e sociedade?”¹⁵. A depender da resposta pode-se flagrar desrespeito aos princípios democráticos, portanto a estabilidade de alguns Estados-Membros no bloco se situa apenas em apontamentos diplomáticos.

Além dessa lacuna conceitual, outro quesito pode ser demonstrado como uma um vazio que impede a evolução jurídica do Organismo. Apesar de ser considerada tendência na evolução do processo de formação de uma UNASUL mais robusta, a ausência de um Tribunal Supranacional privilegia de sobremaneira o princípio da cooperação do Direito Internacional, sem um órgão a que se submetam os Estados quaisquer decisões carecem da vontade do Estado para aceitar. Esta lacuna é agravada com a falta de obrigatoriedade imediata que o Tratado Constitutivo dá aos seus atos normativos, pois, conforme o artigo 12, “os atos normativos emanados dos órgãos da UNASUL serão obrigatórios para os Estados Membros uma vez que tenham sido incorporados no ordenamento jurídico de cada um deles, de acordo com seus respectivos procedimentos internos”, desta forma, o fator jurídico, recebido como quesito imprescindível para uma integração completa, resta capenga por falta de coercibilidade.

Outro desafio a ser enfrentado pela UNASUL é a efetivação de um processo de integração econômica viável. Hoje o processo de desoneração de âmbito regional se restringe apenas ao Mercosul e à Comunidade Andina, além de alguns Acordos de Complementação Econômica, carecendo de alguma medida forte de âmbito continental.

Em que pese o argumento utilizado anteriormente, de ausência de acordos regionais, a instituição do Banco do Sul, é o processo com maior capacidade de alavancar a integração econômica da UNASUL. Quando criado, em 2007, houve a previsão da assinatura do Convênio em até sessenta dias, todavia, por todos os impedimentos e pela volatilidade do contexto econômico continental, apenas em 2009 se sucedeu a assinatura.

A ideia do Banco do Sul surge como uma proposta de alternativa de financiamento para o desenvolvimento econômico e social dos estados-membros,

15 BARNABÉ, Israel Roberto. **UNASUL: desafios e importância política**. Mural Internacional, Ano II, v. 1. Junho, 2011.



porém, além da conjuntura política há uma gama de desafios a serem superados para que a instituição jurídica internacional possa atender essa proposta. De antemão se faz necessário que os países sul-americanos consigam fomentar entre si, ou internamente, o desenvolvimento de áreas que carecem do capital de investimento alheio ao subcontinente, como infraestrutura, financiamento de políticas macroeconômicas e complementação produtiva.

Garzón¹⁶ alerta sobre a delicadeza de se avançar no aspecto econômico antes de se, pelo menos, reduzir a complexidade da disparidade entre os estados. Ela cita o quão é incipiente a negociação e o avanço neste âmbito diante da fragilidade e da possibilidade de se perder tudo devido a conjuntura política.

A criação de foros de negociação e a abertura comercial não são suficientes para trazer a um país os benefícios do desenvolvimento econômico e social. É muito importante que também no interior destes países sejam adotadas políticas adequadas e uma gestão administrativa estatal que dê seguimento às negociações e às obrigações que derivam destas políticas. Caso contrário, os descumprimentos normativos prejudicarão as bases da integração e refrearão o processo. Disso decorre a importância do desenvolvimento de capacidade de gestão governamental ligada ao comércio exterior e à integração.

Conforme já exposto sobre a liderança natural do Brasil diante da UNASUL, Severo¹⁷, aponta que o alinhamento do Banco do Sul com instituições financeiras brasileiras voltadas ao desenvolvimento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, como caminho natural para o processo de integração proposto pela UNASUL.

CONCLUSÃO

A UNASUL surgiu no subcontinente com um propósito de integração de perfil diferenciado das demais iniciativas já testadas. De fato, não compõe sua agenda prioritária a integração econômica, deixando este aspecto ainda delegado ao Mercosul e à Comunidade Andina, preocupando-se inicialmente com o apaziguamento e a busca de uma identidade política que possa servir de alicerce para, a partir daí, criar um projeto econômico viável para os estados-membros.

O reconhecimento das divergências sociais e políticas dos países que a compõe, partido do fundamento de respeito à soberania nacional, bem como a

16 GARZÓN, Isabel Albonor. **Algumas reflexões sobre a UNASUL**. Disponível em: <http://www.ictsd.org/sites/default/files/review/pontes/pontes3-3.pdf> Acesso em 24 de maio de 2015.

17 VALENCIA, Jose. **Integración em La UNASUR**. Disponível em: <http://www.comunidadandina.org/prensa/articulos/hoy13-8-09.htm> Acesso em 27 de maio de 2015.



democracia, conforme exposto quando mencionado o Protocolo Adicional da Cláusula da Democracia e sua aplicação do caso Lugo no Paraguai, é um pressuposto que deve ser trabalhado antes de avançar para a pauta econômica, uma vez que, se desconsiderada há a real possibilidade de fragilizar todo o processo e os países voltarem a se relacionar com seus parceiros tradicionais em busca da estabilidade tão desejada.

Portanto, fica demonstrado que, apesar de dar a impressão de inatividade, a UNASUL está ainda na busca pela resolução do problema político que paira em suas nações e, somente a partir disto é que se poderá galgar novas conquistas.

Em dez anos da Declaração de Cusco é perceptível que o amadurecimento da ideia de integração, bem como o reconhecimento de suas dificuldades aponta um projeto possível apesar de frágil e que deve ser minuciosamente trabalhado para não ameaçar tudo o que se foi conquistado.

Os próximos anos serão de fundamental importância para o fortalecimento da ideia, provavelmente em virtude da instabilidade econômica que os estados-membros estão suscetíveis a sofrer devido o panorama internacional, a América do Sul poderá surgir como uma oportunidade diferente de fortalecimento de mercado ou o projeto poderá se dissipar, a depender da forma política que cada estado preferir assumir.

Referências

ARAUJO, Rafael. **A integração sul-americana e o Brasil**. Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 6, Nº3, Rio de Janeiro, 2011.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Geopolítica e política exterior: EUA , Brasil e América do Sul**. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BARNABÉ, Israel Roberto. **UNASUL: desafios e importância política**. Mural Internacional, Ano II, v. 1. Junho, 2011.

Diálogos políticos: perspectivas para uma resolução pacífica da crise venezuelana. Disponível em: <https://onial.wordpress.com/tag/unasul/> Acesso em 25 de maio de 2015

Figueiredo afirma que Unasul demonstrou capacidade de mediação na Venezuela (17 de abril de 2014). Disponível em: <http://www.efe.com/efe/noticias/brasil/brasil/figueiredo-afirma-que-unasul-demonstrou-capacidade-media-venezuela/3/16/2295929>. Acesso em 27 de maio de 2015

GARZÓN, Isabel Albonor. **Algumas reflexões sobre a UNASUL**. Disponível em: <http://www.ictsd.org/sites/default/files/review/pontes/pontes3-3.pdf> Acesso em 24 de maio de 2015



Itamaraty (UNASUL). Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul>>. Acesso em 04 junho 2015.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel; SILVA, André Luiz Reis; QUINTEROS, Marcela Cristina. **As Relações Internacionais da América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Oposição crítica duplicidade de atribuições entre UNASUL e Mercosul
Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/RELACOES-EXTERIORES/193772-OPOSICAO-CRITICA-DUPLICIDADE-DE-ATRIBUICOES-ENTRE-UNASUL-E-MERCOSUL.html>> Acesso em 27 de maio de 2015.

Oposição na Venezuela expõe à UNASUL condições para diálogo. Disponível em:

<http://www.swissinfo.ch/por/internacional_afp/Oposicao_na_Venezuela_expoe_a_Unasul_condicoes_para_dialago.html?cid=38612520> Acesso em 26 de maio de 2015

SEVERO, Luciano Wexell. **Integração da América do Sul: mecanismos regionais de financiamento**. Rio de Janeiro: UFRJ/IE/NEI, 2011.

VALENCIA, Jose. **Integración em La UNASUR**. Disponível em: <http://www.comunidadandina.org/prensa/articulos/hoy13-8-09.htm> Acesso em 27 de maio de 2015.

Recebido em 09/06/2017
Aprovado 28/06/2017



O PROJETO DE EDUCAÇÃO DO MST E A TENTATIVA DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE UM MODELO DE SUJEITO SOCIAL: “O SEM TERRA”

THE PROJECT OF EDUCATION OF THE MST AND THE ATTEMPT OF THE IDENTITY CONSTRUCTION OF A MODEL OF SOCIAL SUBJECT: "THE LANDLESS"

Silvana Aparecida da Silva¹

RESUMO

O presente estudo se dispõe a apresentar um modelo de educação escolar adotado por um colégio da rede pública de ensino do estado do Paraná, que por estar associado a um movimento social, o MST, “interfere” na construção subjetiva dos jovens, visando construir nestes uma identidade de classe social, a de ser Sem Terra. O Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, localizado no município de Rio Bonito do Iguazu – PR é nacionalmente conhecido pelo desenvolvimento de uma proposta educacional distinta do modelo “tradicional”. Neste colégio, destacam-se as estratégias pedagógicas adotadas pelo MST na tentativa de formar um novo perfil de estudantes. Neste estudo trazemos para discussão alguns resultados obtidos através de projeto de pesquisa desenvolvido entre os anos de 2014 e 2015, que resultaram em minha dissertação de mestrado. Na oportunidade, foram realizadas diversas visitas ao local, além da aplicação de questionários e realização de entrevistas com alunos, professores, pedagogos e diretores da instituição. Os resultados obtidos através da pesquisa de campo, indicaram que apesar dos esforços coletivos desenvolvidos pela comunidade educacional do colégio, na tentativa de romper com a relação de hegemonia exercida pelo capitalismo sobre os jovens assentados, e construir um novo modelo de educação, pautado em valores humanistas e socialistas, o colégio reproduz a lógica educacional proposta pelo Estado. Ou seja, os mecanismos de controle exercidos pelo aparato burocrático do Estado, impõe barreiras de difícil ruptura aos indivíduos que ousam questionar e romper com a lógica dominante. Assim apesar do colégio ser uma referência no que concerne ao projeto político pedagógico do MST, o colégio Iraci Salete, não consegue de modo efetivo desenvolver nos indivíduos deste espaço novas relações de subjetividades. E assim como outras instituições de ensino ligadas ao Estado, acaba por reproduzir as relações de dominação social através da educação.

Palavras-chave: Educação, MST, construção identitária, subjetividade.

ABSTRACT

This study presents an educational model adopted by a school of a public school system in the state of Parana, which is associated with a social movement, the MST, (landless movement) interfere in the subjective construction of young people, aimed at build in them an identity social class, to be Landless. The State School Iraci Salete Strozak, located in the county of Rio Bonito do Iguazu - PR it is nationally known for developing a different educational proposal from the "traditional" model. In this school, pedagogical strategies adopted by MST highlighted aiming to form a new profile in the young students. In this study we bring to the discussion some results obtained through a research project developed between the years of 2014 and 2015, which resulted in my master's thesis. At the opportunity, several visits were made, with the application of questionnaires and interviews with students, teachers, pedagogues and directors of the institution. The results obtained through the research field indicated that despite the collective efforts developed by the educational community of the school in an attempt to break with the relation of hegemony exercised by capitalism on the young settlers and to construct a new model of education based on values Humanists and socialists, the school reproduces the educational logic proposed by the State. That is, the mechanisms of control exercised by the bureaucratic apparatus of the State, imposes barriers of difficult rupture to the individuals who dare to question and to break with the dominant logic. Although the school is a reference in relation to the pedagogical political project of the MST, the Iraci Salete School can not effectively develop in the individuals of this space new relations of subjectivity. And like other institutions of education linked to the State, it ends up reproducing the relations of social domination through education.

Keywords: Education, MST, identity construction, subjectivity.

¹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná-UFPR. Possui mestrado em Ciências Sociais pela Unioeste – Toledo, e graduação também em Ciências Sociais pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Desde 2012 exerce a função de professora na Secretaria de Educação do Estado do Paraná – SEED, ministrando aulas na disciplina de Sociologia. Bolsista da Capes, atualmente desenvolve projetos de pesquisa sobre Agroecologia em Assentamentos de Reforma Agrária, e sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Cursa o quarto ano do curso de licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. E-mail: silvana.a.s@hotmail.com



Introdução

É inegável a importância exercida pelos movimentos sociais na construção de um projeto democrático brasileiro. Nas últimas décadas a participação social tem aumentado, tendo em vista um contexto político nacional que tem reduzido consideravelmente a criminalização dos movimentos sociais, dentre os quais, destacamos neste estudo o MST. Nessa proposta de artigo queremos apresentar ao leitor alguns dados que foram coletados no desenvolvimento de minha pesquisa de mestrado concluída no ano de 2015, a qual se propôs a discutir a importância do MST como movimento social de luta pela terra e pela educação, e a discutir o processo de construção de novas subjetividades nos jovens assentados através da análise de uma escola do movimento que é aparelhada aos seus princípios.

No decorrer da dinâmica da pesquisa fomos constatando que a tentativa de construção de um projeto identitário de classe social é algo bastante audacioso, pois envolve mais que a participação dos sujeitos no movimento social, tendo em vista que isto se dá muitas vezes apenas por um determinado período de tempo ao longo de suas vidas. E sim requer que os interesses propostos pelo movimento coincidam com os projetos de vida pessoais dos sujeitos após o processo de assentamento nas terras de reforma agrária. Algo que nos pareceu paradoxal demais para ser facilmente consolidado.

Ressalte-se aqui que não tivemos a intenção de apresentar e nem de discutir os aspectos de formação identitária dos indivíduos que militam no MST a partir da análise e descrição de suas manifestações tanto em seus aspectos políticos quanto culturais. Não exploramos o sentido das ações nacionais promovidas pelo MST, como as marchas e as ocupações realizadas, e nem o significado presente na mística desenvolvida no colégio objeto de nosso estudo. Embora compreendamos que estes elementos também são importantes e que são também constituintes de uma identidade social dos integrantes do MST, pois são ações coletivas e tem um sentido e um significado compartilhado pelos indivíduos que as realizam.

A identidade que nos propomos a discutir e problematizar aqui se refere à compreensão ou não por parte dos jovens dos sentidos que as ações educacionais desenvolvidas nas escolas de assentamentos possuem. Ou seja, do entendimento a respeito da educação distinta que recebem no colégio onde estudam. Sendo assim, nosso objetivo se concentrou em verificar se estes por meio de seus depoimentos demonstravam satisfação com o projeto de educação do MST, se eles compreendiam a lógica e a dimensão dessa proposta de ensino. Também buscamos verificar se em suas projeções ideológicas de compreensão da sociedade e prospecção para o próprio futuro estes apresentavam elementos que nos permitissem verificar um aparelhamento entre seus objetivos aos princípios ideológicos e identitários do MST. Nos concentramos em verificar se havia uma identificação dos alunos com estas práticas,



se eles as compreendiam como elementos importantes de aprendizagem para reforçar os princípios do movimento, e expandir suas ações de luta política.

Fazendo uso dos conceitos de identidade social e identidade pessoal, ambos interpretados a partir das definições elaboradas por Giddens (2005), buscamos de forma bastante sucinta apresentar a proposta de educação desenvolvida pelo MST, especificamente em uma de suas escolas, (o Colégio Estadual Iraci Salete Strozak) e o conflito ideológico que esta concepção de ensino e educação enfrenta quando se depara com as críticas provenientes de seus próprios alunos. Ou seja, daqueles que supostamente deveriam reproduzir suas ideias, tendo em vista o processo formativo recebido, e o próprio vínculo cultural, se não com o MST, com a história do assentamento no qual vivem. A relação que queremos problematizar aqui, é que mesmo diante dos esforços exercidos pelos líderes do movimento no âmbito educacional, visando o desenvolvimento de uma criação de consciência de classe coletiva, ou também podendo denominar-se identidade coletiva, dentro dos assentamentos, muitos indivíduos resistem a esse processo.

As interpretações realizadas por nós no desenvolvimento de nossa pesquisa foram pautadas na análise minuciosa das entrevistas realizados com alunos, professores, direção e equipe pedagógica do colégio. Além de termos também aplicado aos alunos um questionário escrito de perguntas, que era composto por questões de múltipla escolha e também por questões descritivas. As respostas as questões aplicadas no questionário foram interpretadas e transformadas em gráficos que reconstruíram e agrupavam as distintas respostas em “perfis de alunos”, demonstrando através de porcentagem a análise efetuada por nós. Pelo espaço de construção deste estudo ser limitado, não reproduzimos aqui estes gráficos, apenas apresentamos trechos de entrevistas realizadas que nos ajudam a ilustrar as nossas interpretações.

Estes dados nos permitiram uma nítida constatação, a de que a identidade social não é algo que nos é imposto de modo maniqueísta, e que as pessoas não são submetidas a um processo exclusivo de manipulação, embora isto também aconteça. Ao contrário, o ser humano é capaz de interpretar as informações que recebe e de interagir ativamente. Os projetos de sociedade de organização socialista comungados pelos líderes do MST nem sempre encontram respaldo em suas bases que são os próprios assentados. Pois estes estão interessados primeiramente em resolver seus problemas imediatos de vida, o que muitas vezes significa melhorar uma condição de extrema pobreza, para depois compreender o sentido ideológico de luta e transformação social almejado pelo movimento.

Ou seja, a estrutura social na qual os indivíduos são criados e acabam por pertencer de alguma forma, exercem sobre estes fortes vínculos de coerção social. Embora, na concepção de Giddens (2005), estes sejam capazes de desenvolver mecanismos de defesa próprios, por meio das reflexões que realizam. Sendo assim, pode-se analisar o MST sobre duas perspectivas distintas a depender das interpretações realizadas por cada indivíduo. O movimento pode ser compreendido como um instrumento de luta e de enfrentamento as relações de dominação de classe estabelecidas pelo sistema capitalista, como também pode ser visto como um agente



que impõe aos indivíduos práticas de comportamentos específicos, que nem sempre são bem vistas e aceitas pelos indivíduos dos próprios assentamentos, o que reflete em conflitos e tensões nestes espaços que são marcados por relações de poder.

1. O processo de socialização e as identidades social e pessoal

É reconhecido pelas Ciências Sociais que os diferentes cenários e contextos culturais de inserção social dos indivíduos interferem no desenvolvimento dos diferentes comportamentos por parte destes. No entanto isto não significa que nosso comportamento resulte somente desse processo de configuração social ao qual somos imersos desde o nosso nascimento. Outros fatores dentre os quais se destaca a própria individualidade, e a capacidade de exercer o livre arbítrio fazem parte desse processo que configura a formação da subjetividade dos indivíduos dentro das relações sociais.

De fato, os diferentes processos de socialização dos indivíduos são os responsáveis em boa medida pelo desenvolvimento e configuração de seu comportamento, contudo a sociedade não é, e não pode ser simplesmente reduzida a função de “forma” moduladora previamente introduzida para determinar o comportamento de seus integrantes. Ao longo do processo de socialização, “cada um de nós desenvolve um sentido de identidade e a capacidade para o pensamento e a ação independentes” (GIDDENS, 2005, p.43).

De acordo com Giddens (2005) o conceito de identidade pode ser abordado de diversas formas pela sociologia, tendo em vista que este é multifacetado. Para Giddens, “de modo geral a identidade se relaciona ao conjunto de compreensões que as pessoas mantêm sobre quem elas são e sobre o que é significativo para elas” (GIDDENS, 2005, p.43). De modo que entre as principais características que identificam os indivíduos podemos destacar o gênero, a orientação sexual, a etnicidade, a nacionalidade e a própria inserção dentro de uma classe social.

No entanto deve-se mencionar a existência de dois tipos básicos de identidade: a identidade social e a auto-identidade, ou identidade pessoal. Sendo que estas, apesar de serem diferentes, apresentam uma profunda relação entre si.

De acordo com Giddens, (2005) a identidade social refere-se às características formadoras dos indivíduos que indicam para os grupos sociais quem este indivíduo é. Sendo que estas são atribuídas as pessoas pelos outros, e atuam como marcadores que permitem a sua identificação, o posicionamento dessas em relação a outros que sejam portadores das mesmas características. Dessa forma, a identidade social se constitui como uma referência que permite agrupar os indivíduos em distintas organizações, permitindo que estes compartilhem entre si determinados significados culturais e sociais. Sendo assim, as identidades sociais possuem um caráter coletivo, e demarcam os indivíduos naquelas características nas quais estes podem ser reconhecidos como “os mesmos”.

As identidades sociais compartilhadas, ou seja, aquelas que são baseadas em objetivos comuns podem formar uma base importante para o desenvolvimento de



movimentos sociais. Uma vez que estes se caracterizam pelo compartilhamento dos mesmos valores e possuem um conjunto de significados e objetivos que também são comuns. É nessa perspectiva que a seguir, passaremos a discutir o Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terra - MST - como um movimento que promove a formação de uma identidade social, (ou se propõe a isso) a medida que reúne uma coletividade de indivíduos que possuem objetivos, valores e construções sociais simbólicas em comum.

Antes de analisarmos os aspectos identitários formadores do MST, devemos explicar o que compreendemos por socialização e por auto-identidade. Estando atentos para o fato de que a socialização é o processo por meio do qual os mais jovens se tornam conscientes e instruídos nos modos da cultura na qual estes são inseridos. Sem, no entanto, ser a socialização uma forma de “programação cultural”, no qual a criança apenas absorve conhecimento de modo passivo. Uma vez que a socialização é um processo de troca de experiências, no qual as necessidades e exigências dos iniciantes na cultura afetam e interferem no comportamento das gerações mais antigas. Sendo a criança desde seu nascimento, um ser ativo (GIDDENS, 2005, p.42).

Enquanto a identidade social se refere ao processo de compreender um indivíduo dentro das relações que este estabelece com os demais, demarcando que “ele é o mesmo que os outros”, ou seja, o sentimento de igualdade e de pertencimento a uma determinada coletividade, o fenômeno da auto-identidade, ou identidade pessoal, se refere a capacidade individual de escolhas e construções subjetivas. Ou seja, a compreensão individual desenvolvida pela pessoa daquilo que ela é a partir dos próprios sentidos que ela cria nas relações que estabelece com os que estão ao seu entorno. Sendo assim, a auto-identidade se refere ao processo de autodesenvolvimento.

Para Giddens (2005), se nos pusermos a observar as sociedades em seus processos históricos de transformação desde as tradicionais até as modernas, poderemos perceber as mudanças que ocorreram e que refletem em distintas concepções de auto-identidade. Sendo este processo resultado de um “deslocamento de fatores fixos e herdados que previamente guiaram a formação da identidade” (p. 44).

Se uma vez as identidades das pessoas eram amplamente informadas por sua filiação a grupos sociais grandes, ligados por classe ou nacionalidade, elas são agora mais multifacetadas e menos estáveis. Os processos de crescimento urbano, de industrialização e o colapso de formações sociais antigas enfraqueceram o impacto de regras e de convenções herdadas. Os indivíduos se tornaram social e geograficamente móveis. Isso libertou as pessoas das comunidades relativamente homogêneas e estreitamente interligadas do passado, nas quais os padrões eram transmitidos de um modo fixo de geração a geração [...]. No mundo atual, temos oportunidades sem precedentes de moldar a nós mesmos e de criar nossas próprias identidades. Somos o nosso melhor recurso para definir o que somos, de onde viemos e para onde vamos, agora que as referências tradicionais tornaram-se menos essenciais, o mundo social confronta-nos com uma quantidade vertiginosa de escolhas acerca de quem somos, de como devemos viver e do que devemos fazer- sem oferecer



grande orientação sobre que escolhas devemos fazer [...]. Por meio de nossa capacidade como seres humanos autoconscientes, constantemente criamos e recriamos nossas identidades (GIDDENS, 2005, p.44).

Tendo em vista a perspectiva de identidade social e pessoal apresentada por Giddens, bem como a compreensão do quanto à modernidade enquanto um marco temporal histórico influenciou na possibilidade de mudança e de construção de identidades subjetivas pelos indivíduos, nos propomos a apresentar o MST como um movimento social que se propõe a construção de identidades coletivas/ sociais. Mas que, no entanto, juntamente a este propósito deve desenvolver mecanismos que permitam a participação democrática dos distintos indivíduos que apresentam variadas formas de identidade pessoal, ou seja, distintas subjetividades.

A questão da valorização do pensamento daquele que pensa diferente dentro de um movimento social, passa pela discussão, e pela efetivação dos princípios democráticos. Ou seja, o sentimento de pertencimento que une um grupo de indivíduos em um movimento social, a saber, seu processo de construção de identidade social, deve ser capaz de aceitar e dar legitimidade aos princípios individuais defendidos por seus integrantes. O espaço para o debate e a oportunidade da fala aos discordantes é um importante momento para o fortalecimento das bases democráticas e valorização dos interesses individuais assim como dos coletivos. Acreditamos que o movimento social, no caso o MST, deve representar a vontade de todos os indivíduos que o compõe, substancialmente daqueles que constituem as suas bases², como os acampados e assentados, e não somente os interesses de suas lideranças políticas. Que muitas vezes acabam por impor seus princípios de organização, ao grupo como se a estes coubessem apenas a execução de um conjunto de princípios previamente pensados por aqueles. Incumbindo-os da tarefa da construção de um modelo de sociedade idealizada, que nem sempre é compreendida e desejada pelos mesmos.

É necessário reforçar a importância da valorização das subjetividades dentro do processo de construção das identidades coletivas principalmente as que implicam na formação de movimentos sociais. Uma vez que estes representam os avanços atingidos em termos de expansão democrática, e são muitas vezes as únicas formas de expressão das vontades, e direitos das categorias sociais menos favorecidas, e com menor representatividade e poder político. Neste ponto é importante reforçar que o movimento enfrenta dificuldades em construir um projeto que consiga efetivamente atender as variadas demandas de seus integrantes. Sendo que as práticas coletivas construídas pelo MST, são mecanismos de representação simbólica extremamente importantes, as quais, muitos indivíduos se recusam a executar e apresentam dificuldades em compreender. Neste sentido o paradoxo do conceito de democracia sob o viés de interpretação das liberdades individuais, (liberais) acaba por instituir uma ideia de que o movimento estaria sendo pouco democrático, ou, portador de uma

2 Quando adotamos o termo Base em referência aos indivíduos do MST, nos referimos aqueles sujeitos, que fazem parte diretamente das lutas travadas nos processos de ocupação e disputa pela terra. A base do MST é composta por trabalhadores dos diversos setores que vem a constituir os acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária.



democracia questionável. Contudo, o propósito maior, que institui e alicerça o MST, é a democracia no sentido de oportunizar o acesso aos bens sociais de forma igualitária, combatendo as desigualdades sociais, não somente através da defesa do direito à terra, mas também do direito à cidadania conferida pela educação, e pelos valores de produção alimentar de base sustentável e ecológica.

Para atingir este propósito, que certamente é diferente daquele almejado pelos grupos capitalistas dominantes, o MST precisa construir uma base sólida de pessoas dispostas a lutar pelo movimento, e pelos princípios coletivos que este estabelece. No entanto, após a fase de acampamento, seguida pela formação dos assentamentos, os projetos individualizados se tornam cada vez mais frequentes e preponderantes. As dificuldades enfrentadas nos relacionamentos de grupos, que envolvem distintas hierarquias e relações de poder, acabam por afastar os líderes do movimento das próprias bases do MST. E isto decorre por fatores diversos, a começar pelas dificuldades encontradas pelos produtores nas demandas de produção, que exigem que os mesmos adotem as práticas de cultivo tradicionais expandidas pelas grandes empresas, e não os sistemas agroecológicos desejados pelo MST.

No que concerne ao propósito da educação, o problema se repete. A educação visada pelo MST através de suas lideranças e militância, diverge do modelo desejado pelos filhos dos agricultores³ da base, por que estes desejam resultados imediatos de inserção social, e quando não são inseridos em projetos do próprio MST que lhes garantam estabilidade econômica e participação social, os mesmos acabam por aderir a outros modelos que os possam propiciar esta inserção de alguma forma.

2. O projeto de educação do MST e a tentativa de formação da identidade de Sem Terra

O MST enquanto um agente de transformação social tem desenvolvido diversas estratégias no âmbito da educação para veicular seus princípios ideológicos, e para construir um modelo de sociedade de organização socialista.

Para tanto, o movimento tem expandido por todo o Brasil modelos de escolas que adotam a pedagogia do movimento como uma forma alternativa de educação que visa incorporar aos conteúdos curriculares e ao processo de formação dos indivíduos, uma noção ampla de formação humana. Ou seja, a educação escolar promovida pelas escolas vinculadas ao MST, tem como objetivo a formação humana integral. Não estando esta formação preocupada somente com a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, mas pensando nestes como sujeitos com potencial de desenvolvimento para uma transformação social.

3 Neste ponto é pertinente que se faça uma ressalva. Os jovens filhos de agricultores aos quais nos referimos são aqueles que participaram deste projeto de pesquisa. Os resultados e os apontamentos que apresentamos neste texto, são resultado de uma pesquisa em um assentamento em específico, o que significa, que em outros locais, em outros assentamentos a realidade empírica pode indicar dados bem diferentes.



Dentro desta perspectiva de educação o MST tem buscado parcerias que possibilitam o desenvolvimento desta concepção de ensino. Estas parcerias são estabelecidas com universidades estaduais e federais que tem atuado na formação inicial de profissionais através da oferta de cursos que apresentam novas propostas educacionais, e que visam atender uma demanda específica da população que historicamente foi deixada a margem da sociedade sem oportunidades de ensino.

Através da proposta da Educação do Campo grande parte da população camponesa que mora em assentamentos de reforma agrária tem conseguido se beneficiar desta modalidade de ensino, que tem buscado constantemente se adaptar as distintas realidades do campo, para atender satisfatoriamente esta demanda da população. Desta forma desde a educação básica até o ensino superior e técnico profissionalizante, o MST tem ocupado as escolas que conquista através da luta travada contra o estado pelo direito à educação, e a escolarização de toda a população camponesa. Mesmo atuando nas escolas de assentamentos, e acampamentos, o movimento reconhece a legitimidade dos problemas de ensino que abrangem a todas as escolas das localidades rurais. E mais do que isto, busca desenvolver um projeto de educação de qualidade, sendo o ensino compreendido como um direito social, e, portanto, de todos. De modo que, as escolas do MST, devem ser primeiramente vistas, como escolas do campo.

Assim, acompanhamos que além da pauta de luta pelos direitos a terra, e a implantação da reforma agrária no Brasil, o MST incorporou ao seu projeto de transformação social a luta por uma educação que seja popular.

De modo abrangente podemos perceber que dentro do projeto de educação do campo desenvolvido pelo MST, encontram-se implícitas a influência de três matrizes pedagógicas, que por sua vez, são vinculadas ao pensamento crítico, e cujos objetivos convergem em torno de um projeto político de emancipação e de luta das classes subalternas (SILVA, 2010). Sendo que a compreensão destas matrizes bem como a materialização destas por meio dos princípios pedagógicos nos permite compreender que o MST enquanto movimento social, se propõe a efetivação de um projeto que envolve a análise da organização social classista. Da mesma forma que coloca à educação a função de demonstrar as relações de dominação existentes, sendo ainda mais audacioso, quando propõe que esta consiga superar as dicotomias existentes entre as classes sociais dominantes e dominadas.

De acordo com Silva (2010, p.225), a primeira matriz consiste na tradição do *pensamento pedagógico socialista*, que segundo o autor “nos ajuda a pensar a relação entre educação e produção bem como a dimensão pedagógica do trabalho e da organização coletiva”.

Compreendemos que parte desta matriz a concepção de trabalho adotada pelo movimento, sendo que esta coaduna com os princípios marxistas segundo os quais, o trabalho é compreendido como uma atividade de desenvolvimento humano, na qual a natureza e os homens se transformam. E não como um mecanismo de repressão aos quais os homens são submetidos em uma relação de opressão. Desse modo toma-se o



conceito de trabalho, compreendido como atividade teórico-prática, do qual se extrai uma concepção histórico-dialética do mundo.

A segunda matriz é a *Pedagogia do Oprimido*, que tem como referência o projeto de educação popular concebido por Paulo Freire. Segundo o qual, a educação deve ser pensada a partir da própria condição de opressão das classes dominadas e da cultura como elemento formador do ser humano.

A terceira matriz é denominada de *Pedagogia do Movimento*, e é resultado de uma análise que se desenvolve em concordância com as matrizes anteriores, e que se produz tendo em vista as próprias experiências educativas proporcionadas pelo movimento social. A pedagogia do movimento concebe a própria experiência no movimento social como uma situação de aprendizagem, ou seja, a luta, e a militância passam a ser compreendidas como situações de aprendizagem e, portanto, de âmbito pedagógico. De acordo com Caldart (2004), a pedagogia do movimento mobiliza em sua dinâmica diversas matrizes pedagógicas. Sendo que a Pedagogia do Movimento, não consiste em uma nova matriz teórica, mas sim, em um jeito de se trabalhar com as diferentes formas pedagógicas já existentes. Para a autora a Pedagogia do Movimento põe em movimento a própria pedagogia uma vez que mobiliza e incorpora em sua dinâmica diversas e combinadas matrizes pedagógicas.

A partir destas matrizes o MST aponta como seus princípios filosóficos básicos: uma educação para a transformação social, uma educação de classe, orgânica, voltada para a ação, aberta para o novo; uma educação para o trabalho e a cooperação; uma educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; uma educação comprometida com valores humanistas e socialistas; uma educação entendida como um processo permanente de formação [e] transformação humana (MST, 1996, p.10).

Com este projeto educacional o MST cria uma nova ideologia de ensino, que tem a intenção de agir como força contrária ao poder hegemônico (SILVA, 2015). A explicitação desta ideia pode ser encontrada nas cartilhas desenvolvidas pelo Setor de Educação do movimento onde a escola é percebida como uma instituição com finalidades políticas e ideológicas, segundo as quais, “a escola também pode ajudar no desenvolvimento social das comunidades do campo: desde que faça parte delas e desde que se articule política e pedagogicamente com outras iniciativas e outras políticas de desenvolvimento dos assentamentos, do campo como um todo” (MST, 2004, p. 19).

Dessa forma podemos perceber que para o MST a educação é concebida enquanto um projeto político que possui objetivos ideológicos específicos, não sendo jamais, o ato de educar uma atividade neutra, desprovida de intencionalidade. Nessa perspectiva as escolas do MST se propõe a elaboração e execução de um projeto político de ensino, do qual emana o objetivo de formar cidadãos com um perfil ideológico específico, portadores de uma mesma consciência de classe, e, portanto, de uma mesma identidade social. Sendo que acreditamos que este tenha também o propósito de acabar com a exclusão educacional histórica ao qual o campo brasileiro está submetido.



De acordo com o MST para a elaboração da Pedagogia do Movimento foram extraídas diversas contribuições educacionais de vários autores, dentre os quais destacam-se Makarenko, Pistrak, Paulo Freire, e os princípios gramscianos da escola unitária. Contudo mesmo diante de tamanho empenho didático, teórico e metodológico a proposta de educação do MST esbarra em muitos conflitos que dificultam a sua efetivação. Tendo em vista que estas escolas são mantidas pelo poder público estatal, as mesmas acabam sendo submetidas as imposições e regulamentações provenientes dos Estados, que limitam a atuação do movimento social. Além do fato destas apresentarem um projeto educacional que contraria aos valores socialmente aceitos e hegemonicamente dominantes, deixando clara a disputa dual entre burguesia e operariado.

3. A noção de escola unitária para o MST

Neste texto apresentamos uma síntese da noção de escola unitária adotada pelo MST na tentativa de desenvolver em suas escolas por meio da pedagogia do movimento, um novo modelo de ensino, voltado para a transformação social. Para tanto devemos compreender os sentidos e significados que possuem alguns conceitos para o MST, tais como sua interpretação de trabalho, escola e educação. Uma vez que estes divergem da compreensão realizada destes dentro da organização capitalista.

Para o MST, conforme já indicamos anteriormente, a educação possui uma finalidade deliberadamente política, uma vez que deve orientar para os princípios de formação humana, e desenvolver nos sujeitos a consciência da importância da luta de classes emergentes na sociedade capitalista. Dessa forma, a educação planejada pelo MST, é uma educação classista, originária dos princípios marxistas-leninistas, que vê a sociedade capitalista a partir da perspectiva do conflito.

De acordo com Machado (2006), o ponto de partida deste modelo de educação “se estabelece pela afirmação da necessidade de superação do paradigma educacional dual, cuja matriz fundamental se encontra na divisão social do trabalho, no fato histórico das sociedades [serem] divididas em classes sociais” (p.41). A autora ainda prossegue discutindo de modo mais abrangente sobre a dualidade social a qual estamos submetidos em todas as relações sociais, segundo a qual:

Trata-se da divisão que atinge de forma fundamental o mundo do conhecimento, da cultura e da educação – entre aqueles que concebem e os que executam; entre os que dirigem e aqueles que são dirigidos; entre governantes e governados; entre aqueles que tem o controle da produção e aqueles que são controlados; enfim, aqueles que tem a propriedade dos meios de produção e aqueles que não tem outra propriedade a não ser a de sua força de trabalho, colocada à disposição para a venda aos proprietários dos meios de produção como única alternativa a sua sobrevivência física. (MACHADO, p.41)



Estando isso posto na sociedade capitalista, tal dualidade fundamenta a existência de duas classes sociais distintas, o proletariado e a burguesia. Nesse sentido, a educação também acaba por adquirir contornos dualísticos sendo projetada de modo fragmentário e visando a atender aos indivíduos em conformidade a sua classe social. Esta dicotomia dentro da escola projeta uma educação pensada para os ricos - sendo esta intelectualizada e uma educação para os pobres - voltada para a formação da mão-de-obra operária. Assim percebemos que a mesma observação realizada por Gramsci (1982), de que a educação era instrumentalmente separada entre uma com intenção de formação cultural e científica e, outra, de formação técnica instrumental mantém-se atual e vigente, sendo adotada pelo MST.

De acordo com Gramsci (1982) a elaboração de camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num campo democrático, e sim, tem em vista processos históricos tradicionais concretos em que:

Formaram-se camadas que, tradicionalmente, "produzem" intelectuais; trata-se das mesmas camadas que, muito frequentemente, especializaram-se na "poupança", isto é, a pequena e média burguesia fundiária e alguns estratos da pequena e média burguesia das cidades. A diversa distribuição dos diversos tipos de escola (clássicas e profissionais) no território "econômico" e as diversas aspirações das várias categorias destas camadas determinam, ou dão forma, à produção dos diversos ramos de especialização intelectual (GRAMSCI, 1982, p. 10).

Para Gramsci a crise gerada na separação da escola, pode ser resolvida seguindo-se racionalmente a criação:

De uma escola única, de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo (GRAMSCI, 1982, p. 10).

Partindo dessa concepção de sociedade e educação dual, o MST, por meio de seu setor de educação, orienta o desenvolvimento de práticas pedagógicas em suas instituições, que visem superar esta dicotomia social, acabando com esta separação dual, por meio da promoção de uma educação que se propõe unitária e integradora, assim como o projeto de educação pensado por Gramsci. Para Machado (2006, p.42), faz se necessário articular os saberes científicos, tecnológicos e sócio-históricos; a ciência, a cultura e o trabalho; o pensar e fazer; refletir e agir, ou seja, a unificação dos saberes, que permitem que de fato a educação seja democratizada.

A escola unitária pensada pelo MST é uma escola que pensa a formação dos sujeitos de um modo integral. Que não realiza nenhum tipo de fragmentação entre aqueles que devem pensar, planejar – e os sujeitos que devem executar o trabalho formulado por alguém. Uma escola assim é uma escola que tendo em vista um projeto de construção de uma sociedade que rompa com o modelo dualístico, rompa também



com as práticas de exclusão e reprodução da desigualdade social típica das sociedades capitalistas.

Dentro desta perspectiva embora a educação não seja vista como somente de responsabilidade da escola, mas sim, como resultante das inúmeras experiências desenvolvidas diariamente entre os indivíduos nas relações sociais, a escola se configura como um espaço no qual, o conhecimento historicamente construído deva ser sistematizado e repassado. Cabendo a esta escola, que se compreende unitária, compreender e considerar as distintas experiências que também formam os sujeitos em seus distintos aspectos, culturais, sociais, econômicos etc.

Nesse sentido a cultura e as relações de produção, dentre as quais destaca-se o trabalho constituem-se também como momentos de aprendizagem, e, portanto, devem estar associados, visando a formação de um sujeito pleno. No que se refere ao projeto de educação unitária, é importante destacar que sua intencionalidade não se limita apenas ao plano teórico, embora este seja de suma importância. De acordo com Lucélia Machado (2006) o propósito da educação unitária, é também constituir-se do ponto de vista da construção política. Para a autora:

Isto exige discutir a questão do trabalho como princípio educativo, porque esse elemento do unitário tem como pressuposto fundamental a construção de um referencial que reflita as necessidades do mundo do trabalho, da cultura do trabalho, do saber que vem do trabalho, do conhecimento que se constrói a partir do trabalho, das necessidades dos trabalhadores. Isso passa por uma questão fundamental: resgatar os educandos como sujeitos históricos, como aqueles que constroem cultura, conhecimento, saberes, tecnologia (MACHADO, 2006, p.42).

Podemos perceber que o conceito de trabalho descrito nas formulações teóricas dos autores que compõe o núcleo educacional do MST, assume um caráter eminentemente marxista. O trabalho segundo estas problematizações, longe de ser compreendido como uma atividade maçante na qual os sujeitos são obrigados a venda de sua força com o único sentido de sobrevivência, é visto aqui, como a expressão da capacidade do homem de transformação da natureza e de si próprio, em uma relação de desenvolvimento mútuo. Ou seja, o trabalho é o exercício de apropriação do homem dos conhecimentos históricos da natureza e da cultura humana, sendo que este os permite tornarem-se humanos nesse processo de apropriação e dominação de conhecimentos e habilidades.

Sendo assim, segundo a proposta de educação do MST, a educação é resultado de um amplo processo de relações sociais estabelecidas, o que faz com que os distintos sujeitos sejam influenciados pela realidade contextual na qual estão imersos. Como tentativa de intervir nos processos educacionais mais difíceis, a educação escolar deve se propor a um modelo unitário, que não fragmente, não separe os sujeitos, mas sim, que os respeite e os represente. Não dissociando os conhecimentos intelectuais das habilidades produtivas mecânicas, considerando o trabalho e a cultura como elementos importantes de aprendizagem, e que, portanto, devem ser significativos para cada sujeito.



Contudo, nos propomos à seguinte indagação: seria este ensino unitário possível de ser desenvolvido em uma sociedade capitalista, altamente excludente, e que prioriza a divisão da sociedade em duas classes sociais distintas – burguesia e proletariado? A aplicação e efetivação da escola unitária conforme planejada por Gramsci, e adaptada ao modelo de pedagogia adotado pelo MST, são possíveis na sociedade de organização capitalista?

Tendo em vista o pensamento construído pelos autores defensores das teorias crítico-reprodutivistas de educação, dentre os quais destacamos Althusser, Bordieu e Passeron (SAVIANI, 1994), a escola inserida na estrutura capitalista reproduz as características desse sistema. Sendo que para estes, a educação não é um campo neutro e desprovido de intencionalidade, o que a torna reprodutora dos interesses das classes dominantes. Segundo esta concepção a sociedade é compreendida como um espaço historicamente determinado e condicionado pelas relações sociais e econômicas de produção, o que a faz interferir no funcionamento de suas instituições, e determinar de que forma estas devem se organizar.

O que nos induz a pensar que uma escola construída com um projeto humanístico distinto dificilmente conseguiria efetivar o desenvolvimento de suas concepções, tendo em vista o fato de estar inserida em uma sociedade capitalista que constantemente nega e contradiz a viabilização de seus projetos.

No entanto, apoiamos e acreditamos que os esforços dirigidos na construção deste projeto de reformulação educacional, que a princípio tem sido direcionado para as escolas de assentamentos e acampamentos não deve ser interrompido, e sim intensificado. Pois é somente através da lenta e gradual inserção de questionamentos e teorias, que o ensino e a cultura da exclusão podem ser modificados.

4. O Colégio Iraci Salete e sua proposta diferenciada de ensino – os limites da implantação da escola unitária

Para a construção deste texto foram utilizados dados obtidos na pesquisa de mestrado em Ciências Sociais⁴ realizada por mim no ano de 2015, intitulada “*A construção de novas subjetividades pelo MST a partir do ensino escolar em assentamentos de reforma agrária: a experiência do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak*”. Texto no qual busquei problematizar a efetivação das propostas de ensino que compõe a Pedagogia do Movimento na referida instituição, verificando como

⁴ A metodologia empregada para realização da pesquisa de mestrado consistiu na realização de entrevistas com alunos, professores, membros da direção e da equipe pedagógica. As entrevistas eram gravadas, e tanto na dissertação quanto neste texto utilizamos citações diretas das falas dos entrevistados, que foram todas transcritas integralmente. Optou-se por não identificar os nomes dos entrevistados, visto que alunos e professores, pediram para não divulgar suas identidades. Indicamos apenas na descrição das falas se eram alunos, ou profissionais da escola, e se eram do sexo feminino ou masculino. Também foi aplicado aos alunos um questionário contendo uma série de perguntas objetivas e descritivas, que durante a escrita da dissertação foram analisadas, e organizadas estabelecendo critérios e modelos de pensamento onde as respostas semelhantes eram agrupadas.



ocorre, e sob quais bases se dão a construção de novas subjetividades nos jovens que frequentam colégios que adotam os princípios do MST, como princípios ideológicos de ensino.

O Colégio Iraci Salete situa-se no assentamento Marcos Freire, no município de Rio Bonito do Iguazu – PR. E é considerado escola base do MST, em decorrência de ter sido fundado por meio da luta dos trabalhadores sem-terra ainda no processo de assentamento nas terras ocupadas, desenvolvendo os princípios filosóficos e pedagógicos do MST. E pelo fato de ser o responsável legal pela documentação das escolas itinerantes, ou seja, aquelas situadas nos acampamentos de reforma agrária, e que acompanham o processo de movimentação do acampamento.

Outro fator que destaca e viabiliza o Colégio Iraci, é a sua trajetória de luta em busca da implantação de um modelo de ensino que de fato atenda a população assentada contemplando suas especificidades históricas e sociais. Além de estar localizado em um assentamento que resultou de uma das maiores ocupações da América Latina na década de 90.

São numerosas as pesquisas referentes à organização pedagógica adotada nesta instituição. Sendo a maior parte destas, resultado de estudos feitos por pesquisadores na área da educação. O que faz com que o colégio Iraci seja nacionalmente conhecido como referência de pesquisa e de inovação em metodologia de ensino.

No entanto, os dados coletados no desenvolvimento da pesquisa de campo revelam as dificuldades que a instituição enfrenta na elaboração e execução de sua proposta de ensino. Que resultam principalmente do fato desta estar inserida em uma sociedade capitalista, que inviabiliza a plena efetivação de suas propostas. Além de que, o colégio é uma instituição estadual, o que significa que sua manutenção é toda proporcionada pelo Estado, que age atendendo as demandas que lhe são de objetivo próprio.

As entrevistas realizadas na instituição com alunos, professores e a equipe pedagógica, revelam a existência de formas distintas de interpretação realizada por cada um desses agentes a respeito do sentido que a educação possui. O que faz com que ocorram divergências dentro do espaço escolar. Divergências estas que implicam em algumas críticas a metodologia adotada por parte de alunos e professores. Sendo que as entrevistas realizadas demonstram que alguns alunos estão insatisfeitos com o colégio, pois esperavam que este valorizasse mais a ciência, o conhecimento científico do que a formação humanística.

Abaixo reproduzimos alguns trechos da fala de uma aluna do 3º ano do ensino médio que apresenta esta perspectiva:

A escola é diferente, mas podia melhorar. Os professores são meio desleixados. É falado demais do MST e daí o conhecimento científico fica meio de lado sabe. É importante falar do MST por que foi uma luta e querendo ou



não, só tem aqui por causa dele, mas podia diminuir, por que é falado muito (informação verbal)⁵

O projeto de educação do MST é importante, mas também não muito. Não deve ser levado muito em conta (informação verbal)⁶

O depoimento da aluna permite que observemos que há um conflito ideológico entre as práticas promovidas pelo MST, e o desejo dos alunos diante da educação que querem receber pela escola. Este conflito representa ainda a interferência que o colégio sofre do sistema externo no qual esta inserido, ou seja, do próprio capitalismo. De modo que podemos perceber que toda a tentativa da instituição em investir em um modelo progressista de educação sofre, à medida que a sociedade para a qual os alunos estão sendo formados não é a mesma que a idealizada pelo movimento. Os próprios alunos compreendem este processo, e por conta deste, alguns se sentem prejudicados, pois sabem que os conhecimentos cobrados externamente a área de abrangência da escola são outros.

Isto se configura como um paradoxo dentro da instituição. Pois a mesma prioriza o desenvolvimento de princípios cooperativistas de produção, de formação humana, e da ideologia socialista, e, no entanto, os alunos necessitam, e muitas vezes desejam as habilidades típicas do capitalismo para que possam ser inseridos e estejam aptos para sobreviverem neste sistema de organização social.

Vejamos o depoimento abaixo de outra aluna também estudante do 3º ano do ensino médio:

Através do MST foi criado o colégio. Mas tipo aqui no colégio eles falam muito do MST, [...]. Eles só falam do MST, e tipo, eu na faculdade, eles não vão quere saber do MST. Eu tenho certeza que lá no Enem eles não vão pedi pra fazer uma redação sobre o MST. Eu não quero sabe do MST, eu quero saber o que eu vou usar lá, lá na faculdade (informação verbal)⁷

Antes eu não tinha, eu não me importava tanto. Ai quando eu comecei a estudar, tipo eles fazem com que a gente crie tipo uma certa raiva. Tipo não é raiva, mas faz com que a gente enjoje, por que é MST, MST, sempre em tudo. Num texto, num diálogo, é MST, MST. Eles fazem com que a gente chegue até não gosta, chegue enjoá. (informação verbal)⁸

5 Entrevista concedida por ALUNA, A. [Entrevista 1] [set. 2015]. Entrevistador: Silvana Aparecida da Silva. Rio Bonito do Iguaçu, 2015.

6 Entrevista concedida por ALUNA, B. [Entrevista 2] [set. 2015]. Entrevistador: Silvana Aparecida da Silva. Rio Bonito do Iguaçu, 2015.

7 Entrevista concedida por ALUNA, B. [Entrevista 2] [set. 2015]. Entrevistador: Silvana Aparecida da Silva. Rio Bonito do Iguaçu, 2015.

8 Entrevista concedida por ALUNA, B. [Entrevista 2] [set. 2015]. Entrevistador: Silvana Aparecida da Silva. Rio Bonito do Iguaçu, 2015.



O depoimento acima nos permite verificar que o sentido de educação conforme projetado pelo MST, não é incorporado pela aluna. A escola deliberadamente se propõe a um modelo de formação que esta preocupada com os aspectos sociais, e humanos da cultura. Enquanto que a aluna, preocupa-se com a sua inserção no mundo acadêmico, que exige o domínio de outros aspectos culturais. É o que podemos conferir no depoimento do diretor da escola. Segundo o qual:

A escola pode reproduzir alguns fundamentos do sistema capitalista como a exclusão, a culpabilização, e a própria alienação. E como esses sujeitos Sem Terra foram excluídos do sistema capitalista nós não queremos uma escola nesta ótica. Uma escola pensada para o mercado de trabalho, uma escola para o capital, uma escola empresarial. Nós não queremos uma escola para reprovar, para excluir as pessoas, para classificar. Nós queremos uma escola para a formação humana, para a formação de lutadores e construtores, para a formação do ser humano (informação verbal)⁹

Por meio da comparação entre os relatos das alunas e do relato do diretor da instituição, verificamos uma grande divergência entre os ideários de formação da escola, e o desejo dos próprios alunos.

Abaixo transcrevemos os depoimentos de alunos que foram indagados sobre a prospecção que cada um fazia sobre o seu futuro, (próximos 5 anos) apresentando quais seriam seus desejos:

- *“Estar começando uma faculdade” (informação obtida através de questionário)¹⁰;*
- *“Estar formada e atuando no mercado de trabalho na área de formação” (informação obtida através de questionário)¹¹;*
- *“Ter uma profissão estar talvez realizada podendo ajudar minha família” (informação obtida através de questionário)¹²;*
- *“Estar formada, estar trabalhando, ter meu próprio carro e casa. Ser bem independente” (informação obtida através de questionário)¹³;*

9 Entrevista concedida pelo Diretor da Instituição. [Entrevista 3] [jul. 2015]. Entrevistador: Silvana Aparecida da Silva. Rio Bonito do Iguaçu, 2015.

10 Questionário respondido pelo ALUNO, C. [Questionário 1] [set. 2015]. Aplicado por: Silvana Aparecida da Silva. Rio Bonito do Iguaçu, 2015.

11 Questionário respondido pela ALUNA, D. [Questionário 1] [set. 2015]. Aplicado por: Silvana Aparecida da Silva. Rio Bonito do Iguaçu, 2015.

12 Questionário respondido pelo ALUNO, E. [Questionário 1] [set. 2015]. Aplicado por: Silvana Aparecida da Silva. Rio Bonito do Iguaçu, 2015.

13 Questionário respondido pela ALUNA, F. [Questionário 1] [set. 2015]. Aplicado por: Silvana Aparecida da Silva. Rio Bonito do Iguaçu, 2015.



- *“Fazer faculdade, trabalhar, ter casa e carro”*(informação obtida através de questionário) ¹⁴;
- *“Estar morando no meu lote e trabalhando numa escola como professora”*(informação obtida através de questionário) ¹⁵;
- *“Ter um pedaço de terra, ou uma fazenda e constituir uma família”* (informação obtida através de questionário) ¹⁶.

As transcrições das entrevistas realizadas apontam para a não materialização dos princípios educativos gramscianos de escola unitária nesta instituição de ensino. O que nos coloca a necessidade de salientar que diante do quadro apresentado reformulações na conjuntura desta proposta são necessárias, pois a mesma, não tem atendido a demanda da população a qual se destina. Em uma tentativa de tornar o ensino o mais próximo possível da realidade dos alunos, a pedagogia do movimento acabou por apropriar-se de ideias e princípios socialistas, que muitas vezes não se materializam no bojo da estrutura da sociedade de classes capitalista.

De acordo com Cericato (2008)

Ao descrevermos o histórico da Escola Iraci Salete Strozak, percebemos que, quando se encontrava no acampamento, os princípios organizacionais e pedagógicos do MST eram efetivados, mas, devido as necessidades de infraestrutura e profissionais que atendessem os educandos no ensino médio, ela se tornou estadual, e, a partir desse vínculo, a estrutura organizacional e, muito da proposta pedagógica baseada na concepção educacional do MST, vão sendo minimizados (CERICATO, 2008, p. 204).

Na análise realizada pela autora verificou-se que os princípios educacionais conforme pensados pelo MST, somente vigoraram no colégio no período de acampamento. Quando o MST tinha a autonomia para a formação dos seus quadros de professores e demais agentes na instituição, e quando entre os próprios acampados, preponderava o espírito de cooperação e de ajuda mútua. Ou seja, quando havia um objetivo em comum pelo qual lutavam.

Uma vez que as pessoas anteriormente unidas pelo projeto em comum de conseguir a terra, saem da condição de sem-terra e passam a condição de assentados, o que começa a preponderar entre estes são os projetos de produção individualizados. A própria adesão aos princípios educativos do movimento acaba por ser minimizada, à

14 Questionário respondido pela ALUNA, G. [Questionário1] [set. 2015]. Aplicado por: Silvana Aparecida da Silva. Rio Bonito do Iguaçu, 2015.

15 Questionário respondido pela ALUNA, H. [Questionário 1] [set. 2015]. Aplicado por: Silvana Aparecida da Silva. Rio Bonito do Iguaçu, 2015.

16 Questionário respondido pelo ALUNO, F. [Questionário 1] [set. 2015]. Aplicado por Silvana Aparecida da Silva. Rio Bonito do Iguaçu, 2015.



medida que cada um passa a buscar para si aquilo que pode ser mais benéfico para sua família e sua propriedade, e não para os valores coletivos.

Dessa forma acreditamos que o grande desafio do MST seja o de manter unidas as pessoas que compõe ou já compuseram o movimento, de modo que os valores coletivistas sejam mantidos mesmo após a conquista dos lotes de terra. Nossa conclusão está longe de ser algo inédito e inovador. Contudo ousamos em insistir nela, pois temos visto que apesar dos esforços desenvolvidos substancialmente via processo de educação que de fato poderia ser de grande abrangência, tem demonstrado efeitos pouco potenciais. Onde estaria a principal causa disso? Estaria o movimento sendo pouco atrativo com relação aos encantos ofertados pelo capitalismo? Estariam estes jovens apenas buscando sobreviver como conseguem, operando dentro da lógica capitalista? Ou estaria o movimento sendo pouco democrático, não dando voz e espaço para as críticas vindas de suas bases, o que as estaria afastando do MST e de seus princípios?

Considerações finais

O projeto de educação desenvolvido pelo MST para as escolas de assentamentos e acampamentos de reforma agrária, se propõe a adoção de medidas educativas inclusivas, que visam incutir nos estudantes novos sentidos de compreensão sobre a sociedade de classe e sobre o papel educativo. A educação escolar a ser desenvolvida nestes espaços, que são por excelência territórios de conflito, com a interferência do movimento, visa construir nos jovens filhos de assentados um espírito político de adesão aos princípios do MST, e de valorização do movimento. Para tanto, a escola se constitui como um espaço de propagação da história, e de ensinamento das práticas educativas do MST, através da discursividade militante e da realização de místicas que dão significado ao movimento. O objetivo é incutir sentidos nestes jovens e criar com eles uma relação de compromisso de disseminação de ideias e práticas, além de uma identidade coletiva, a de **ser Sem Terra**.

No entanto nossos resultados empíricos obtidos através de pesquisa de campo em uma instituição de ensino alojada em um assentamento de reforma agrária e vinculada a várias práticas educativas associadas ao MST, indicou que os valores do MST incorporados a este projeto de educação, nesta instituição não se efetivam, dadas as condições materiais nas quais ele é aplicado. Ou seja, os valores coletivos e cooperativos propostos, conflitam-se aos valores e ao modelo de educação proposto pelo estado, e incorporado por grande parte dos próprios filhos dos assentados.

Diante da construção deste paradoxo observa-se que os sujeitos envolvidos dentro deste processo educativo, são afetados em sua formação educacional e subjetiva tanto pelas práticas desenvolvidas pelo MST através dos seus militantes inseridos na escola, quanto por aquelas realizadas pelo estado, através dos seus



representantes que são forçados a aderir a sua burocracia, e ao seu modelo de ensino. Sendo assim, verificou-se a dificuldade em implantar uma lógica de ensino e de educação alternativa dentro de uma estrutura já construída, com valores sociais, culturais e econômicos forjados e estabelecidos. Ou seja, dentro de uma instituição com uma organização política tão coercitiva como é a escola.

A partir dos conceitos trabalhados em Giddens e utilizados por nós nesta pesquisa, (identidade social e auto identidade) observou-se que no que concerne a apropriação do termo identidade social, aqueles indivíduos que de fato se apropriam dos elementos discursivos e simbólicos produzidos pelo MST, se (re)significam e (re)significam suas práticas, de tal modo que constroem através do movimento e pelo movimento um novo estilo de vida. Reconhecendo-se e sendo reconhecidos como **Sem Terra**.

No entanto, nos casos tomados como exemplos nessa pesquisa, observamos que muitos desses indivíduos, adolescentes em período escolar, não fazem uso de tais práticas, e nem se deixam influenciar em tais ensinamentos. O que implica em uma negação desta identidade de Sem Terra, embora estes, tenham sido beneficiados por uma política do movimento que os tornou filhos de assentados e até o momento, moradores também de um assentamento.

Dessa forma, estes indicativos nos mostram que aquilo que o MST diz a estes jovens que eles são – Sem Terra, não está em conexão com aquilo que os jovens que participaram desta pesquisa dizem que eles são. Suas falas e expressões não indicam estar conectadas a esta identidade, não pressupõe os valores necessários a incorporação do sentido do ser Sem Terra. Os jovens citados indicam que não pretendem dar seguimento ao modelo de educação proposto pelo MST, e preferem um sistema de ensino regular em contra partida ao modelo alternativo proposto.

Sendo assim, a auto identidade destes jovens se destaca em relação ao conceito de identidade social. Uma vez que aquela, representa a noção intrínseca que cada indivíduo realiza sobre si, e sobre a interpretação que faz a partir dos relacionamentos que estabelece com aqueles que estão ao seu redor.

Assim a teoria de Giddens sobre a auto identidade, coloca em suspense o projeto de educação proposto pelo movimento. Uma vez que o projeto de construção de identidade coletiva pelo MST, nestas circunstâncias não se efetiva. Ele somente ocorre quando o sujeito por si só, tendo como referência suas experiências com o movimento e com outras instituições e espaços de socialização, acredita e deseja se envolver “identitariamente” com o movimento social.

Ou seja, a estratégia desenvolvida pelo MST, para aliar a educação a reprodução de novos ensinamentos e a memorização de sua história, somente tem êxito, com aqueles jovens e sujeitos que de alguma outra forma já escolheram participar e aderir aos princípios educativos do MST. Aqueles que apresentam resistência a estas práticas, mantêm-se resistentes, e muitos acabam ficando ainda mais arredios com relação ao tipo de debate político promovido pelo movimento.



Referências

CALDART, Roseli. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CERICATO, K.átia. A. S. **Os princípios organizativos e a proposta pedagógica do MST**: contradições de sua materialização na Escola Estadual Iraci Salete Strozak. 2008. 215f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual de Londrina. 2008.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MACHADO, Lucilia. Concepção de escola, de escola unitária e de politecnia. In: MST – Boletim da Educação - **Educação Básica de nível médio nas áreas de reforma agrária**. Iterra, 2006. Cap. 1, p.41-51.

MST. **Princípios da educação no MST**. Caderno de formação nº 8, Porto Alegre: julho de 1996.

MST. **Educação no MST**: balanço 20 anos. Caderno de formação nº 9, São Paulo: dezembro de 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1994.

SILVA, Pedro. C. D. Educação e hegemonia camponesa: MST e educação do campo no estado do Ceará. **Filosofia e educação**. V. 2, nº 1, p. 224-236. Disponível em: <<http://ojs.fe.unicamp.br/ged/rfe/article/view/975/902>>. Acesso em 29 de março de 2016.

SILVA, Silvana. A. **A construção de novas subjetividades pelo MST a partir do ensino escolar em assentamentos de reforma agrária**: a experiência do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak. 2015. 163f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2015.

*Recebido em 20/03/2017
Aprovado em 28/06/2017*



RESEÑA

RESENHA

LIBRO/LIVRO:

DEL PINO ESPEJO, María José; TRIGUERO SÁNCHEZ, Rafael; TORRES CALZADA, Katjia. **Indicadores de violencia de género en el Perú: la percepción del personal técnico de los Centros de Emergencia Mujer (CEM)**. Barcelona: Antrophos, 2017.

Palabras claves: Violencia de género; Centros de Emergencia Mujer; Perú; métodos cuantitativos; instituciones estatales.

Silvia Lilian Ferro*

Este trabajo presenta los resultados de la etapa final de la ejecución del Proyecto de Cooperación universitaria al Desarrollo en materia de género denominado *Impacto Social y Jurídico de las intervenciones andaluzas de Cooperación al Desarrollo en los Centros de Emergencia Mujer del Perú*. Convenio ISJ-Universidad Pablo de Olavide (2014DEC001)-en adelante UPO- que fuera financiado por la Agencia Andaluza de Cooperación al Desarrollo (AACD).

El objetivo de la investigación es analizar las actuaciones del personal técnico y profesional de los Centros de Emergencia Mujer del Perú en sus interacciones con la Administración Pública central peruana que la enmarca, así también con las políticas públicas de prevención de la violencia de género; procurando identificar mejoras posibles de ser implementadas en estos ámbitos institucionales.

En la presentación del libro sus responsables remarcan que continúan en la senda de trabajos anteriores realizados por la Asociación Internacional de Juristas (INTER IURIS) durante el bienio 2013-2015, entidad contraparte del proyecto cuyos resultados forman parte de la publicación analizada aquí.

* Doctora por la Universidad Pablo de Olavide- Departamento de Ciencias Sociales (Sevilla-España), Posdoctorado en el Centro de Estudios Avanzados de la Universidad Nacional de Córdoba (Argentina) Máster universitario en Investigaciones Feministas y Diploma Estudios Avanzados de Tercer Ciclo área Historia e Instituciones Económicas ambos por la Universidad Pablo de Olavide (Sevilla-Espana), Diploma Superior en Ciencias Sociales con mención en género y políticas públicas por la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Argentina) y Licenciada en Historia por la Universidad Nacional del Litoral (Argentina). Profesora Adjunta del Instituto Latinoamericano de Economía, Sociedad y Política de la Universidad para la Integración Latinoamericana ILAESP-UNILA (Brasil) E-mail: silvia.ferro@unila.edu.br



La matriz de la pesquisa aparece en todas sus etapas basada en esquemas colaborativos, recíprocos y participativos entre un conjunto institucional diversificado. Esta diversidad abarca también sus prácticas y objeto porque son Agencias públicas e investigadores universitarios andaluces, que son españoles y por ende europeos, produciendo conocimiento sobre un objeto institucional que es peruano latinoamericano.

Tales coordenadas espaciales colocan fuerte y simbólica carga semántica propia de la Historia entre ambas geografías y en la direccionalidad Norte-Sur de los aportes epistemológicos y técnicos difíciles de eludir en la discusión pública respecto de los impactos de los programas de Cooperación al Desarrollo con orientación Norte-Sur global.

El apartado “Marco Teórico” (pp.17-35) inicia la secuencia de tres *marcos*. El “Marco conceptual” (pp.17) es económico en su despliegue teórico aunque ajustado a los objetivos del trabajo, características usuales en pesquisas basadas en metodologías cuantitativas.

El concepto *género* tal como surgiera en los medios académicos del Norte Global y que tiene innumerables definiciones es objeto de controversias en su confrontación con idearios patriarcales que se expresan en creencias religiosas, tradiciones jurídicas, medios de comunicación y en sentidos de la organización social y en la cultura.

La violencia de género es la manifestación última de este conflicto e indicador a su vez de las profundas transformaciones civilizatorias que su debate está provocando en todo el mundo.

En el caso latinoamericano, además, tales controversias se expresan con algunas características distintivas que abarcan al objeto de conocimiento y a la población de la muestra del estudio del que da cuenta el libro analizado aquí.

Desde la perspectiva epistemológica de la Colonialidad ideas y formas de pensar el mundo y la sociedad propios del Norte Global, como por ejemplo liberalismo, marxismo y feminismo que se proponen como modelos identitarios a ser asumidos por las poblaciones originarias en América Latina precisarían ser mediados con categorías e ideas propias de las comunidades que sean afines para abordar problemas como la violencia de género.

Estas resistencias desde un enfoque decolonial podrían colocarse en la *doble imposición* que asumiría la perspectiva de género con respecto a las comunidades originarias latinoamericanas: surgida en tradiciones culturales y epistemológicas europeas y accionadas por los Estados nacionales latinoamericanos.

Es por ello que se sugiere una mayor discusión teórica del concepto género en tanto operacionalizado en el estudio en programas estatales pensados para intervenir en el espacio social peruano compuesto por diferentes grupos étnicos en forma significativa.

Se destaca también en este apartado la descripción del “Marco Legislativo” (pp. 22) donde se analizan los dispositivos legales sobre la problemática de violencia de género y el posicionamiento estatal peruano a través de las normativas



locales mostrando algunas pinceladas comparativas con lo propio en el caso español. En este sentido la sección cierra con una descripción del “Marco Institucional” (pp.27) aludiendo a las características de la acción estatal en los Programas *ad hoc* a través de sus agencias en la problemática estudiada.

En la perspectiva de su “Marco Metodológico”, Capítulo 2 (pp.37-48) el estudio adquiere características muy relevantes. Usualmente los estudios de tipo académico basados en la perspectiva de género aparecen adscritos a dimensiones metodológicas estrictamente cualitativas, volcados a tradiciones epistemológicas en diálogo con la acción política de movimientos reivindicativos como por ejemplo el feminismo.

Esta adscripción frecuente de estudios de género a metodologías cualitativas, es aun más marcada cuando el recorte temático se enfoca en la violencia de género.

El estudio utiliza metodologías cuantitativas tanto para la colecta de los datos como para su procesamiento e interpretación. Según se informa en las páginas 9 y 49 se ha utilizado “metodología de la encuesta y transferencia de resultados conforme al cuestionario y la técnica de modelos de ecuaciones estructurales o *Partial Least Square Structural Equation Modeling (PLS-SEM)*”. El modelo organizó los 21 indicadores seleccionados en 4 variables: “Situación administración pública”, “propuestas para la administración pública”, “situación CEM”, “propuestas para los CEM” (pp.50).

Respecto a los Cuestionarios descritos y analizados en su diseño y aplicación en el apartado “Resultados. Análisis de datos”, Capítulo 3 (pp 49-60) es evidente el factor de posibilitación que implicó trabajar con colaboración inter-institucional que explica la factibilidad de aplicar un cuestionario tan extenso compuesto por 100 preguntas divididas en siete bloques temáticos. Dado que el cálculo de la fórmula muestral arrojó una cifra muy cercana a la de la población total de la muestra según informan los autores se resolvió aplicar los Cuestionarios a todo el personal técnico de los CEM (pp.42) lo que arrojó la cifra de 98 cuestionarios válidos aplicados (pp.49).

Queda tal vez para una segunda etapa del laboratorio estadístico del estudio una estimación de correlación de variables categóricas que arrojaría también interesantes resultados.

Es pertinente la reflexión de las dificultades planteadas en el trabajo de campo por la cuestión lingüística (pp.39) entre el español hablado en España del grupo investigador y el español hablado con muy diferentes matices en cada región de América Latina en este caso hablado por el grupo objeto de la pesquisa. Son útiles tales reflexiones para orientar a otros grupos de pesquisa del mismo origen que opten por objetos de conocimientos situados en espacios latinoamericanos, evitando así ser sorprendidos por estas dificultades en medio del trabajo de campo.

También sería recomendable en posteriores etapas de la investigación presentada, considerar en sus fundamentos teóricos y en la matriz de variables e indicadores, la dimensión comunitaria la cual es central en las culturas andinas-de



las que Perú hace parte- y explicaría con mayor alcance lo caracterizado en el Estudio como *deficiencias* de la acción institucional (pp.61). Por ejemplo las tensiones entre la intervención de la autoridad estatal en negociación con las autoridades comunitarias originarias a la hora de dar respuesta institucional a la violencia de género detectada y a la hora de interpretar la opacidad en las demandas que llegan o dejan de llegar a los mecanismos institucionales descritos en el estudio que coexisten con otras lógicas de resolución de conflictos.

Este punto, aparece operacionalizado como indicador, aunque de forma tangencial en la pregunta número 39 expresado como “diversidad cultural” (pp.66) del Bloque II *Nudos Críticos* de los Cuestionarios consignados en “Anexo”(pp 63-73) . Una mayor descripción y reflexión respecto de la cuestión étnica en el abordaje del programa estatal estudiado *Centros de Emergencia Mujer del Perú*, mencionada de forma muy escueta en la página 53, serviría para la continuidad y profundización de la investigación que los autores califican de “exploratoria” (pp.57).

Las “Conclusiones” (pp.61-62) se muestran consistentes con las metodologías aplicadas y sostenidas en su construcción por un consistente trabajo de campo que se desarrolla entre 2015 y 2016 con desplazamientos de Andalucía a Perú de integrantes secuenciales en el equipo de investigación que llevó adelante el Proyecto. Los responsables de la investigación y autores del libro entre sus Conclusiones destacan el déficit de articulación entre las distintas instancias estatales y así como cuestiones de operacionalización de los dispositivos estatales disponibles para erradicar la violencia de género en la sociedad peruana, así como el significativo grado de machismo de la sociedad peruana (pp.61). Cabe destacar que estas conclusiones del estudio analizado son similares a estudios del mismo tenor aplicados en otros países latinoamericanos.

Este estudio se posiciona en el tipo de investigaciones denominadas *aplicadas* dada su potencialidad inmediata para ser utilizadas como insumos de políticas públicas. Sus características técnicas devenidas de su metodología cuantitativa contribuyen a cubrir una deficiencia marcada en temáticas de violencia de género y en los estudios de género en general.

Su originalidad consiste que se enfoca en cuestiones de aplicación práctica y análisis de funcionamiento de las instituciones sin deslizar en meras cuestiones retóricas del debate teórico sobre la violencia de género, que desatienden aspectos esenciales como la aplicación efectiva y en terreno de leyes y programas estatales focalizados en la prevención y erradicación de la violencia de género en sociedades concretas y desde la dimensión operativa del personal técnico encargado de ejecutar tales políticas públicas.

Recebido em 02/05/2017
Aprovado em 11/07/2017



ORIENTAÇÃO AOS COLABORADORES E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A *Revista Orbis Latina* está aberta a colaborações de pesquisadores de qualquer parte do planeta. Os artigos, resenhas e demais contribuições devem girar em torno de temáticas que envolvam racionalidades, desenvolvimento ou fronteiras, abordagens e perspectivas de caráter interdisciplinar. Trata-se de uma revista *online*, formatada em pdf, publicada exclusivamente em ambiente virtual (internet) de acesso irrestrito. Os artigos, resenhas e demais contribuições publicadas implicam na transferência de direitos do(s) autor(es) para a revista. É de extrema importância salientar que não são pagos direitos autorais pelos textos publicados.

Os artigos, resenhas e demais contribuições enviadas para publicação na *Revista Orbis Latina* são apreciados por pareceristas pelo sistema *blind review*.

A *Revista Orbis Latina* receberá textos que contenham as seguintes características:

- i) Artigos Científicos – Os textos devem conter no mínimo 5 e no máximo 30 laudas em formato *Word* ou equivalente. Os artigos devem obrigatoriamente apresentar título, resumo (300 palavras no máximo) e palavras-chave (mínimo três e máximo de sete) em, pelo menos, dois idiomas, introdução, conclusão e referências. Na folha de rosto deverá aparecer o título e o(s) nome(s) do(s) autor(es), com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico). A formatação do artigo deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *times new roman* e/ou arial 12 e espaçamento simples. Artigos de iniciação científica devem ter, no máximo, 10 laudas.
- ii) Resenhas – As resenhas devem conter no mínimo 3 e no máximo 25 laudas em formato word ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer os dados do livro e o nome do autor da resenha, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico). A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *times new roman* e/ou arial 12 e espaçamento simples.
- iii) Demais Contribuições – As contribuições de caráter cultural devem conter no máximo 10 laudas em formato word ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer o título e os dados do autor, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico). A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *times new roman* e/ou arial 12 e espaçamento simples.

Os autores de artigos, resenhas e demais contribuições devem encaminhar suas colaborações, sem identificação, através do *website da revista* - <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>.